



UNIVERSIDADE DO VALE DO TAQUARI – UNIVATES
PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO

**GÊNERO E MUDANÇAS CLIMÁTICAS: A VULNERABILIDADE
DAS MULHERES FRENTE AOS RISCOS AMBIENTAIS**

Victória Marina Pasquali

Lajeado/RS, dezembro de 2023

Victória Marina Pasquali

GÊNERO E MUDANÇAS CLIMÁTICAS: A VULNERABILIDADE DAS MULHERES FRENTE AOS RISCOS AMBIENTAIS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento da Universidade do Vale do Taquari - Univates, como parte da exigência para a obtenção do grau de Mestre em Ambiente e Desenvolvimento, na linha de pesquisa Espaço e Problemas Socioambientais.

Orientadora: Dra. Luciana Turatti

Lajeado/RS, dezembro de 2023

Victória Marina Pasquali

GÊNERO E MUDANÇAS CLIMÁTICAS: A VULNERABILIDADE DAS MULHERES FRENTE AOS RISCOS AMBIENTAIS

A Banca examinadora abaixo aprova a Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento da Universidade do Vale do Taquari – Univates, como parte da exigência para a obtenção do título de Mestre em Ambiente e Desenvolvimento na área de concentração Espaço, Ambiente e Sociedade e linha de pesquisa Espaços e Problemas Socioambientais.

Profa. Dra. Luciana Turatti – orientadora

Universidade do Vale do Taquari – Univates

Profa. Dra. Fernanda Storck Pinheiro

Universidade do Vale do Taquari – Univates

Profa. Dra. Morgana Domênica Hattge

Universidade do Vale do Taquari – Univates

Prof. Dr. Cristiano Poletto

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Lajeado/RS, 20 de dezembro de 2023

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família, em especial, aos meus pais, Gilmar e Fátima, pois, devo dizer, sem eles nada disso seria possível. À minha irmã, Valentina, pela torcida e apoio. A todos os amigos que, em algum momento, ofereceram alguma palavra ou gesto de encorajamento.

Um agradecimento muito especial à minha professora orientadora Luciana Turatti, que me conhece desde os primeiros passos na graduação e que tornou possível o desenvolvimento desta pesquisa.

À CAPES, pela disponibilidade da bolsa de estudos. E também aos professores e colegas do Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento da Univates.

Por fim, em lugar de destaque, ao Guilherme, meu parceiro de vida. Obrigada pela compreensão, arrimo e refúgio.

“De que valeria a obstinação do saber se ele assegurasse apenas a aquisição dos conhecimentos e não, de certa maneira, e tanto quanto possível, o descaminho daquele que conhece? Existem momentos na vida onde a questão de saber se se pode pensar diferentemente do que se pensa, e perceber diferentemente do que se vê, é indispensável para continuar a olhar ou a refletir.”

Michel Foucault, em *A História da Sexualidade 2*.

RESUMO

O cenário atual de crise climática tem atraído uma atenção cada vez maior no ambiente acadêmico e em pesquisas de diversas disciplinas. A complexidade do fenômeno climático se deve à interseção de fatores biológicos, sociais, políticos e científicos e, dentro desse contexto, os seres humanos desempenham um papel crucial, tanto como agentes que contribuem para as mudanças climáticas quanto como vítimas das suas consequências presentes e futuras. Nesse sentido, com origem vinculada às questões de gênero, a teoria da interseccionalidade trabalha com as vulnerabilidades das mulheres e, dentro dessa perspectiva, acredita-se ser possível o emprego da lente interseccional para o exame da situação das mulheres frente às mudanças climáticas, uma vez que essas se encontram dentro dos grupos tidos como mais vulneráveis a tal fenômeno. Assim, a presente dissertação explora o viés interseccional, aplicando-o à análise do gênero e às mudanças climáticas para, a partir disso, identificar as principais vulnerabilidades das mulheres e, então, permitir uma análise sobre como alcançar a justiça climática. A abordagem proposta tem caráter qualitativo e, como técnicas, foram utilizadas principalmente a pesquisa bibliográfica e documental, através da análise de publicações internacionais relacionadas ao tema, especialmente vinculadas à Organização das Nações Unidas – ONU e ao Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas – IPCC, publicados no período entre 2007 e 2023. O método utilizado foi o dedutivo. Como resultados, assimilou-se o contexto social das vulnerabilidades das mulheres frente às mudanças climáticas, apontando que a teoria interseccional pode, a partir da identificação das possíveis vulnerabilidades, servir de base para a propositura de soluções para mitigação dos efeitos ambientais que acometem as mulheres, alcançando, assim, justiça no âmbito climático.

Palavras-chave: interseccionalidade; alterações climáticas; justiça climática.

ABSTRACT

The current scenario of climate crisis has been attracting increasing attention in the academic environment and in research across various disciplines. The complexity of the climate phenomenon is due to the intersection of biological, social, political, and scientific factors, and within this context, humans play a crucial role, both as agents contributing to climate change and as victims of its present and future consequences. In this regard, with its roots in gender-related issues, the theory of intersectionality addresses the vulnerabilities of women. From this perspective, it is believed that the application of an intersectional lens can be employed to examine the situation of women in the face of climate change, as they are considered one of the more vulnerable groups to such a phenomenon. Thus, this dissertation explores the intersectional bias, applying it to the analysis of gender and climate change to identify the primary vulnerabilities of women and, consequently, enable an analysis of how to achieve climate justice. The proposed approach is qualitative in nature, and the primary research techniques employed were literature reviews and documentary research, involving the analysis of international publications related to the subject, particularly those linked to the United Nations and the Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC), published between 2007 and 2023. The deductive method was used. As a result, the social context of women's vulnerabilities to climate change was assimilated, indicating that the intersectional theory can, through the identification of potential vulnerabilities, serve as a basis for proposing solutions to mitigate the environmental effects affecting women, thus achieving justice in the climate context.

Keywords: intersectionality; climate change; climate justice.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Sobreposição de grupo de mulheres.....	12
Figura 2 – O cruzamento das diferentes discriminações.....	15
Figura 3 – Desigualdade de gênero fechada até a data, por região.....	58
Figura 4 – Impactos projetados das mudanças climáticas na pobreza e insegurança alimentar entre mulheres e meninas, cenário de pior caso, 2050.....	67

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Ilustrativo de publicações investigadas.....	59
Tabela 2 – Intercruzamentos.....	79

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Covid-19 – *Coronavirus Disease 2019*

ECLAC – Economic Commission for Latin America and the Caribbean (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe)

ECO-92 – Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento e Meio Ambiente

IPCC – Intergovernmental Panel on Climate Change (Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas)

IUCN – International Union for Conservation of Nature (União Internacional para Conservação da Natureza)

ONU – Organização das Nações Unidas

ONU DESA – Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

UN – United Nations

UNDP – United Nations Development Programme

UNFCCC – United Nations Framework Convention on Climate Change (Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas)

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	4
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	10
2.1 A teoria da interseccionalidade	10
2.1.1 Aspectos e aplicação da teoria interseccional	13
2.1.2 Feminismo e vertentes relacionadas ao meio ambiente	19
2.2 Mulheres e meio ambiente	30
2.2.1 A conexão entre mudanças climáticas e a vulnerabilidade das mulheres	37
2.2.2 Aplicação do viés interseccional entre as dimensões de gênero e os problemas ambientais	41
2.3 Justiça Climática	50
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	55
3.1 Tipo de pesquisa	55
3.2 Método	55
3.3 Instrumentais técnicos	56
3.4 Análise dos dados	56
4 ANÁLISES E RESULTADOS	57
4.1 Resultados: A análise interseccional como forma de promoção da justiça	72
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	85
6 REFERÊNCIAS	89

1 INTRODUÇÃO

O atual cenário de crise climática tem se apresentado como algo sem precedentes se considerados os relatórios dos diferentes organismos internacionais, razão pela qual, dentro do ambiente acadêmico, cada vez mais as complexidades biológicas, sociais, políticas e científicas que envolvem esse fenômeno, têm sido objeto de análise das mais diversas pesquisas, além de os seres humanos figurarem como atores principais, sejam como agentes ou como vítimas das mudanças climáticas que estão ocorrendo e também daquelas que estão por vir. Nesse enredo, as mulheres representam o grupo mais acometido pelas consequências das alterações climáticas, em razão da sua situação de vulnerabilidade sob os mais diversos ângulos.

O reconhecimento de que as mudanças climáticas afetam as pessoas de maneira desigual, configurando algumas populações como mais vulneráveis do que outras, especialmente as mulheres, é objeto de investigação junto à presente dissertação. As mulheres frequentemente enfrentam maiores desafios e riscos por conta de mudanças climáticas, devido a fatores como discriminação de gênero, desigualdades socioeconômicas e culturais. É o que ocorre, por exemplo, em muitas partes do mundo, onde as mulheres são responsáveis por atividades agrícolas e de subsistência, o que as torna particularmente suscetíveis a eventos climáticos extremos e variações sazonais.

Para além do gênero, outros fatores de vulnerabilidade também desempenham um papel importante no contexto das mudanças climáticas. Isso inclui a classe social, etnia, localização geográfica e muito mais, portanto, a análise das complexidades das mudanças climáticas requer uma abordagem multidisciplinar que combine conhecimentos biológicos, sociais, políticos e científicos. Isso é fundamental para entender a amplitude dos impactos e desenvolver estratégias eficazes de mitigação e adaptação.

Segundo o relatório das Nações Unidas, publicado como Resource Guide on Gender and Climate Change (United Nations, 2009), 70% dos 1,3 bilhões de pessoas que vivem em condição de pobreza nas áreas urbanas, são mulheres. 40% das famílias mais pobres são chefiadas por mulheres, sendo que estas predominam na

produção mundial de alimentos (entre 50% a 80% da mão de obra), apesar de possuírem menos de 10% da terra onde esses alimentos são produzidos. As mulheres também são as principais produtoras mundiais de alimentos básicos como arroz, trigo etc., os quais representam até 90% dos alimentos mais consumidos pelas populações mais pobres.

Conforme o mesmo documento, dentre os 960 milhões de analfabetos no mundo, dois terços são mulheres, sendo que as principais razões que obstaculizam o acesso à escola, para as meninas em especial, se devem ao fato de que elas são responsáveis pela coleta de recursos naturais para sobrevivência, como água. Além disso, outro dado que demonstra a situação de vulnerabilidade das mulheres quanto ao fator meio ambiente, é que estas recebem 70% do salário pago aos homens pelo mesmo tipo de trabalho, tanto em países desenvolvidos quanto em desenvolvimento. Em outras palavras, com menos acesso à informação e a recursos econômicos, sua capacidade de resposta a situações de risco ambiental é menor e, então, agravada (United Nations, 2009).

O analfabetismo é outro fator que está relacionado com as barreiras à educação que as meninas enfrentam, pois são responsáveis, muitas vezes, pela coleta de recursos naturais, a exemplo de água, o que pode impedir o acesso de meninas e mulheres à educação. A educação, contudo, é fundamental para capacitar as mulheres a se adaptarem às mudanças climáticas e participarem ativamente de esforços de mitigação. A desigualdade salarial também chama a atenção, refletindo uma disparidade econômica de gênero amplamente reconhecida. Evidentemente, isso afeta a capacidade das mulheres de acessar recursos econômicos e tomar medidas para se proteger contra riscos ambientais.

Todos esses dados sublinham, portanto, a necessidade de abordagens que pensem não apenas nas mudanças climáticas em si, mas, também, nas desigualdades de gênero e econômicas que amplificam os impactos adversos nas comunidades mais vulneráveis. Reconhecer o papel das mulheres como agentes-chave na mitigação e adaptação às mudanças climáticas é essencial para enfrentar eficazmente os desafios da crise climática.

Nesse sentido, configurada a situação de vulnerabilidade da mulher frente à conjuntura socioambiental atual, compreende-se que essa suscetibilidade é uma

forma de violação dos direitos das mulheres, as quais, historicamente, já tiveram direitos subjugados, assim como múltiplas formas de alijamento dos espaços públicos e privados.

Sob essa ótica, as mulheres estão vinculadas a vários eixos de violação e opressão, pois, como adiante se verá, a vulnerabilidade frente ao drama climático não é a única que se apresenta, uma vez que as desigualdades nos âmbitos sociais, econômicos e outros caminham de forma perimetral às adversidades enfrentadas pelas mulheres na crise climática.

Dessa forma, a identificação de diferentes formas de iniquidades demanda investigação, tendo em vista o cenário no qual as mulheres estão inseridas na sociedade, na qual muitas vezes são atravessadas por distintos fatores que conduzem a um tratamento considerado desigual, razão pela qual considera-se que a teoria da interseccionalidade, como um instrumento de análise, dentro do viés jurídico e social, através do cruzamento de múltiplas dimensões entre aspectos de grupos menos favorecidos, possui especial relevância no objetivo de promover o exame profundo das demandas vinculadas à resolução mais justa a essas reivindicações.

Essa abordagem reconhece a importância de considerar as múltiplas dimensões das experiências das mulheres, levando em conta fatores que afetam grupos menos favorecidos. A interseccionalidade visa promover uma análise mais profunda e justa das demandas relacionadas a essas questões, especialmente no contexto jurídico e social.

Termo cunhado pela jurista norte-americana Kimberlé Williams Crenshaw, a interseccionalidade tem sido objeto de diversos estudos na academia, assim como sua aplicação no âmbito das ciências sociais, humanas e jurídicas encontra especial importância em razão da abrangência conceitual (Collins; Bilge, 2020). A teoria nasceu da necessidade de análise de intercruzamento das demandas de gênero e de raça, voltada, em particular, para as demandas das mulheres negras, o que, contudo, não impede que o intercruzamento de demandas seja possível nas mais diversas dimensões sociais, como se empregou no presente estudo.

O tema é relevante e atual, na medida em que aborda o urgente tema da crise climática e das demandas ambientais, além de aproximar questões de gênero, que também têm sido tema de muita discussão e reflexão dentro da academia. O IPCC

(Intergovernmental Panel on Climate Change), em recente relatório sobre impacto, adaptação e vulnerabilidade, tem incentivado o uso da interseccionalidade como forma de redução das vulnerabilidades frente aos impactos ambientais por tratar-se de uma abordagem que atende às necessidades dos menos favorecidos, gerando benefícios para uma adaptação climática (IPCC, 2022).

O mesmo relatório aponta que as mudanças induzidas pelo clima não são experimentadas igualmente entre gênero, níveis de renda, classes, etnias etc. Assim, é importante a participação de grupos historicamente excluídos, como é o caso das mulheres, objetivando a incrementação de ações de adaptação mais equitativas e justas (IPCC, 2022).

O problema de pesquisa que se buscou responder foi: como o emprego da interseccionalidade e o conseqüente cruzamento das dimensões que atravessam as questões de gênero, em especial no que se refere aos direitos das mulheres, podem contribuir com a identificação dos fatores que precisam ser considerados na promoção da justiça climática?

Diante dessa problemática, o objetivo geral da investigação foi de verificar se o emprego da interseccionalidade e o conseqüente cruzamento das dimensões que atravessam as questões de gênero, em especial no que se refere aos direitos das mulheres, podem contribuir com a identificação dos fatores que precisam ser considerados na promoção da justiça climática.

Para contemplar o objetivo geral foram desenvolvidos os seguintes objetivos específicos: a) análise da teoria da interseccionalidade, orientando para a linha de pensamento feminista que se vincula ao meio ambiente; b) identificação, a partir da leitura dos relatórios da ONU e do IPCC, da condição das mulheres no enfrentamento dos fenômenos climáticos; c) verificação e identificação, a partir da teoria interseccional, dos elementos que ampliam as condições de vulnerabilidade das mulheres diante das mudanças climáticas; e d) análise das contribuições da teoria da interseccionalidade para efetivação de justiça climática para as mulheres.

Para dar consecução a tais propósitos, em sede de discussão teórica, foi abordada a teoria da interseccionalidade e alguns de seus aspectos históricos, além da aplicabilidade da teoria como instrumento de acesso à justiça. O feminismo e sua conexão com as pautas ecológicas também foram objeto de reflexão, pois faz-se

necessário o entendimento de ambos os movimentos para a compreensão do objeto central do presente trabalho.

Após, abordou-se o vínculo entre a história das demandas das mulheres, especialmente do movimento feminista e do movimento ecológico, através do ecofeminismo. Por meio dessa aproximação, foi possível discorrer sobre a conexão entre a suscetibilidade das mulheres frente às mudanças climáticas, bem como a aplicação da interseccionalidade entre as dimensões de gênero e o eixo dos problemas ambientais. Retratar o ecofeminismo é relevante, pois ele oferece uma perspectiva que relaciona a história das demandas das mulheres, o movimento feminista e as questões ecológicas, ajudando a entender como as mulheres são suscetíveis às mudanças climáticas e como a interseccionalidade pode ser aplicada para compreender essas questões.

Por fim, buscou-se promover uma discussão acerca do movimento da justiça climática e sua conexão com as questões de gênero, especialmente sob o viés da interseccionalidade, a fim de apurar a possibilidade de sua aplicação como ferramenta de efetivação de justiça, em particular, quanto à justiça climática, necessária às mulheres, grupo mais vulnerável às mudanças climáticas.

Conforme mencionado, as mulheres são vítimas de diversos tipos de opressão há décadas e, no âmbito das alterações do clima, não é diferente. Em razão do gênero, as mulheres têm mais chances de serem vítimas das catástrofes e das mudanças climáticas, estando em situação de vulnerabilidade quando analisa-se a temática socioambiental.

Essa conjuntura já vem sendo veiculada através de alertas feitos por organismos internacionais, que reconhecem a maior probabilidade de que meninas e mulheres, se comparadas a outros grupos, são as maiores vítimas das consequências das mudanças climáticas e do aquecimento global. Conforme é ilustrado no presente estudo, os relatórios das Nações Unidas já apontam, há mais de década, que as questões de gênero refletem significativamente no enfrentamento dos problemas ambientais (United Nations, 2009).

Dessa forma, a intersecção entre gênero e problemáticas decorrentes da atual situação de emergência climática é uma realidade que se apresenta e através da análise conjunta desses eixos. Conforme a teoria interseccional propõe, acredita-se

ser possível refletir e propor transformações que auxiliem no avanço da justiça climática para as mulheres.

Essa conscientização é fundamental para promover a equidade de gênero na resposta às mudanças climáticas e para desenvolver estratégias que levem em consideração as necessidades específicas das mulheres. A interseccionalidade, como discutida anteriormente, desempenha um papel crucial nesse esforço, uma vez que reconhece as múltiplas dimensões da desigualdade que podem afetar as mulheres em contextos ambientais desafiadores. Assim, ao considerar as interações entre gênero, classe social, raça, etnia e outros fatores, é possível obter uma compreensão mais completa das desigualdades e vulnerabilidades que as mulheres enfrentam em relação às mudanças climáticas.

Nesse sentido, o tema abordado na presente dissertação, ao desafiar a análise dos efeitos climáticos em relação às mulheres, sob a perspectiva do viés interseccional, investiga as interações entre a sociedade e meio ambiente, portanto, dessa forma, alinha-se à área de concentração do programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento e à linha de pesquisa em Espaço e Problemas Socioambientais.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 A teoria da interseccionalidade

A interseccionalidade possui sua gênese na percepção de que é necessário o intercruzamento de invisibilidades¹ a fim de contribuir com a solução de problemas relacionados ao acesso aos direitos humanos. O termo “interseccionalidade” foi cunhado pela primeira vez pela norte-americana Kimberlé Crenshaw e, nas suas palavras, “a interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação” (Crenshaw, 2002, p. 177). Ela surge, portanto, como um instrumento para reivindicar melhores estruturas para lidar com problemas sociais, especialmente dentro do ativismo de mulheres negras, que enfrentavam, nas décadas de 1960 e 1970, dificuldades laborais e no acesso à saúde e à educação. Suas demandas fracassavam dentro dos movimentos antirracistas, feministas e sindicais, pois o uso de lentes monofocais para abordar suas desigualdades não era suficiente para trazer soluções ao seu quebra-cabeça (Collins; Bilge, 2020).

Segundo a análise de Crenshaw (1989, p. 140), a interseccionalidade é uma forma de apresentar respostas às lutas feministas e antirracistas, que separam as experiências dos indivíduos que sofrem as opressões de gênero e raça, respectivamente. Isso porque a análise individual da discriminação – de gênero ou de raça, no entendimento de Crenshaw – é insuficiente. Em suas palavras, “[...] em casos de discriminação racial, a discriminação tende a ser vista nos termos dos negros privilegiados no que se refere ao sexo ou a classe; em casos de discriminação por sexo, o foco é em mulheres privilegiadas no que diz respeito a raça e a classe” (Crenshaw, 1989, p. 140, tradução livre).

Conforme a autora, há situações nas quais a perspectiva de gênero não permite o olhar para outros marcadores, a exemplo da desigualdade em que as mulheres se situam. Crenshaw (1989) explica que as discriminações sofridas pelas mulheres eram vistas frequentemente como um problema de gênero, sendo esse o único marcador

¹ Em outras palavras, demandas de pessoas que são invisíveis em razão de se encontrarem socialmente posicionadas em eixos de opressão.

para a interpretação da condição das mulheres na sociedade. No entanto, para entender a condição das mulheres negras, a análise do marcador gênero é insuficiente para o encontro de respostas.

No contexto citado, o que a autora argumenta é que a análise da desigualdade de gênero muitas vezes negligencia a experiência específica das mulheres negras. Ela destaca que, para entender completamente a situação das mulheres negras na sociedade, não é suficiente considerar apenas o marcador de gênero. É necessário, também, levar em conta a interseção entre gênero e raça, ou seja, como o racismo e o sexismo se combinam para criar formas específicas de discriminação e de opressão que afetam as mulheres negras.

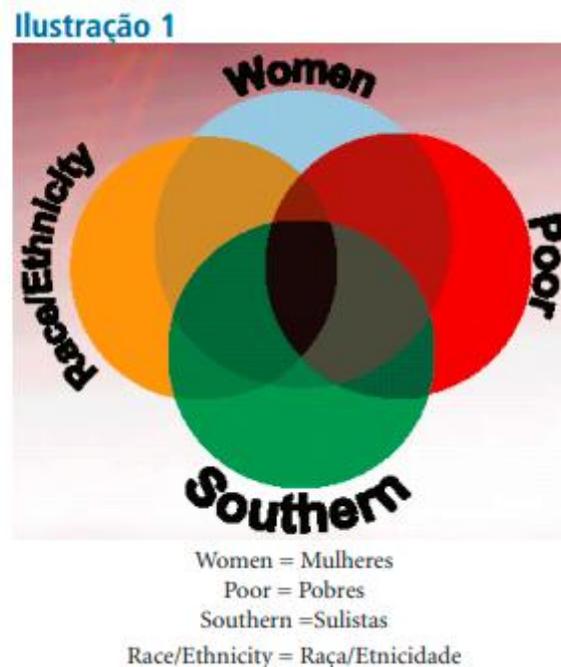
Ao abordar apenas o gênero, sem considerar o componente racial, as análises tendem a generalizar as experiências das mulheres e a negligenciar as desigualdades enfrentadas pelas mulheres negras. A interseccionalidade permite uma compreensão mais completa e precisa das opressões que as mulheres negras enfrentam, reconhecendo que elas estão sujeitas a formas de discriminação que são diferentes daquelas enfrentadas pelas mulheres brancas ou pelos homens negros.

Em outras palavras, a perspectiva de gênero isolada não é suficiente para compreender plenamente as experiências das mulheres negras na sociedade. É necessário considerar a interseção entre gênero e raça para obter uma visão mais abrangente e precisa das desigualdades que afetam essas mulheres.

No texto *A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero* (2002), Crenshaw explica que há outras categorias de discriminação que podem recair em um determinado indivíduo. Através da interseccionalidade, é possível identificar que, em algumas situações, não se lida apenas com grupos distintos de pessoas, mas, também, com grupos sobrepostos. Assim, a interseccionalidade permite compreender que as pessoas podem pertencer a grupos sobrepostos, enfrentando múltiplas formas de discriminação e opressão simultaneamente.

Na ilustração trazida junto ao texto (Figura 1), ao sobrepor o grupo das mulheres com pessoas negras, pobres e também o das mulheres que sofrem discriminação em função de deficiência ou idade, percebe-se que, junto ao centro, a discriminação afunila, sendo, portanto, agravada:

Figura 1 – Sobreposição de grupo de mulheres



Fonte: Crenshaw (2002).

No exemplo mencionado, a interseção entre as categorias de gênero, raça, classe social e localização geográfica revela como a discriminação pode se agravar quando várias formas de opressão se combinam. Ao sobrepor os grupos das mulheres, pessoas negras e também pobres que enfrentam discriminação com base na localização geográfica na qual estão inseridas, percebe-se que as experiências das pessoas que se encontram nessa intersecção são marcadas por desvantagens e opressões adicionais.

A imagem ilustra a ideia de que, à medida que várias formas de discriminação se sobrepõem, o impacto e a intensidade dessas opressões podem se tornar mais pronunciados, concentrando-se em um ponto central em que as diversas formas de opressão se encontram. Isso significa que as pessoas que se encontram nesse ponto central enfrentam uma carga maior de discriminação e desigualdade, experimentando um acúmulo de desvantagens devido à interseção de diferentes marcadores sociais.

Portanto, através da ferramenta interseccional, Crenshaw (2002) destaca a complexidade das experiências das pessoas marginalizadas e enfatiza a importância de considerar as interseções entre diferentes formas de opressão para uma compreensão mais precisa e eficaz das desigualdades sociais. Mulheres marginalizadas, em geral, sofrem com a invisibilidade de questões que envolvem

experiências de subordinação ou desigualdade, que não são abordadas adequadamente pelas concepções tradicionais de gênero ou de raça (Crenshaw, 2002).

Nesse sentido, em que pese o seu estudo e conceito seja recente no campo das pesquisas alinhadas às ciências sociais e humanas, inclusive no âmbito do Direito, não estando totalmente popularizada no país, a teoria da interseccionalidade é de especial relevância e, portanto, o seu estudo também o é. As reflexões trazidas através deste capítulo permitem compreender melhor o tema e, por meio dessas informações, verificar a capacidade que a teoria da interseccionalidade possui no campo dos direitos humanos, em particular, relativamente às mulheres e suas vulnerabilidades frente às mudanças climáticas, objeto de pesquisa na presente dissertação.

A abordagem quanto aos aspectos essenciais da interseccionalidade autorizam a investigação referente à sua aplicação e, dessa forma, serve de embasamento aos debates e lutas travadas dentro dos movimentos e demandas feministas.

2.1.1 Aspectos e aplicação da teoria interseccional

Uma das premissas da teoria da interseccionalidade é tornar conhecido o sujeito invisível, ou, em outras palavras, tornar visíveis as demandas de pessoas que socialmente se encontram posicionadas em eixos de opressão. A teoria, muito discutida dentro dos movimentos feministas, conforme já ressaltado, teve sua origem no feminismo negro. É impossível falar de interseccionalidade sem examinar seu surgimento. O termo foi desenvolvido e cunhado por uma feminista negra, Kimberlé Crenshaw, com o objetivo essencial de exterminar as desigualdades de raça e gênero (Kyrillos; Stelzer, 2021).

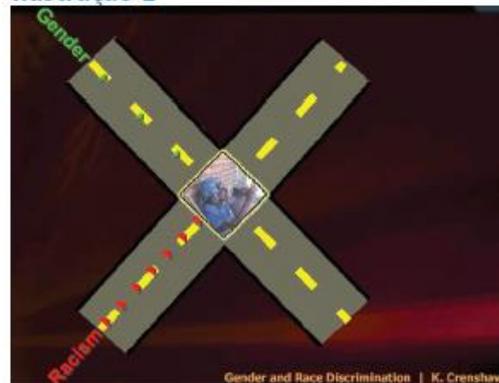
O próprio termo “interseccionalidade” floresceu dentro da percepção das intersecções das estradas – trata-se de uma metáfora para explicar que existe uma interação entre os eixos de opressão entre raça e gênero, entendendo-se que uma discriminação afeta a outra ou, ainda, pode piorá-la. Dessa maneira, não podem ser tratadas de forma isolada, sendo necessária a análise integrada dos eixos para se chegar à solução.

A partir da metáfora de encontro de avenidas proposta por Crenshaw, Bernardino-Costa (2013, p. 48) afirma que “torna-se claro o que a autora está entendendo por conceito de interseccionalidade. Os eixos de poder – raça, etnia, classe, gênero – se sobrepõem e se cruzam”, pois “as mulheres racializadas frequentemente estão posicionadas em um espaço onde o racismo ou a xenofobia, a classe e o gênero se encontram. Por consequência, estão sujeitas a serem atingidas pelo intenso fluxo de tráfego em todas estas vias” (Crenshaw, 2002, p. 177).

Segundo Crenshaw (2012), se uma pessoa imaginar efetivamente uma interseção, visualizando as ruas que seguem em direções diferentes, ela imaginará o cruzamento dessas ruas, seja qual for a direção – é isso que a autora defende como eixos de discriminação e opressão que se cruzam entre si. A discriminação de gênero e raça se atravessam e se transpõem em seu percurso. Em sua obra (2002), Crenshaw oferece a seguinte ilustração (Figura 2), na qual explica o cruzamento das diferentes discriminações como ruas nas quais o poder flui nas sociedades, sendo o tráfego de carros a discriminação ativa, ou seja, as políticas contemporâneas que excluem os indivíduos em função de sua raça e gênero:

Figura 2 – O cruzamento das diferentes discriminações

Ilustração 2



Discriminação de Gênero e Racial
 Gender = Gênero
 Racism = Racismo

Ilustração 3



Racism = Racismo
 Post Colonialism = Pós-Colonialismo
 Patriarchy = Patriarcado

Fonte: Crenshaw (2002).

A imagem das ruas que se cruzam e se entrelaçam é frequentemente utilizada como uma metáfora para explicar como diferentes eixos de discriminação e opressão se intersectam e se influenciam mutuamente. A interseccionalidade reconhece que as categorias de discriminação, como gênero, raça, classe social, entre outras, não operam isoladamente, mas se entrecruzam e se interconectam. Assim, a discriminação de gênero e raça não é tratada como entidade separada, mas como fenômeno que se sobrepõe e se entrelaça, produzindo experiências e desigualdades específicas.

Ao visualizar o cruzamento dessas diferentes formas de discriminação como ruas, pode-se entender como o poder e a discriminação fluem nas sociedades. A metáfora das ruas cruzadas destaca a necessidade de compreender a interação entre diferentes formas de discriminação, reconhecendo que as pessoas podem enfrentar

múltiplas opressões simultaneamente. Isso nos ajuda a entender a complexidade das experiências individuais e a importância de abordar as desigualdades de forma holística, levando em consideração a interseção entre diversos marcadores sociais.

Ainda, de acordo com Bernardino-Costa (2013, p. 48), referindo-se à metáfora proposta por Crenshaw,

o indivíduo sujeito à interseccionalidade, nas descrições da autora, torna-se equivalente a um “pedestre” no encontro destas várias avenidas, sofrendo os danos causados por impactos vindos de outras direções. Portanto, o conceito de interseccionalidade utilizado por Crenshaw destaca as desvantagens, vulnerabilidades, opressões e desempoderamento sofridos dinamicamente pelas mulheres, que se encontram em dois ou mais pontos de encontro dos eixos de poder.

Percebe-se, dessa forma, que o conceito de interseccionalidade pode ser interpretado com a finalidade de alcançar outros possíveis eixos de opressão e discriminação intercruzados, pois as desigualdades se fortalecem mais através da existência de inúmeras formas de violação. Nas palavras de Lopes e Werneck (2010, p. 18), a utilização do termo “como ferramenta de análise, permite visibilizar a complexidade da vivência cotidiana, que cria um contexto híbrido e fluído onde diferentes pessoas e grupos existem, se articulam e empreendem suas lutas por melhores condições de vida”. O objetivo, segundo as autoras, é efetivamente atribuir visibilidade aos indivíduos oprimidos entre os diferentes eixos:

A utilização do conceito de interseccionalidade permite dar visibilidade às diferenças – desigualdades e privilégios – entre grupos populacionais e no interior das diferentes populações. Desse modo, possibilita a elaboração de respostas orientadas pelas vivências e necessidades de grupos específicos. A adequação das respostas permite também o confronto às desigualdades que se estabelecem tanto no plano geral da sociedade quanto no interior dos grupos, permitindo também maior resolatividade das ações e programas, eficiência e eficácia na execução, monitoramento e na avaliação de políticas públicas (Lopes; Werneck, 2010, p. 18).

Assim, a interseccionalidade representa, dentro dos estudos feministas, um instrumento

[...] teórico, epistemológico e metodológico que tem possibilitado que feministas afro-descendentes de distintas regiões geográficas da Diáspora comparem e discutam suas experiências, estratégias e ações políticas no confrontamento dos sistemas de dominação, em particular, raça, gênero, classe e sexualidade (Santos, 2009, p. 283).

Collins e Bilge (2020, p. 16) sugerem que a interseccionalidade pode ser definida, de forma genérica, da seguinte maneira:

A interseccionalidade investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana. Como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária – entre outras – são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente. A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas.

A partir da perspectiva interseccional é que se apura o quanto as diversas desigualdades e opressões não estão dissociadas. As discriminações e violações de direito estão integradas e não isoladas umas das outras, pois uma mesma pessoa pode sofrer com mais de uma forma de injustiça. A mulher, em especial, em razão do gênero, está no centro das diversas formas de opressão – se além de mulher, for negra, pobre e vulnerável, provavelmente sofrerá com mais de um tipo de discriminação.

Portanto, através da lente interseccional é que é possível tratar as diversas violações apresentadas de forma conjunta, mesclando os inúmeros contextos nos quais determinado indivíduo está inserido. Nas próprias palavras de Crenshaw (2002, p. 177), a interseccionalidade

trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento.

Através do modelo proposto pela interseccionalidade, é possível identificar as diversas formas de violação e subordinação, compreendendo que há efeitos interativos entre as discriminações e, no campo dos estudos feministas, Crenshaw (2002, p. 173) segue afirmando a ideia de que os diferentes eixos de opressão contribuem para que direitos humanos sejam negados, especialmente quando se trata dos direitos das mulheres:

[...] como é verdadeiro o fato de que todas as mulheres estão, de algum modo, sujeitas ao peso da discriminação de gênero, também é verdade que outros fatores relacionados a suas identidades sociais, tais como classe, casta, raça, cor, etnia, religião, origem nacional e orientação sexual, são “diferenças que fazem diferença” na forma como vários grupos de mulheres vivenciam a discriminação. Tais elementos diferenciais podem criar problemas e vulnerabilidades exclusivos de subgrupos específicos de mulheres, ou que afetem desproporcionalmente apenas algumas mulheres. Do mesmo modo que as vulnerabilidades especificamente ligadas a gênero não podem mais ser usadas como justificativa para negar a proteção dos direitos humanos das mulheres em geral, não se pode também permitir que as “diferenças entre

mulheres” marginalizem alguns problemas de direitos humanos das mulheres, nem que lhes sejam negados cuidado e preocupação iguais sob o regime predominante dos direitos humanos.

Assim, trata-se de observar as questões das mulheres que não são analisadas por não pertencerem ao grupo de mulheres hegemônico. O que Crenshaw (1989, p. 166) propõe é que se levem em conta os diferentes marcadores (no caso de sua obra, de gênero e raça), usando os resultados para identificar a origem do problema e buscar soluções a partir dessa premissa:

Afirmo anteriormente que o fracasso em compreender as complexidades de um senso de coletividade não é simplesmente uma questão de vontade política, mas, é também decorrência de uma forma de pensar sobre discriminação que baliza as políticas de forma que as lutas são categorizadas como problemas individuais. Além disso, essa estrutura denota uma visão descritiva e normativa da sociedade que reforça o *status quo*².

Segundo Collins e Bilge (2020, p. 61), a interseccionalidade tem sido utilizada para repensar questões e instituições sociais importantes e dentro de um contexto multidisciplinar, em que, atualmente, há diferentes formas de abordagens interseccionais, “cada qual adaptada a perguntas, histórias e caminhos específicos do campo em questão. Não existe uma estrutura interseccional a ser aplicada a todos os campos. Ao contrário, cada campo acadêmico de estudo aborda diferentes aspectos da interseccionalidade em relação a suas preocupações específicas”.

Essa afirmação destaca a aplicação multidisciplinar da interseccionalidade e reconhece que diferentes campos acadêmicos abordam a interseccionalidade de maneiras específicas, adaptadas às suas próprias preocupações e questões de pesquisa. Não há uma estrutura interseccional única que possa ser aplicada universalmente a todos os campos.

No contexto da relação entre as vulnerabilidades das mulheres e as questões de justiça climática, conclui-se, portanto, que a abordagem interseccional permite analisar como o gênero e as vulnerabilidades ambientais interagem e se influenciam mutuamente. As mulheres enfrentam desafios específicos em relação às mudanças

² Tradução livre: No original: I have stated earlier that the failure to embrace the complexities of compoundedness is not simply a matter of political will, but is also due to the influence of a way of thinking about discrimination which structures politics so that struggles are categorized as singular issues. Moreover, this structure imports a descriptive and normative view of society that reinforces the *status quo*.

climáticas devido às suas identidades de gênero, bem como outras formas de opressão que podem estar presentes em suas vidas.

Assim, através da lente interseccional, é possível examinar como as mulheres em diferentes contextos sociais, econômicos e culturais experimentam a justiça climática de maneiras distintas. A título de exemplo, o caso de mulheres de comunidades marginalizadas que enfrentam múltiplas vulnerabilidades devido a fatores como desigualdades de gênero, pobreza, falta de acesso a recursos e discriminação racial ou étnica. Essas interseções de gênero e vulnerabilidades ambientais agravam ainda mais os impactos das mudanças climáticas sobre as mulheres.

A aplicação, portanto, do viés interseccional permite analisar a relação entre as vulnerabilidades das mulheres frente às questões de justiça climática, através da interação do eixo gênero e vulnerabilidades ambientais.

2.1.2 Feminismo e vertentes relacionadas ao meio ambiente

O feminismo é um tema recente na academia e na ciência. Isso se deve ao fato de que, por muito tempo, as mulheres eram invisíveis para esses segmentos. Menos vistas no espaço público, restava permanecerem confinadas em casa, inexistentes em locais de interesse coletivo. Essa invisibilidade e silenciamento têm raízes profundas na história e nas estruturas sociais, sendo, muitas vezes, justificados por meio de interpretações culturais e religiosas que colocam as mulheres em uma posição subordinada (Perrot, 2008).

Conforme Perrot (2008, p. 17), em algumas sociedades, a invisibilidade e o silêncio das mulheres fazem parte da ordem das coisas. A autora refere-se à primeira epístola de São Paulo a Timóteo, ilustrando que, desde as sociedades mais distantes, o comedimento da mulher é visto como algo natural: “que a mulher conserve o silêncio, diz o apóstolo Paulo. Porque primeiro foi formado Adão, depois Eva. E não foi Adão que foi seduzido, mas a mulher que, seduzida, caiu em transgressão”. No contexto citado, a referência à epístola de São Paulo a Timóteo é uma maneira de ilustrar como a desigualdade de gênero tem sido justificada ao longo do tempo. Esse trecho bíblico, que pode ser interpretado de maneiras diferentes, foi utilizado para reforçar a ideia de

que as mulheres devem ser submissas e silenciosas, enquanto os homens detêm o poder e a autoridade.

De forma contra-hegemônica, o feminismo e o questionamento dessas estruturas de desigualdade apresentam uma longa história, remontando há séculos de lutas e resistências. Movimentos e vozes feministas têm existido em várias culturas e períodos históricos, buscando desafiar as normas opressivas e reivindicar direitos e igualdade para as mulheres.

Atualmente, o feminismo busca analisar e transformar as estruturas de desigualdade de gênero. A academia e a ciência têm contribuído para ampliar a compreensão das questões relacionadas ao feminismo, explorando diferentes perspectivas e teorias que abordam a experiência das mulheres, a construção social do gênero e as formas de opressão baseadas no gênero (Collins; Bilge, 2020).

Perceba-se, portanto, que o feminismo é um movimento social distinto, particularmente, de outras histórias, por ter sido escrito por um longo período, precipuamente por convicções de mulheres. Louise A. Tilly (1994, p. 31) afirma que “certamente toda história é herdeira de um contexto político, mas relativamente poucas histórias têm uma ligação tão forte com um programa de transformação e de ação como a história das mulheres”. Nesse sentido, revela-se importante reconhecer que as lutas e as contribuições feministas têm uma história rica e diversificada, além de a visibilidade e o reconhecimento dessas questões continuarem a evoluir em diferentes áreas do conhecimento e na sociedade.

Constata-se, dessa forma, que, ao longo da história e através da análise de diferentes sociedades, sobretudo sob o aspecto religioso, é forte a intenção de exercer controle sobre a mulher. Desde os primórdios é propagado dito manejo, até pelo que se infere dos ditos bíblicos ao tratar de Eva, “primeira mulher”, como causadora do pecado de Adão. Nesse aspecto, pode-se concluir que o conhecimento, assim como os espaços públicos, dos quais as mulheres foram excluídas, alijadas do saber, dos estudos e da cultura, sendo, por muito tempo, privilégio de homens.

Conforme indica Perrot (2008, p. 91),

desde a noite dos tempos pesa sobre a mulher um interdito de saber cujos fundamentos foram mostrados por Michèle Le Doeuff. O saber é contrário à feminilidade. Como é sagrado, o saber é o apanágio de Deus e do Homem, seu representante sobre a terra. É por isso que Eva cometeu o pecado supremo. Ela, mulher, queria saber; sucumbiu à tentação do diabo e foi punida por isso. As religiões do Livro (judaísmo, cristianismo, islamismo)

confiam a Escritura e sua interpretação aos homens. A Bíblia, a Torá, os versículos islâmicos do Corão são da alçada dos homens. Para as Escrituras, eles são iniciados em escolas e seminários especiais, locais de transmissão, de gestual e sociabilidade masculinas.

A valorização dos homens em detrimento das mulheres é reproduzida, como dito, desde o mais longínquo tempo. Aristóteles, declarou, em uma de suas obras, que “o varão é por natureza superior e a mulher inferior, e um domina e o outro é dominado – esse princípio se estende a todo o gênero humano, e essa desigualdade é permanente devido que a faculdade de discernimento das mulheres carece de autoridade” (Tedeschi, 2012, p. 42).

A citação atribuída a Aristóteles reflete uma perspectiva que era comum na antiguidade e em muitas sociedades ao longo da história. Essa visão baseada na suposta superioridade masculina e inferioridade feminina, atribuindo aos homens o papel dominante e às mulheres o papel subordinado, é o que se chama, em um plano contemporâneo, de patriarcado.

Nota-se, através disso, que havia uma compreensão comum de que os homens eram superiores às mulheres com base em suposições de diferenças naturais entre os sexos, incluindo a ideia de que as mulheres tinham capacidades intelectuais inferiores e, portanto, deveriam ser submissas aos homens.

O feminismo, portanto, desafia essa visão e trabalha para desconstruir as estruturas de desigualdade de gênero que persistem nas sociedades. Movimentos feministas buscam a igualdade de direitos, oportunidades e tratamento entre homens e mulheres, questionando as normas de gênero estabelecidas e trabalhando para promover a autonomia e a dignidade das mulheres.

O fato de as mulheres frequentarem muito pouco os espaços públicos, em razão de regras sociais e até mesmo jurídicas, contribuiu para tardar a participação do feminino junto às decisões sociais e políticas – sem acesso à escrita e à vida escolar, os conteúdos de seus pensamentos, hábitos e vida cotidiana tornaram-se, por muito tempo, ocultos e silenciados. Tedeschi (2012) argumenta, nesse sentido, que às mulheres foram atribuídos os poderes restritos à vida privada, em razão da associação feita aos seus “atributos” biológicos:

É através das relações de poder, de acordo com a historiadora Joan Scott, que se justifica a desigualdade entre homens e mulheres, como oriunda de relações de dominação e subordinação. Scott já chamara atenção para o fato de que o poder das mulheres tende sempre a ser percebido como

manipulador, como disruptor das relações sociais, como ilegítimo, como fora do lugar e como pouco importante, no sentido de inferiorizar sua atuação no conjunto da sociedade.

Os espaços sociais das mulheres resumiam-se à maternidade e ao ambiente doméstico, sendo construídas as narrativas a respeito de suas capacidades biológicas, a exemplo da maternidade, unindo as mulheres em torno da procriação. Nesse aspecto, essa característica biológica passa a assumir também um significado social, o que mais tarde é objeto de estudo até mesmo na Filosofia.

No campo da Filosofia, a sexualidade aparece como elemento decisivo nas relações de poder, servindo como ponto de apoio e desenvolvendo dispositivos específicos de saber e de poder a respeito do sexo (Foucault, 1988). A mulher, mais uma vez, aparece como uma das protagonistas, desmerecida:

Em primeira análise, parece possível distinguir, a partir do século XVIII, quatro grandes conjuntos estratégicos, que desenvolvem dispositivos específicos de saber e poder a respeito do sexo. [...] Daí a importância das quatro grandes linhas de ataque ao longo das quais a política do sexo avançou nos últimos dois séculos. Cada uma delas foi uma maneira de compor as técnicas disciplinares com os procedimentos reguladores. As duas primeiras se apoiaram em exigências de regulação — sobre toda uma temática da espécie, da descendência, da saúde coletiva — para obter efeitos ao nível da disciplina; [...] a histerização das mulheres, que levou a uma medicalização minuciosa de seus corpos, de seu sexo, fez-se em nome da responsabilidade que elas teriam no que diz respeito à saúde de seus filhos, à solidez da instituição familiar e à salvação da sociedade (Foucault, 1988, p. 99-137).

Foucault (1988) refere-se a esse processo como histerização do corpo da mulher, que foi analisado e colocado em comunicação, inclusive, com o espaço social e vida das crianças, através do qual qualifica-se e desqualifica-se a figura da mulher com características, em tese, que lhe são intrínsecas, como as questões de fecundidade, responsabilidade biológico-moral pelas crianças e como elemento substancial da família.

Foucault analisou as relações entre poder, conhecimento e corpo ao longo de sua obra, mais especificamente na citada *História da sexualidade I: a vontade de saber* (1988), em que o autor explora o conceito de "histerização do corpo da mulher", descrevendo como o corpo feminino foi historicamente objeto de vigilância, regulação e controle, sendo sujeito a discursos e práticas que o definiam em termos de características consideradas inerentes à mulher.

Essas peculiaridades atribuídas às mulheres foram utilizadas para justificar e reforçar a desigualdade de gênero e sua subordinação na sociedade. Categorizando

as mulheres com base nessas características supostamente "intrínsecas", criou-se uma noção de feminilidade que as limitava a papéis específicos e as colocava em desvantagem em relação aos homens.

Foucault (1988) argumenta que essas construções discursivas e práticas sociais não são meramente reflexos da natureza ou da biologia, mas, sim, formas de poder que moldam e controlam corpos e identidades. A "histerização" do corpo feminino, nesse sentido, é uma forma de controle social que perpetua as desigualdades de gênero e mantém as mulheres em posições subordinadas.

A noção desse processo leva a sociedade a questionar as concepções essencialistas e biologicamente deterministas sobre o gênero, além de compreender que as características atribuídas às mulheres são construções sociais e históricas que podem ser desafiadas e transformadas. Conforme Tedeschi explica (2012, p. 55):

Adaptado pela moral judaico-cristã posteriormente, esse imaginário continuou sendo uma "verdade" na Europa até o século XVIII. A construção cultural do feminino foi tomada por Foucault como uma construção sexual, considerando o sexo não como uma unidade dada, mas sim, resultado da própria cultura. A idéia básica do argumento de Foucault é de que a noção de "sexo" não existe antes de uma determinação dentro do discurso, na qual o masculino e/ou feminino são desenhados como sexuados. Conseqüentemente, a construção de sexos binários, como diferenças categóricas, é o efeito de um discurso específico. Além disso, se sexo binário é um efeito e um discurso, como no caso da filosofia de Aristóteles, ele não pode ser considerado como a essência unitária e, mais importante, ele não pode ser conhecido como invariável ou natural.

Em outras palavras, a construção cultural do feminino enfatiza que o sexo não é uma categoria pré-existente e fixa, mas, sim, um produto da cultura e do discurso, construída dentro de sistemas de poder e de conhecimento que moldam as identidades e os corpos. Como se vê, há farta contestação quanto à ideia de que o sexo é uma essência natural e invariável, pois os discursos sociais constroem as categorias masculino e feminino. Essa abordagem permite analisar criticamente os discursos que moldam essas identidades de gênero, abrindo espaço para uma compreensão mais fluída e inclusiva das identidades sexuais e de gênero.

Historicamente, portanto, percebe-se que foi elaborado um lugar-comum ideal das mulheres, em que aquelas improdutivas na economia do trabalho ou, ainda, na economia do lar e da perpetuação da família, foram deslegitimadas em suas sexualidades, psiquiatrizadas e classificadas como perturbadas, neuróticas e dentro

de uma pedagogia nosológica e descritiva, praticada em diferentes espaços (Inocêncio; Carvalho; Pereira, 2016).

Infere-se que as mulheres foram caracterizadas reforçando a identidade de um poder que atribui aos indivíduos funções e verdades, de acordo com seu corpo, ou uma espécie de papel social. O sublinhamento das diferenças entre homens e mulheres, concluídas a partir do corpo e seus processos, assumiram base para uma construção social e de estruturas, o que exerceu influência na elaboração de leis e normas de conduta, justificando a inferiorização da mulher e a desigualdade de gênero que atravessa séculos e é repetida em uma teia de discursos (político, religioso, filosófico etc.), legitimando-se ao longo do tempo.

Dessa maneira, a história das mulheres foi marcada por muitas controvérsias, sobretudo invisibilidade e depreciação, seja através do seu alijamento ou da aplicação de tentativas de controle. Assim, o sentimento de indignação, especialmente pela exclusão das mulheres dos espaços públicos e pelo tratamento diferenciado, inclusive no âmbito laboral, logo começou a emergir.

É no século XIX que movimentos organizados de mulheres começam a emergir na luta pelo sufrágio universal, acesso à educação e à cidadania. Merece destaque, aqui, que nenhum momento da história das mulheres ou dos feminismos foi marcado por uma única pauta, uma única perspectiva ou um único grupo. O movimento ganhou força através de vários grupos de mulheres e inúmeras reivindicações, fazendo com que, historicamente, o feminismo tenha recebido categorizações por meio da contagem do tempo sob a denominação de ondas:

Em geral, afirma-se que o ocidente vivenciou pelo menos três momentos de grande movimentação e articulação feminista não restritos a um único espaço geográfico e que poderiam ser chamados de ondas feministas, em uma perspectiva mais global. A primeira dessas ondas formou-se na segunda metade do século XIX, em diferentes países, impulsionando inúmeras demandas até o início da I Guerra Mundial, quando milhares de mulheres viram-se obrigadas a lidar com a devastação e os problemas gerados pelos contextos da guerra. A segunda onda despontou em meados da década de 1960, intensificando-se na década de 1970 e espalhando-se por vários contextos sociais nas décadas seguintes. Quanto à terceira onda, há controvérsias sobre a sua periodização e caracterização. Essa controvérsia implica a existência ou não de uma quarta onda. De qualquer forma, no início do século XXI tornou-se perceptível, em vários pontos do globo, uma nova onda feminista, seja ela a terceira ou a quarta onda, e cujos efeitos e rumos ainda não são de todo conhecidos (Zirbel, 2021, p. 12).

Nesse sentido, quanto à chamada primeira onda, merece destaque a influência que outras pretensões libertárias, para além do sufrágio e a participação das mulheres nos espaços públicos, tiveram para a promoção dos ideais feministas. Exemplo disso é a busca pela igualdade salarial, em um momento em que, na Europa, vivenciava-se a Revolução Industrial e a inserção das mulheres no mercado de trabalho, a fim de suprir a necessidade de mão de obra.

Observa-se, portanto, que a ligação do feminismo com o movimento operário possui estreitos e longínquos vínculos, em razão da opressão comum que acometia as mulheres e os trabalhadores. Nesse particular, o movimento socialista alemão produziu, por meio do líder do Partido Social Democrata Alemão, August Bebel, uma das principais obras sobre a sujeição das mulheres no âmbito laboral – *A mulher e o socialismo*, publicada em 1879.

Para além da relação direta e comum entre a dominação de mulheres e trabalhadores, os ideais socialistas pregavam o bem comum através da promoção de igualdade com a supressão da propriedade privada e dos meios de produção. Aí residiriam a vindicação pelos mesmos direitos, oportunidades de trabalho, educação e participação ativa no meio público de maneira igualitária para todos. Na sequência, tem-se transcrição de trecho da obra mencionada, em que o socialista pontua com afinco a libertação da mulher, especialmente quanto à sua sexualidade:

É necessário, portanto, fundar uma ordem social em que a totalidade dos instrumentos de trabalho seja propriedade da comunidade, que reconheça a igualdade de direitos para todos, sem distinção de sexos [...] Apenas desse modo, a mulher se converterá, como o homem, em um membro da sociedade utilmente produtivo e com direitos iguais; unicamente desta maneira poderia dar pleno desenvolvimento a suas faculdades físicas e morais, cumprir com todos os deveres e gozar de todos os direitos sexuais (Bebel, 1879 *apud* González, 2010, p. 54).

O que se pretende, através da demonstração da conexão do feminismo e o socialismo, é revelar que o feminismo sempre esteve conectado, em algum momento, com pautas sociais. Não é diferente quando se analisa a afinidade do movimento com o repertório ecológico trazido à discussão científica nas últimas décadas do século XX, à medida que crescia a consciência sobre os impactos ambientais e a necessidade de abordagens mais sustentáveis para lidar com as questões globais.

Essa interseção exsurge em razão de que o feminismo, como visto, se entrelaçou com outras pautas sociais ao longo do tempo, incluindo, assim, as questões ecológicas e ambientais.

Como visto, ainda que não exista consenso quanto à última onda feminista e quais as suas reivindicações, é certo que o movimento se aproximou muito da luta pela preservação do meio ambiente – é a interpretação que se faz em cotejo com a preocupação da igualdade de gênero e, conseqüentemente, com a preservação da espécie.

Assim, na década de 1970, exsurtem ideias feministas vinculadas a preocupações ecológicas, através de um movimento mais tarde denominado como ecofeminismo, que passaria a abordar questões de gênero, antropocentrismo, androcentrismo e outras, como indica Puleo (2008, p. 48):

El ecofeminismo ha llamado la atención sobre los efectos negativos qjnne el desarrollo destructor del medio natural ha tenido sobre numerosas mujeres rurales del Sur y ha dado a conocer internacionalmente su organización en movimientos de resistencia que, en ocasiones, han sido exitosos. También ha señalado los distintos efectos nocivos de la sociedad química en consumidoras y productoras según su clase social y otros condicionantes tales como la raza.

Ante estos nuevos problemas, un ecofeminismo ilustrado debe reafirmar la tradicional sororidad internacional feminista, en este caso frente a la contaminación, la destrucción y la pobreza. Se trata, en otras palabras, de atender las demandas de ecojusticia del llamado ecologismo de los pobres, denunciando el mal desarrollo.³

Esse feminismo com traços ecológicos surge da compreensão de que as opressões de gênero e as desigualdades sociais estão intrinsecamente ligadas às crises ambientais. Esse enfoque reconhece que as mulheres, especialmente as mulheres marginalizadas e economicamente desfavorecidas, muitas vezes são as mais afetadas pelos problemas ambientais, como a poluição, a escassez de recursos naturais e as mudanças climáticas.

³ Tradução livre: O ecofeminismo chamou a atenção para os efeitos negativos que o desenvolvimento destrutivo do ambiente natural teve sobre inúmeras mulheres rurais do Sul e tornou sua organização internacionalmente conhecida em movimentos de resistência que, por vezes, tiveram sucesso. Também destacou os diferentes efeitos nocivos da sociedade química sobre consumidores e produtores de acordo com sua classe social e outros condicionantes como a raça.

Diante desses novos problemas, um ecofeminismo esclarecido deve reafirmar a tradicional sororidade feminista internacional, neste caso, diante da poluição, destruição e pobreza. É, em outras palavras, atender às demandas por eco-justiça do chamado ambientalismo dos pobres, denunciando mau desenvolvimento.

As lutas por justiça social, igualdade de gênero e sustentabilidade estão interligadas e exigem abordagens interseccionais e integradas. Nesse escopo, o que se percebe é que o feminismo não pretende implementar uma doutrina amparada em promessas, mas, sim, de acordo com Haraway (1995, p. 35), desconstruir o determinismo biológico:

Por exemplo, “sexo” como objeto do conhecimento biológico comumente aparece sob a capa do determinismo biológico, ameaçando o frágil espaço do construcionismo social e da teoria crítica, com as possibilidades que os acompanham de intervenção ativa e transformadora, postas em prática por conceitos feministas de gênero como diferença localizada socialmente, historicamente e semioticamente. No entanto, perder as descrições biológicas autorizadas a respeito de sexo, que criaram tensões produtivas com seu par binário, gênero, parece implicar em perder muito; parece implicar em perder não apenas o poder analítico no interior de uma tradição ocidental específica, mas o próprio corpo como algo que não seja uma página em branco para inscrições sociais, inclusive aquelas do discurso biológico.

Portanto, há um estreitamento entre as pautas feministas e ecológicas, as quais deram origem a movimentos feministas conectados com o meio ambiente, através de uma nova visão e compreensão de mundo, menos concentrada na produção desenfreada e mais focada na vida, considerando-a em suas fragilidades e em seu potencial de transformação (Aymoré, 2020). Essa conexão busca explorar as amarras entre a opressão de gênero, a exploração da natureza e as desigualdades sociais, destacando a importância de uma abordagem holística que leve em consideração tanto as dimensões sociais quanto ambientais. Esse enfoque reconhece que a luta pela igualdade de gênero está intrinsecamente ligada à luta por justiça ambiental e sustentabilidade.

O movimento ecofeminista surge a partir da década de 1970, durante a chamada segunda onda do feminismo, recebendo contribuições de movimentos antimilitaristas e pacifistas, que deram origem a movimentos com propósitos ambientais. O ecofeminismo conecta a dominação da natureza pelos humanos, assim como o feminino com relação ao masculino na estrutura ocidental patriarcal (Mies; Shiva, 1998). Essa linha de pensamento aliada ao movimento feminista analisa, também, os impactos que a destruição ambiental causa às mulheres. Outras questões, como a divisão sexual do trabalho e a desigualdade na distribuição do poder, também são objeto de problematização (Souza; Ramírez-Gálvez, 2007). Conforme Mies e Shiva (1998):

El género y la diversidad están vinculados em muchos aspectos. La construcción de las mujeres com el “segundo sexo” está asociada a la misma incapacidad para aceptar la diferencia que se encuentra em la base del paradigma del desarrollo que conduce al desplazamiento y la aniquilación de la diversidad em el mundo biológico. El mundo patriarcal considera al hombre como la medida de todo valor y no admite la diversidad, sino sólo la jerarquía. Trata a la mujer como desigual e inferior porque es diferente. No considera intrinsecamente valiosa la diversidad de la naturaleza em sí misma, sino que sólo su explotación comercial em busca de um beneficio económico le confiere valor. El criterio del valor comercial reduce así la diversidad a la categoría de um problema, de uma deficiencia. La destrucción de la diversidad y la creación de monocultivos se convierten em um imperativo para el patriarcado capitalista.⁴

Vandana Shiva e Maria Mies são autoras de extensa obra a respeito do ecofeminismo, na qual abordam a relação entre a marginalização das mulheres, a destruição da biodiversidade e o modelo patriarcal de progresso, alegando que, embora seja importante reconhecer que nem todas as formas de progresso estão necessariamente ligadas à destruição da biodiversidade, existem certos aspectos do desenvolvimento que podem ter um impacto negativo sobre o meio ambiente e a diversidade biológica.

Essa conexão entre a marginalização das mulheres e a destruição da biodiversidade pode ser entendida de diversas maneiras, especialmente através do ecofeminismo. Em algumas sociedades as mulheres ainda desempenham papel fundamental na conservação e na gestão dos recursos naturais, contudo, a marginalização das mulheres resulta em sua exclusão das decisões relacionadas ao uso e à proteção desses recursos, que, em consequência, levam a práticas insustentáveis de exploração e degradação ambiental (Mies; Shiva, 1998).

O modelo patriarcal também é tema de discussão, pois valoriza a monocultura e uniformidade em detrimento da diversidade biológica, em que as práticas agrícolas intensivas, por exemplo, tendem a promover a supressão da diversidade genética e a expansão de monoculturas, o que pode levar à perda de variedades de plantas e de

⁴ Tradução livre: Gênero e diversidade estão ligados de várias maneiras. A construção da mulher como “segundo sexo” está associada à mesma incapacidade de aceitar a diferença que está na base do paradigma de desenvolvimento que leva ao deslocamento e aniquilação da diversidade no mundo biológico. O mundo patriarcal considera o homem como medida de todo valor e não admite diversidade, apenas hierarquia. Ele trata a mulher como desigual e inferior porque ela é diferente. Não considera a diversidade da natureza intrinsecamente valiosa em si mesma, mas somente sua exploração comercial em busca de um benefício econômico lhe confere valor. O critério do valor comercial reduz assim a diversidade à categoria de problema, de deficiência. A destruição da diversidade e a criação de monoculturas tornam-se um imperativo para o patriarcado capitalista.

animais. Segundo Mies e Shiva (1998), essa perda de diversidade é prejudicial para a resiliência dos ecossistemas e pode torná-los mais suscetíveis a doenças, pragas e mudanças climáticas:

La marginación de las mujeres y la destrucción de la biodiversidad son procesos que van unidos. La pérdida de la diversidad es el precio del modelo patriarcal de progreso, que presiona inexorablemente en favor de los monocultivos, la uniformidad y la homogeneidad. Hasta la conservación se ve afectada por esta lógica perversa del progreso. El desarrollo agrario continúa fomentando la supresión de la diversidad, mientras los mismos grupos de intereses de ámbito mundial que destruyen la biodiversidad instan al Tercer Mundo a que vele por su conservación. Esta separación entre la producción y el consumo – producción basada en la uniformidad – y la conservación que hace esfuerzos desesperados para mantener la diversidad, actúa en contra de la protección de la biodiversidad. Sólo será posible protegerla si se adopta la diversidad como base, fundamento y principio lógico de la tecnología y la economía productiva.⁵

No cerne da linha de pensamento está a percepção de que as mulheres são mais afetadas pelas consequências da degradação ambiental. Isso ocorre porque muitas vezes são as mulheres que têm uma relação mais direta com o meio ambiente, dependendo dos recursos naturais para sua subsistência e desempenhando papéis importantes na gestão e preservação dos ecossistemas (Puleo, 2008).

A justiça ambiental também perpassa o tema, destacando as comunidades marginalizadas e a necessária inclusão das mulheres, que sofrem de forma desproporcional os impactos da poluição, da escassez de recursos naturais e das mudanças climáticas.

Infere-se, portanto, que o ecofeminismo enfatiza a relação entre a dominação da natureza pelos seres humanos e a opressão das mulheres dentro das estruturas patriarcais da sociedade ocidental, argumentando que a exploração e a destruição do meio ambiente são reflexos de uma mentalidade dominadora e hierárquica que coloca

⁵ Tradução livre: A marginalização das mulheres e a destruição da biodiversidade são processos que andam de mãos dadas. A perda da diversidade é o preço do modelo patriarcal de progresso, que pressiona inexoravelmente a favor das monoculturas, da uniformidade e da homogeneidade. Até a conservação é afetada por essa lógica perversa do progresso. O desenvolvimento agrícola continua a promover a supressão da diversidade, enquanto os mesmos grupos de interesse globais que destroem a biodiversidade incitam o Terceiro Mundo a assegurar a sua conservação. Essa separação entre produção e consumo – produção baseada na uniformidade – e conservação, que faz esforços desesperados para manter a diversidade, vai contra a proteção da biodiversidade. Só será possível protegê-la se a diversidade for adotada como base, fundamento e princípio lógico da tecnologia e da economia produtiva.

o ser humano acima da natureza e atribui valores de superioridade ao masculino em relação ao feminino.

Nesse sentido, é crucial envolver as mulheres na tomada de decisões relacionadas à conservação, reconhecendo e valorizando seus conhecimentos tradicionais e práticas sustentáveis, sendo necessário adotar-se uma abordagem que valorize a diversidade tanto quanto a tecnologia. Reconhecer a importância da natureza e diversidade significa reconhecer, também, a pluralidade biológica, cultural e de gênero, buscando sistemas mais inclusivos, que respeitem os limites ecológicos.

2.2 Mulheres e meio ambiente

A preocupação com os problemas ecológicos e ambientais aumenta diariamente. Há muito tempo, os movimentos feministas vêm propondo uma discussão profunda sobre os reflexos da degradação e da destruição do meio ambiente para o mundo, mas, também, para a vida das mulheres. O ecofeminismo enfatiza, assim, as interseções entre gênero e questões ambientais.

Partindo de um consenso acerca das formas de dominação e exploração das mulheres e do meio ambiente no cenário de desenvolvimento da política capitalista, surge o ecofeminismo. A teoria ecofeminista é um campo de discussão desde a década de 1970, todavia, a prática ecofeminista ao redor do mundo mostra-se incipiente e deveras fragilizada.

O ecofeminismo pode ser considerado mais como uma corrente que trabalha dentro do movimento ambientalista do que feminista. Não obstante, segundo Siliprandi (2000), no Brasil, há poucas organizações relativas a esse movimento, sendo mais comum um enfoque voltado para a natureza do que para com as questões sociais, que incluiriam uma preocupação com o papel das mulheres nos sistemas produtivos e sua situação de inferioridade no meio rural. Assuntos como divisão de tarefas entre as famílias que vivem no meio rural, hierarquia patriarcal, formas de sucessão por herança, divisão nos cuidados de filhos e idosos não são tratados como problema, mas, sim, não raramente, são tratados como questões de ordem cultural.

Pode-se dizer, no entanto, que a visibilidade dessa conexão entre mulheres e meio ambiente através do ecofeminismo tomou maiores proporções no início da

década de 90, com a realização da Conferência Meio Ambiente e Direitos Humanos no Rio de Janeiro (ECO-92)⁶. Nessa ocasião, defendeu-se a utilização do olhar feminino sobre o mundo, com críticas ao consumismo pregado pelas nações do Norte que agrava a pobreza do Sul, entre outras posições que vêm influenciando até os dias atuais os movimentos sociais de mulheres e agricultores (Siliprandi, 2000).

Essas organizações, portanto, tiveram um papel significativo na perspectiva ecofeminista sobre o mundo e suas questões, especialmente no que se refere às críticas ao consumismo exacerbado praticado pelas nações mais desenvolvidas, assim como ao desenvolvimento da noção de justiça climática. As vozes ecofeministas levantadas na ECO-92 e em outros movimentos sociais, influenciam, portanto, discussões e ações até hoje.

Ao longo dos anos, o ecofeminismo evoluiu e se diversificou, incorporando uma variedade de perspectivas e abordagens. Segundo Di Ciommo (2003), o movimento surge entre feministas que aderiram ao ecologismo e oferece uma teoria ambientalista com viés crítico e uma ética diferenciada entre seres humanos e meio ambiente. Plumwood, citado por Di Ciommo (2003), refere que o ecofeminismo é “um movimento político que representa a disposição das mulheres de [...] reagirem contra sua antiga exclusão da cultura e colocarem-se ao lado da natureza contra as formas destrutivas e dualísticas da cultura”.

Dessa forma, o ecofeminismo sugere a conexão mulher-natureza, reconhecendo que a desvalorização da vida possui consequências para a ecologia e para as mulheres. Nesse sentido, há motivos pelos quais a conexão entre mulher e natureza pode constituir-se em objeto de preocupação para o feminismo. Uma das razões é a compreensão de que essa conexão é “essencial para a permanência da dinâmica do tratamento que as mulheres e a natureza recebem na sociedade contemporânea” (Di Ciommo, 2003, p. 426). A perspectiva dualista refere-se à cultura ocidental que estabeleceu uma divisão entre a razão (associada ao masculino) e a natureza

⁶ A título de elucidação, é importante esclarecer que “a ECO-92, reconhecida como a Cúpula da Terra, foi um grande evento em prol do meio ambiente, realizada em junho de 1992, no Rio de Janeiro (Brasil), reunindo mais de 100 chefes de Estado do mundo para debater acerca do desenvolvimento sustentável, fomentando as discussões sobre um modelo de crescimento econômico menos consumista e mais preocupado com questões ambientais” (Sarlet; Fensterseifer, 2014 *apud* Schnorrenberger, 2018, p. 59). Essa Conferência foi a base para documentos importantes, como a Agenda 21, a Convenção da Biodiversidade, a Convenção das Mudanças Climáticas, a Carta da Terra e a Declaração do Rio sobre Ambiente e Desenvolvimento (Schnorrenberger, 2018).

(associada ao feminino). Essa dicotomia reforça estereótipos de gênero e justifica a exploração da natureza e das mulheres:

What is at issue here is not the distinctions between women/men, and human/nature, but their dualistic construction. The concept of the human has a masculine bias (among others) because the male/female and human/nature dualisms are closely intertwined, so much so that neither can be fully understood in isolation from the other. The dualistic distortion of culture and the historical inferiority of women and nature in the west have been based, as we have seen, on a network of assumptions involving a range of closely related dualistic contrasts, especially the dualism of reason and nature, or (in a virtually equivalent formulation), of humanity and culture on the one side and nature on the other. It is necessary to set these assumptions out clearly to dispel the fog of charges that essentialism, biologism and reverse sexism are inherent in ecofeminism (Echols 1983; Prentice 1988:9; Biehl 1991), and to chart clearly a path which avoids these pitfalls. Setting these assumptions out more fully makes it clearer what the problematic form of the reversal argument is (Plumwood, 1993, p. 33)⁷.

Essa dualidade tem sido usada para estabelecer hierarquias e justificar a subordinação das mulheres e da natureza, permeando a cultura ocidental, em que as dualidades homem/mulher e humano/natureza desempenharam um papel importante em muitas das concepções e normas que definem a humanidade, as quais foram estabelecidas a partir de perspectivas masculinas, inclusive a forma como a sociedade concebeu a diferença entre humanos e a natureza, figurando um como superior e outro inferior, respectivamente.

Val Plumwood, na obra *Feminism and the Mastery of Nature* (1993), aborda a interconexão entre a inferiorização de certos aspectos da vida associados às mulheres e à natureza e como isso continua a ter implicações negativas tanto para as mulheres quanto para o meio ambiente:

The inferiorisation of human qualities and aspects of life associated with necessity, nature and women—of nature-as-body, of nature-aspassion or emotion, of nature as the pre-symbolic, of nature-asprimitive, of nature-as-animal and of nature as the feminine— continues to operate to the

⁷ Tradução livre: O que está em questão aqui não são as distinções entre mulheres/homens e humanos/natureza, mas a sua construção dualística. O conceito do humano tem um viés masculino (entre outros) porque as dualidades homem/mulher e humano/natureza estão intimamente entrelaçadas, a ponto de nenhuma delas poder ser plenamente compreendida isoladamente da outra. A distorção dualística da cultura e a histórica inferioridade das mulheres e da natureza no Ocidente foram baseadas, como vimos, em uma rede de pressupostos que envolve uma série de contrastes dualísticos intimamente relacionados, especialmente o dualismo entre razão e natureza, ou (em uma formulação virtualmente equivalente) entre humanidade e cultura de um lado e natureza do outro. É necessário apresentar esses pressupostos de forma clara para dissipar a névoa de acusações de essencialismo, biologismo e sexismo reverso inerentes ao ecofeminismo (Echols 1983; Prentice 1988:9; Biehl 1991) e traçar com clareza um caminho que evite essas armadilhas. Ao apresentar esses pressupostos de forma mais abrangente, fica mais claro qual é a forma problemática do argumento de reversão.

disadvantage of women, nature and the quality of human life. The connection between women and nature and their mutual inferiorisation is by no means a thing of the past, and continues to drive, for example, the denial of women's activity and indeed of the whole sphere of reproduction. One of the most common forms of denial of women and nature is what I will term backgrounding, their treatment as providing the background to a dominant, foreground sphere of recognised achievement or causation (Plumwood, 1993, p. 21).⁸

Segundo alega, as mulheres e a natureza foram submetidas a um processo similar de inferiorização – isso significa que tanto as mulheres quanto o mundo natural são marginalizados e vistos como menos valiosos ou menos dignos de reconhecimento em comparação com as esferas dominantes associadas aos homens e à cultura. Além disso, essa inferiorização não é algo do passado, mas persiste na sociedade moderna, resultando na discriminação de ambas (mulheres e natureza), enfrentando subestimação quanto às suas contribuições. Nesse contexto, as contribuições e o significado das mulheres e da natureza são relegados a um papel secundário ou passivo, enquanto o primeiro plano é dominado pelas ações e conquistas dos homens e da cultura.

Assim, ao colocar em segundo plano as mulheres e a natureza, seus papéis e importância são negados ou desvalorizados, perpetuando padrões de desigualdade e contribuindo para a contínua subjugação de ambos. Há a necessidade de reconhecer e desafiar os padrões contínuos de inferiorização das mulheres e da natureza. Ao reconhecer as interconexões entre os dois e questionar o histórico de seus papéis e contribuições, torna-se possível trabalhar para uma sociedade mais equitativa e sustentável.

A autora ainda contextualiza sobre como a relação das mulheres e da natureza está profundamente enraizada na racionalidade do sistema econômico e nas estruturas da sociedade contemporânea, em que parece haver uma negação da dependência dos processos biosféricos e a visão do ser humano como separado da

⁸ Tradução livre: A inferiorização de qualidades humanas e aspectos da vida associados à necessidade, à natureza e às mulheres - da natureza como corpo, da natureza como paixão ou emoção, da natureza como pré-simbólica, da natureza como primitiva, da natureza como animal e da natureza como o feminino - continua a operar em detrimento das mulheres, da natureza e da qualidade da vida humana. A conexão entre mulheres e natureza e sua mútua inferiorização está longe de ser algo do passado e continua a motivar, por exemplo, a negação da atividade das mulheres e, de fato, de toda a esfera da reprodução. Uma das formas mais comuns de negação das mulheres e da natureza é o que chamarei de "backgrounding", o tratamento delas como fornecedoras do pano de fundo para uma esfera dominante e em primeiro plano de conquistas ou causação reconhecidas.

natureza, tratando a natureza como um provedor ilimitado sem suas próprias necessidades. Essa negação da dependência desempenha um papel significativo na perpetuação de práticas insustentáveis em relação à natureza, representando uma séria ameaça ao futuro da sociedade ocidental:

This backgrounding of women and nature is deeply embedded in the rationality of the economic system and in the structures of contemporary society (Ekins 1986; Waring 1988). What is involved in the backgrounding of nature is the denial of dependence on biospheric processes, and a view of humans as apart, outside of nature, which is treated as a limitless provider without needs of its own. Dominant western culture has systematically inferiorised, backgrounded and denied dependency on the whole sphere of reproduction and subsistence. This denial of dependency is a major factor in the perpetuation of the non-sustainable modes of using nature which loom as such a threat to the future of western society (Plumwood, 1993, p. 21).⁹

Em outras palavras, a autora afirma que os sistemas econômicos priorizam atividades produtivas, relegando a importância da natureza para um segundo plano, em que é provável que a negação da dependência do ser humano com a natureza leve a um esquecimento das consequências das ações humanas sobre o meio ambiente. Sustenta, ainda, que, nesse sistema, os seres humanos entendem-se separados da natureza e rejeitam a ideia de que estão sujeitos aos mesmos limites e restrições ecológicas que outras espécies.

Portanto, a conexão do feminismo com as preocupações ecológicas e ambientais exsurge, através de pautas e, em particular, críticas comuns. A abordagem quanto às questões de gênero, androcentrismo, antropocentrismo etc. aproximaram os movimentos (Puleo, 2008). Há uma relação intrínseca entre questões relacionadas ao sistema de gênero, feminismo e ecofeminismo, pois a forma como esses conceitos são abordados afetam a identidade e as experiências das mulheres em diferentes sociedades e contextos:

Roles, identidad sexuada, estereotipos, normas, sanciones y *status* son elementos constitutivos del sistema de género en el que todo *self* se incardina. Como sujetos, contribuimos a mantenerlo y, eventualmente, a transformarlo. El feminismo ha mostrado la posición subordinada del colectivo femenino y su deficitario acceso a los recursos y al reconocimiento en todas

⁹ Tradução livre: Este contexto das mulheres e da natureza está profundamente enraizado na racionalidade do sistema econômico e nas estruturas da sociedade contemporânea (Ekins 1986; Waring 1988). O que está envolvido no pano de fundo da natureza é a negação da dependência dos processos biosféricos e uma visão dos humanos como separados, fora da natureza, que é tratada como um fornecedor ilimitado, sem necessidades próprias. A cultura ocidental dominante inferiorizou sistematicamente, recuou e negou a dependência de toda a esfera da reprodução e da subsistência. Esta negação da dependência é um fator importante na perpetuação dos modos não sustentáveis de utilização da natureza que constituem uma ameaça ao futuro da sociedade ocidental.

las sociedades conocidas. El ecofeminismo ha llamado la atención sobre los efectos negativos que el desarrollo destructor del medio natural ha tenido sobre numerosas mujeres rurales del Sur y ha dado a conocer internacionalmente su organización en movimientos de resistencia que, en ocasiones, han sido exitosos. También ha señalado los distintos efectos nocivos de la sociedad química en consumidoras y productoras según su clase social y otros condicionantes tales como la raza (Puleo, 2008, p. 48).¹⁰

Conforme se infiere, o sistema de gênero, o feminismo e ecofeminismo estabelecem, juntos, uma conexão entre a opressão de gênero e a degradação ambiental. Sendo assim, os efeitos negativos do desenvolvimento ambientalmente destrutivo têm consequências negativas em especial para as mulheres rurais do Sul, que se encontram em uma posição socialmente desfavorecida, resultando, portanto, em maior marginalização e vulnerabilidade (Puleo, 2008). Não obstante, o ecofeminismo não encontra unanimidade entre as feministas:

Por lo general, la palabra “ecofeminismo” evoca desconfianza y rechazo entre las feministas porque se la asocia con teorías que identificaban a las mujeres con el mundo natural. Dado que el feminismo como teoría y como movimiento puede entenderse como un inmenso esfuerzo por liberar al colectivo femenino de las heterodesignaciones patriarcales y que la identificación de la Mujer con la Naturaleza ha sido un elemento importante del sistema de sexo-género, puede entenderse perfectamente esta aprensión. Aunque no todas las pioneras del ecofeminismo pueden ser encerradas en una misma categoría, las feministas de la diferencia han sido las más conocidas. El esencialismo de los textos “clásicos” ha sido presa fácil de la crítica no sólo por sus generalizaciones abusivas sobre las mujeres, sino por su peligro potencial de retorno a los estereotipos de la impotencia. La identificación de Mujer y Naturaleza, propia de numerosas culturas, forma parte de los discursos de legitimación patriarcal. Los significados y el bajo estatus conferidos a ambas a lo largo de la constitución de la racionalidad occidental prueban abundantemente esta función legitimadora del dominio. La participación en las guerras, el uso de las armas y el recurso habitual a la violencia han sido, y continúan siendo para amplios sectores de la humanidad, un elemento apreciado de la identidad masculina patriarcal (Puleo, 2008, p. 47).¹¹

¹⁰ Tradução livre: Funções, identidades de gênero, estereótipos, normas, sanções e status são elementos constitutivos do sistema de gênero no qual todo indivíduo se insere. Como sujeitos, contribuimos para mantê-lo e, eventualmente, transformá-lo. O feminismo tem destacado a posição subordinada do coletivo feminino e seu acesso deficiente aos recursos e ao reconhecimento em todas as sociedades conhecidas. O ecofeminismo tem chamado a atenção para os efeitos negativos que o desenvolvimento destrutivo do meio ambiente teve sobre numerosas mulheres rurais do Sul e tem divulgado internacionalmente sua organização em movimentos de resistência que, em algumas ocasiões, foram bem-sucedidos. Também tem apontado os diferentes efeitos prejudiciais da sociedade química em consumidoras e produtoras, dependendo de sua classe social e de outros condicionantes, como raça.

¹¹ Tradução livre: Geralmente, a palavra "ecofeminismo" evoca desconfiança e rejeição entre as feministas porque é associada a teorias que identificavam as mulheres com o mundo natural. Dado que o feminismo, como teoria e movimento, pode ser entendido como um imenso esforço para libertar o coletivo feminino das designações patriarcais externas, e a identificação da Mulher com a Natureza tem

Nesse sentido, é importante trazer ao debate que o ecofeminismo é, por vezes, criticado dentro do próprio movimento feminista. Nas palavras de Puleo (2008), algumas teorias ecofeministas identificaram a mulher com a natureza e essa associação tem sido criticada, uma vez que pode reforçar estereótipos de impotência e discursos de legitimação patriarcal que, historicamente, subordinaram tanto as mulheres quanto a natureza.

Portanto, a identificação das mulheres e da natureza pode ser visto como um discurso legitimador: argumenta-se que, em muitas culturas, a identificação das mulheres com a natureza tem sido usada como um discurso para legitimar a opressão e a dominação patriarcal. Essa associação pode conduzir à subordinação das mulheres e à justificação da sua marginalização e exploração. Não obstante, é de se notar que o ecofeminismo, enquanto abordagem, é diverso e nem todas as teorias ecofeministas se enquadram em tais associações essencialistas ou de reforço de estereótipos (Puleo, 2008).

Nesse contexto, o feminismo possui inúmeras pautas, no entanto, a principal, sem dúvida, é a igualdade. O movimento ecológico-ambiental, por sua vez, também está fundamentado na igualdade e na perspectiva de um mundo em que o bem-estar de todas as espécies é fator crucial na sobrevivência do planeta – eis aí a fagulha inicial que acende a conexão entre os temas. Di Ciommo (1999) alega que o movimento ecologista e o feminista se aproximaram em razão do combate às formas de submissão que o sistema, que considera apenas o progresso econômico e tecnológico, impregnou, em que os valores, inclusive, do patriarcalismo, subsistiram com força até pouco tempo.

Independentemente dos diversos enfoques acerca do tema, o certo é que um feminismo contemporâneo e crítico deve se engajar para além de ideais de caráter

sido um elemento importante do sistema de sexo-gênero, portanto, essa apreensão é compreensível. Embora nem todas as pioneiras do ecofeminismo possam ser categorizadas da mesma forma, as feministas da diferença foram as mais conhecidas. O essencialismo presente nos textos "clássicos" tem sido alvo fácil de críticas, não apenas por suas generalizações excessivas sobre as mulheres, mas, também, por seu potencial perigoso de reforçar estereótipos de impotência. A identificação da Mulher e da Natureza, presente em diversas culturas, faz parte dos discursos de legitimação do patriarcado. Os significados e o baixo status atribuídos a ambas ao longo da formação da racionalidade ocidental comprovam amplamente essa função legitimadora do domínio. A participação em guerras, o uso de armas e o recurso frequente à violência têm sido, e continuam sendo, para amplas parcelas da humanidade, um elemento valorizado da identidade masculina patriarcal.

exclusivamente feminino, empenhando-se em desafiar ideais, também, de caráter masculino e humano, tal qual o próprio ecofeminismo propõe:

When the problem of the women-nature connection is simply set aside, then, it is implicitly assumed that the solution is for women to fit into a model of human relations to nature which does not require change or challenge. Thus a critical and thoroughgoing contemporary feminism is and must be engaged in a lot more than merely challenging and revising explicit ideals of feminine character and behaviour. It is and must be engaged in revising and challenging as well the ideals of both *masculine* and of *human* character. It must take up the challenge to western culture, issued by the early feminists, to conceive women as being as equally and fully human as men. But it can only do this properly if it problematizes the dominant conception of the human, and of human culture, as well as that of the rational individual. The challenge then to dominant conceptions of the human involves but is more than a challenge to male domination. It involves also, as we shall see, the challenge to other forms of domination (Plumwood, 1993, p. 29).¹²

Em outras palavras, há a necessidade de o feminismo abordar normas e valores sociais mais amplos, ao invés de se concentrar apenas em questões específicas de gênero, incluindo questionar ideias predominantes de identidade humana, cultura e racionalidade, portanto, abordar a desigualdade de gênero faz parte de um esforço mais amplo para desafiar e transformar as dinâmicas de poder que vão além do gênero.

2.2.1 A conexão entre mudanças climáticas e a vulnerabilidade das mulheres

Da análise dos índices de pobreza e de vulnerabilidade decorre a preocupação com a questão da desigualdade de gênero e a forte presença das mulheres como mais suscetíveis ao sofrimento gerado por mudanças e adversidades decorrentes do clima. É, de fato, uma realidade mundial, documentada e percebida em diversos locais.

¹² Tradução livre: Quando o problema da conexão entre mulheres e natureza é simplesmente deixado de lado, então, implicitamente assume-se que a solução é que as mulheres se encaixem em um modelo de relações humanas com a natureza que não exige mudança ou questionamento. Portanto, um feminismo contemporâneo crítico e abrangente está e deve estar envolvido em muito mais do que simplesmente desafiar e revisar os ideais explícitos de caráter e comportamento feminino. Ele está e deve estar envolvido em revisar e desafiar também os ideais tanto do caráter masculino quanto do caráter humano. Ele deve aceitar o desafio lançado à cultura ocidental pelas primeiras feministas, concebendo as mulheres como igualmente e plenamente humanas quanto os homens. Mas só pode fazer isso adequadamente se problematizar a concepção dominante do humano e da cultura humana, bem como a do indivíduo racional. O desafio, portanto, às concepções dominantes do humano envolve, mas vai além do desafio à dominação masculina. Envolve também, como veremos, o desafio a outras formas de dominação.

Conforme relatório da ONU, as meninas e mulheres são as que mais sofrem e carregam o fardo das mudanças climáticas – 70% das pessoas no mundo que vivem na situação de pobreza são mulheres (United Nations, 2009). Segundo Olivera *et al.* (2021), a América Latina segue a tendência internacional de relativo aumento da sobrerrepresentação das mulheres nos lares em situação de pobreza, conforme relatório da ECLAC, de 2019.

Segundo o relatório de desenvolvimento humano de 2021/2022, elaborado pelas Nações Unidas, as desigualdades de gênero persistem e choques recentes, incluindo desequilíbrios planetários, a pandemia de covid-19 e crises econômicas, estão agravando a situação atual para as mulheres em todo o mundo (United Nations, 2022b). Segundo a publicação de estratégia de igualdade de gênero de 2022-2025 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento:

Las actuales modalidades de consumo y producción son insostenibles e injustas, y causan daños ambientales que afectan de manera desproporcionada a las personas marginadas, que son las que menos han contribuido a la crisis. La desigualdad de género es uno de los principales obstáculos para promover la dimensión ambiental del desarrollo sostenible. La degradación de las tierras, la deforestación, la escasez de agua y la contaminación aumentan la pobreza y el hambre de todas las personas, en particular las mujeres, e intensifican su carga de trabajo remunerado y no remunerado (United Nations, 2022a, texto digital).¹³

O IPCC também reconhece que as mulheres estão inseridas no grupo de pessoas mais vulneráveis quanto aos impactos das mudanças climáticas. Quanto aos sistemas alimentares acometidos pelos efeitos das alterações climáticas, mulheres e outros grupos minoritários em regiões de alto risco sofrem mais frequentemente de desnutrição, perda dos seus meios de subsistências e aumento de custos. Nesse sentido, o aumento de competição por recursos, como terra, energia e água, impactam diretamente na segurança alimentar (IPCC, 2022).

Outros fatores, como insegurança hídrica (IPCC, 2022) e desertificação, também figuram como problemas que afetarão mais as mulheres do que os homens. Quanto à desertificação, é certo que tal fenômeno favorecerá a migração e as mulheres serão

¹³ Tradução livre: As atuais modalidades de consumo e produção são insustentáveis e injustas, causando danos ambientais que afetam de forma desproporcional as pessoas marginalizadas, que são aquelas que menos contribuíram para a crise. A desigualdade de gênero é um dos principais obstáculos para promover a dimensão ambiental do desenvolvimento sustentável. A degradação da terra, o desmatamento, a escassez de água e a poluição aumentam a pobreza e a fome de todas as pessoas, especialmente das mulheres, e intensificam sua carga de trabalho remunerado e não remunerado.

impactadas mais do que os homens pela degradação ambiental, particularmente naquelas áreas com maior dependência de meios de subsistência agrícolas (IPCC, 2019).

Os dados denotam que há um evidente desequilíbrio de poder, o que ilustra, inequivocamente, a necessidade de promover o acesso das mulheres a recursos e informações para que possam se adaptar e sobreviver melhor às mudanças climáticas. São seus direitos fundamentais que são ameaçados, ou seja, a violação de direitos está mais presente entre as mulheres do que entre os homens.

A interconexão entre a exploração da natureza e a opressão das mulheres está fortemente vinculada à perspectiva de desenvolvimento, particularmente com a influência do capitalismo produtivo. Trata-se de uma visão crítica que aborda como o desenvolvimento desenfreado, muitas vezes impulsionado pelo sistema econômico capitalista, pode ter efeitos negativos tanto no ambiente natural quanto nas mulheres e naqueles que dependem delas (Aymoré, 2020, p. 185):

No entanto, em sua vertente desenvolvimentista, não é apenas a natureza que é afetada, mas as mulheres e os que dependem mais diretamente dos seus cuidados. Não por acaso a aproximação entre a natureza e a mulher permanece na tensão entre, por um lado, uma relação que dignifica por atribuir a capacidade de produzir e de reproduzir vida aos dois elementos relacionados, e, por outro lado, uma relação que reduz a experiência das mulheres e da natureza, pois a sua aproximação também se dá por serem marcadas por relações de dominação, exercidas pelo capitalismo produtivo sem limites.

Em outras palavras, a aproximação entre mulheres e natureza é frequentemente marcada por relações de dominação, que são exercidas pelo capitalismo produtivo sem limites. Nesse sentido, a busca pelo lucro e pelo crescimento econômico leva à exploração excessiva tanto dos recursos naturais quanto das pessoas que são mais vulneráveis, incluindo as mulheres.

Essa perspectiva crítica ressalta como o desenvolvimento econômico, muitas vezes, pode desconsiderar os impactos negativos no ambiente e nas pessoas, especialmente nas mulheres e nas comunidades que são mais afetadas por essas dinâmicas. Em alguns locais, especialmente em países de “Terceiro Mundo”, a agricultura ainda é a fonte mais importante de subsistência das mulheres:

La agricultura y otras actividades afines son la fuente de subsistencia más importante para las mujeres del Tercer Mundo. [...]. En el Tercer Mundo, la mayoría de quienes trabajan pequeñas explotaciones agrícolas son mujeres, aunque hayan permanecido invisibles y no se les haya prestado atención en los programas oficiales de desarrollo agrario. Las políticas del GATT, en la

medida em que se centra en el comercio internacional de alimentos, están encaminadas a marginalizar todavía más a las economías familiares y domésticas de producción de alimentos en las que las mujeres desempeñan un papel significativo. [...]. En la India, la agricultura emplea al 70% de la población activa y a alrededor del 84% de todas las mujeres económicamente activas (Mies; Shiva, 1997, p. 27).¹⁴

Conforme sustenta a autora, a agricultura e atividades conexas possuem especial importância na vida de mulheres em locais como, por exemplo, a Índia, assumindo ainda mais relevância quanto ao desenvolvimento dessas comunidades. Muitas mulheres trabalham em pequenas explorações agrícolas e realizam uma variedade de tarefas, desde o plantio, cultivo, recolhimento e processamento dos alimentos.

É essencial reconhecer e valorizar o papel vital que as mulheres desempenham na agricultura e na segurança alimentar em muitas comunidades de países em desenvolvimento, sendo que as políticas de desenvolvimento e de comércio devem considerar as realidades locais e a igualdade de gênero para garantir que as desigualdades existentes não sejam ainda mais acentuadas. Ainda sobre a atuação das mulheres na agricultura:

El trabajo de las mujeres y sus medios de vida en el ámbito de la agricultura de subsistencia se basan, por ejemplo, en el uso múltiple y la gestión de la biomasa para la obtención de forraje, abono, alimentos y combustible. La recolección de forraje en los bosques forma parte de un proceso de transferencia de la fertilidad con vistas a la producción de cultivos, la gestión del suelo y la estabilidad del ciclo del agua. En todos los sectores, se tiende a omitir en los cálculos el trabajo de las mujeres que se dedican a esta actividad y a reducirlo a la invisibilidad.

Si se toman en consideración estas actividades conexas, de importancia fundamental desde el punto de vista ecológico y económico, la agricultura resulta ser la ocupación principal de las mujeres “trabajadoras” en la India rural. La mayoría de las mujeres de la India no son meras amas de casa, sino agricultoras (Mies; Shiva, 1997, p. 108).¹⁵

¹⁴ Tradução livre: A agricultura e outras atividades relacionadas são a fonte de subsistência mais importante para as mulheres no Terceiro Mundo. [...]. No Terceiro Mundo, a maioria dos que trabalham em pequenas explorações agrícolas são mulheres, embora tenham permanecido invisíveis e negligenciadas nos programas oficiais de desenvolvimento agrícola. As políticas do GATT, na medida em que se centram no comércio internacional de alimentos, visam marginalizar ainda mais as economias familiares e domésticas de produção alimentar, nas quais as mulheres desempenham um papel significativo. [...]. Na Índia, a agricultura emprega 70% da população ativa e cerca de 84% de todas as mulheres economicamente ativas.

¹⁵ Tradução livre: O trabalho das mulheres e os seus meios de subsistência na agricultura de subsistência baseiam-se, por exemplo, na utilização e gestão múltipla da biomassa para obter forragens, fertilizantes, alimentos e combustível. A colheita de forragem nas florestas faz parte de um processo de transferência de fertilidade com vista à produção agrícola, à gestão do solo e à estabilidade

A referência às comunidades agrícolas e a relação com as mulheres reafirma que elas desempenham um papel fundamental na gestão de recursos naturais e de sustentabilidade na produção agrícolas, embora sua contribuição possa ser subestimada ou negligenciada. Segundo se infere, para além das práticas agrícolas, as mulheres também atuam na transmissão do conhecimento tradicional e saberes na conservação da biodiversidade. Não obstante, essas tarefas às vezes não são consideradas parte formal da economia, levando à falta de reconhecimento e de remuneração, que não possui somente implicações econômicas, mas, também, sociais e culturais.

2.2.2 Aplicação do viés interseccional entre as dimensões de gênero e os problemas ambientais

A partir da constatação de que as mulheres representam a maior parte das pessoas afetadas com as mudanças climáticas, exsurge a necessidade de se voltar os olhares a como as questões de gênero estão conectadas com os problemas ambientais, tal como o ecofeminismo propõe. Nesse aspecto, a abordagem através da lente interseccional se revela uma importante ferramenta de contemplação para potencialização de mitigação de impactos.

É justamente a falta de cruzamento entre os eixos “gênero” *versus* “problemas ambientais” que diminui a possibilidade e atrapalha que ações e estratégias públicas resolvam a questão da vulnerabilidade das mulheres frente aos problemas decorrentes das transformações do clima.

Na realidade, a falta da transversalidade aumenta, ainda mais, as chances de que as opressões e situações de debilidade sejam potencializadas, pois as mulheres não são uniformemente afetadas. Em outras palavras, cada mulher possui sua gama de especificidade e suscetibilidade frente às mudanças climáticas: seja pela privação de recursos ou pela fome, há diferentes e milhares de particularidades que devem ser

do ciclo da água. Em todos os setores, o trabalho das mulheres envolvidas nesta atividade tende a ser omitido dos cálculos e reduzido à invisibilidade.

Se estas atividades relacionadas, de fundamental importância ecológica e econômica, forem tidas em conta, a agricultura acaba por ser a principal ocupação das mulheres “trabalhadoras” na Índia rural. A maioria das mulheres na Índia não são meras donas de casa, mas sim agricultoras.

enxergadas a fim de eliminarmos as iniquidades de gênero e, em especial, o sofrimento das mulheres frente às variações ecológicas e destruição de ecossistemas, como observam Olivera *et al.* (2021, p. 17):

As opressões se interseccionam, criando condições de maior vulnerabilidade para mulheres negras, indígenas, quilombolas, periféricas, pobres e corpos feminizados que saem da norma, toda vez que enfrentam camadas de discriminações multidimensionais – por exemplo, por serem mulheres, negras e pobres, ou por serem mulheres indígenas, lésbicas, ou por serem mulheres periféricas transexuais, e assim há múltiplas combinações possíveis. Desse modo, considerar as mulheres como um grupo homogêneo pode reforçar estereótipos que perpetuam desigualdades econômicas, sociais ou políticas, e invisibilizam os desafios dos diferentes grupos mais oprimidos. Nesse sentido, é importante considerar o conceito de Racismo Ambiental (Silva, 2012), que reconhece as desigualdades sociais, raciais e de gênero como determinantes para o grau de exposição dos grupos sociais aos riscos ambientais. Segundo Acselrad (2004), as sociedades possuem mecanismos sociopolíticos que determinam que a maior parte dos danos ambientais das atividades econômicas recai sobre grupos sociais de trabalhadores, populações de baixa renda, segmentos raciais discriminados e parcelas marginalizadas.

O que se defende é que, para compreender as consequências dos problemas ambientais sobre as mulheres, em particular, é preciso englobar, também, outras situações de desigualdade e de exclusão, para além das variações climáticas *per se*. Essa é a finalidade do olhar interseccional: promover a redução e a extinção do sofrimento entre as mulheres e, no âmbito legal e ambiental, possibilitar a efetivação da justiça climática.

Como já visto, embora a interseccionalidade esteja frequentemente associada a teorias feministas negras, notadamente nos Estados Unidos, e ao projeto político de teorizar as relações entre gênero, classe e raça, ela também foi adotada e elaborada por uma segunda vertente importante dentro da teoria feminista. Teóricas feministas inspiradas por perspectivas teóricas pós-modernas viram a interseccionalidade como uma colaboradora no objetivo de desconstruir paradigmas modernistas da filosofia e ciência ocidentais, buscando incorporar a aplicação interseccional na produção de teorias feministas autocríticas e responsáveis, o que inclui a perspectiva interseccional vinculada aos problemas ambientais (Davis, 2008, p. 71).

O reconhecimento de que as mulheres são mais afetadas pelo fator climático existe há décadas, embora a literatura acerca do tema seja recente, especialmente quanto à situação de mulheres que estão expostas, como já dito, a outros eixos de

opressão para além do gênero, a exemplo da pobreza e da localização geográfica, em especial, as mulheres do Sul Global:

These ideas are reminiscent of debates on women and development in the 1980s when women's work and involvement in environmental management began to gain attention. The recent gender and climate change literature also reiterates ideas about women's poverty, vulnerability and virtuousness. There are three main arguments in relation to women and climate change. Firstly, that women need special attention because they are the poorest of the poor; secondly, because they have a higher mortality rate during natural calamities caused by climate change and thirdly because women are more environmentally conscious. While the first two refer mainly to the women in the South, the last is especially apparent in the literature on gender and climate change in the North (Arora-Jonsson, 2011, p. 745).¹⁶

A perspectiva de que as alterações climáticas afetam desproporcionalmente as mulheres, especialmente as moradoras dos países em desenvolvimento ou do Sul Global, se justifica porque as mulheres dessas regiões desempenham funções que as tornam mais suscetíveis aos impactos das alterações climáticas, como, por exemplo, ter que garantir água, alimentos e combustível para as suas famílias. As catástrofes naturais, a mudança dos padrões climáticos e a degradação ambiental podem perturbar essas tarefas significativamente e exacerbar as desigualdades de gênero já existentes. Além disso, o acesso limitado das mulheres aos recursos e aos processos de tomada de decisão pode prejudicar a sua capacidade de adaptação ou de mitigação dos efeitos das alterações climáticas (Arora-Jonsson, 2011).

Outro entendimento interliga as mulheres e o meio ambiente, que é a ideia de que as mulheres, particularmente no Norte Global, são retratadas como mais conscientes e responsáveis ambientalmente em comparação aos homens, porque apresentam comportamentos ecológicos mais acentuados, como reduzir o consumo, praticar estilos de vida sustentáveis e apoiar iniciativas ecológicas. Essa perspectiva surgiu de estudos que mostram que as mulheres tendem a ter pegadas de carbono menores, a consumir menos recursos e a envolver-se em práticas mais sustentáveis.

¹⁶ Tradução livre: Estas ideias fazem lembrar os debates sobre as mulheres e o desenvolvimento na década de 1980, quando o trabalho e o envolvimento das mulheres na gestão ambiental começaram a ganhar atenção. A literatura recente sobre gênero e alterações climáticas também reitera ideias sobre a pobreza, a vulnerabilidade e a virtuosidade das mulheres. Existem três argumentos principais em relação às mulheres e às alterações climáticas. Em primeiro lugar, que as mulheres necessitam de atenção especial porque são as mais pobres entre os pobres; em segundo lugar, porque têm uma taxa de mortalidade mais elevada durante calamidades naturais causadas pelas alterações climáticas e, em terceiro lugar, porque as mulheres são mais conscientes do ponto de vista ambiental. Embora os dois primeiros se refiram principalmente às mulheres no Sul, o último é especialmente evidente na literatura sobre gênero e alterações climáticas no Norte.

No entanto, essas tendências não se devem apenas a características inerentes ao gênero, mas, também, são influenciadas por fatores socioeconômicos, normas culturais e oportunidades:

Where does gender figure in the debates on climate change? Dual themes recur throughout the existing though limited literature on gender and climate change – women as vulnerable or women as virtuous in relation to the environment. This imagery makes two view points seemingly obvious: women in the global South will be affected more adversely by climate change than men in those countries and that men in the global North pollute more than their female counterparts. Common to both places is that women are not part of decision making bodies as are the men in their societies and that is to the detriment of women. In other words, women in the South are extremely vulnerable to climate change while women in the North are much more conscientious when it comes to dealing with climate change, possessing virtues of environmentalism which their male counterparts with their propensity for long distance travels and meat eating habits do not (Arora-Jonsson, 2011, p. 745).¹⁷

Embora essa perspectiva realce uma dimensão de gênero entre as alterações climáticas, também explora fatores interseccionais, como a classe, etnia e localização geográfica das mulheres vulneráveis, razão pela qual é essencial a análise interseccional nas questões relacionadas a mulheres e alterações do clima:

Yet, the aim of intersectionality is not simply to include as many analytical categories as possible, or list an—obviously not all-encompassing—number of factors that may determine responsibility and vulnerability in relation to climate change, but to widen the perspective and reflect upon what factors may be relevant in a particular setting. As a matter of research strategy, the individual researcher may need to select and prioritise the most interesting or relevant intersections in the particular case, while keeping in mind the bigger picture.

An intersectional analysis goes beyond identifying power patterns to problematising the underlying social categorisations and see how these are reinforced or challenged in light of climate change. Which identities are promoted and serve as grounds for political action? And which identities become invisible in such projects? (Kaijser; Kronsell, 2014, p. 422).¹⁸

¹⁷ Tradução livre: Onde o gênero se encaixa nos debates sobre as mudanças climáticas? Temas duplos recorrem ao longo da literatura existente, embora limitada, sobre gênero e mudanças climáticas - mulheres como vulneráveis ou mulheres como virtuosas em relação ao meio ambiente. Essa imagem torna dois pontos de vista aparentemente óbvios: as mulheres no Sul Global serão afetadas de forma mais adversa pelas mudanças climáticas do que os homens nesses países e que os homens no Norte global poluem mais do que suas colegas do sexo feminino. Comum a ambos os lugares é que as mulheres não fazem parte dos órgãos de tomada de decisão, como os homens em suas sociedades, e isso é prejudicial para as mulheres. Em outras palavras, as mulheres no Sul são extremamente vulneráveis às mudanças climáticas, enquanto as mulheres no Norte são muito mais conscientes quando se trata de lidar com as mudanças climáticas, possuindo virtudes do ambientalismo que seus colegas do sexo masculino, com sua propensão para viagens de longa distância e hábitos de consumo de carne, não possuem.

¹⁸ Tradução livre: No entanto, o objetivo da interseccionalidade não é simplesmente incluir o maior número possível de categorias analíticas ou listar um número obviamente não abrangente de fatores

O que as autoras argumentam é que a interseccionalidade é um quadro complexo e cheio de nuances que vai além de uma mera lista de verificação de categorias analíticas. Trata-se de compreender como vários aspectos da identidade e do posicionamento social de uma pessoa se cruzam e interagem para moldar suas experiências, vulnerabilidades e privilégios. Visa, portanto, alargar nossa perspectiva sobre questões sociais, como as alterações climáticas. Em vez de apenas considerar uma longa lista de categorias, encoraja-nos a refletir sobre quais fatores são relevantes e como eles interagem em um contexto específico.

No caso das alterações climáticas, envolve priorizar certos aspectos da identidade, indo além da identificação da dinâmica de poder, aprofundando a compreensão das categorias sociais subjacentes e como elas são reforçadas ou desafiadas pelas alterações e políticas climáticas, pois algumas identidades podem ser mais visíveis e influentes, enquanto outras podem ser marginalizadas ou negligenciadas.

Há um reconhecimento crescente de que a análise das alterações climáticas requer abordagens sensíveis ao gênero que reconheçam os diversos papéis e experiências de mulheres e homens. No *Fourth Assessment Report (4º Relatório de Avaliação)* do IPCC (publicado no ano de 2007), *Impacto, Adaptação e Vulnerabilidade*, já era reconhecido que os desastres impactam diferentemente homens e mulheres:

Men and women are affected differently in all phases of a disaster, from exposure to risk and risk perception; to preparedness behaviour, warning communication and response; physical, psychological, social and economic impacts; emergency response; and ultimately to recovery and reconstruction (Fothergill, 1998). Natural disasters have been shown to result in increased domestic violence against, and post-traumatic stress disorders in, women (Anderson and Manuel, 1994; Garrison et al., 1995; Wilson et al., 1998; Ariyabandu and Wickramasinghe, 2003; Galea et al., 2005). Women make an important contribution to disaster reduction, often informally through participating in disaster management and acting as agents of social change. Their resilience and their networks are critical in household and community recovery (Enarson and Morrow, 1998; Ariyabandu and Wickramasinghe,

que possam determinar responsabilidade e vulnerabilidade em relação às mudanças climáticas, mas ampliar a perspectiva e refletir sobre quais fatores podem ser relevantes em um contexto específico. Como estratégia de pesquisa, o pesquisador individual pode precisar selecionar e priorizar as interseções mais interessantes ou relevantes no caso particular, mantendo em mente o quadro geral. Uma análise interseccional vai além da identificação de padrões de poder para problematizar as categorizações sociais subjacentes e ver como essas categorizações são reforçadas ou desafiadas à luz das mudanças climáticas. Quais identidades são promovidas e servem como base para ação política? E quais identidades se tornam invisíveis em tais projetos?

2003). After the 1999 Orissa cyclone, most of the relief efforts were targeted at or through women, giving them control over resources. Women received the relief kits, including house-building grants and loans, resulting in improved self-esteem and social status (Briceño, 2002). Similarly, following a disastrous 1992 flood in Pakistan in the Sarghoda district, women were involved in the reconstruction design and were given joint ownership of the homes, promoting their empowerment (IPCC, 2007, p. 730).¹⁹

Segundo o mesmo relatório, as pesquisas mostram que as alterações climáticas têm características específicas de gênero, além de implicações em termos de vulnerabilidade e capacidade adaptativa. Isso se deve ao fato de que existem diferenças estruturais entre os homens e mulheres através, por exemplo, de papéis específicos de gênero na sociedade, no trabalho e na vida doméstica. Essas diferenças afetam a vulnerabilidade e capacidade de mulheres e homens a se adaptarem às alterações climáticas. No mundo em desenvolvimento, em particular, as mulheres são desproporcionalmente envolvidas em atividades dependentes de recursos naturais, como a agricultura, em comparação com os trabalhadores assalariados (IPCC, 2007).

O mesmo relatório aborda as atividades diretamente dependentes das condições climáticas desempenhadas pelas mulheres e que dependem de recursos, fazendo com que as alterações na variabilidade climática venham a afetar mais as mulheres através de uma variedade de mecanismos: diretamente através da disponibilidade de água, disponibilidade de vegetação e de lenha e através de questões de saúde relacionadas com populações vulneráveis (especialmente crianças e idosos). Mais especificamente, a vulnerabilidade das mulheres nas economias agrícolas é afetada

¹⁹ Tradução livre: Homens e mulheres são afetados de maneira diferente em todas as fases de um desastre, desde a exposição ao risco e percepção do risco, até o comportamento de preparação, comunicação de alerta e resposta; impactos físicos, psicológicos, sociais e econômicos; resposta de emergência; e, finalmente, a recuperação e reconstrução (Fothergill, 1998). Foi demonstrado que desastres naturais resultam em aumento da violência doméstica contra as mulheres e em transtornos de estresse pós-traumático (Anderson e Manuel, 1994; Garrison et al., 1995; Wilson et al., 1998; Ariyabandu e Wickramasinghe, 2003; Galea et al., 2005). As mulheres desempenham uma contribuição importante na redução de desastres, frequentemente informalmente, participando na gestão de desastres e atuando como agentes de mudança social. Sua resiliência e suas redes são fundamentais na recuperação de famílias e comunidades (Enarson e Morrow, 1998; Ariyabandu e Wickramasinghe, 2003). Após o ciclone de Orissa em 1999, a maioria dos esforços de socorro foi direcionada para ou por meio das mulheres, dando a elas controle sobre os recursos. As mulheres receberam kits de socorro, incluindo subsídios e empréstimos para construção de casas, resultando em aumento da autoestima e status social (Briceño, 2002). Da mesma forma, após uma inundação desastrosa em 1992 no Paquistão, no distrito de Sarghoda, as mulheres estiveram envolvidas no projeto de reconstrução e receberam copropriedade das casas, promovendo seu empoderamento.

pela sua relativa insegurança de acesso a direitos sobre recursos e fontes de riqueza, como terras agrícolas (IPCC, 2007).

O relatório também refere que está pacificada a questão de que as mulheres estão em desvantagem em termos de direitos de propriedade e de segurança de posse, assim, essa insegurança pode ter implicações tanto na sua vulnerabilidade em um clima em mudança como, também, na sua capacidade de adaptar meios de subsistência produtivos a essas alterações:

There is a body of research that argues that women are more vulnerable than men to weather-related disasters. [...]. These differential impacts include numbers of deaths, and well-being in the post-event recovery period. The disproportionate amount of the burden endured by women during rehabilitation has been related to their roles in the reproductive sphere (Nelson et al., 2002). Children and elderly persons tend to be based in and around the home and so are often more likely to be affected by flooding events with speedy onset. Women are usually responsible for the additional care burden during the period of rehabilitation, whilst men generally return to their pre-disaster productive roles outside the home. Fordham (2003) has argued that the key factors that contribute to the differential vulnerability of women in the context of natural hazards in South Asia include: high levels of illiteracy, minimum mobility and work opportunities outside the home, and issues around ownership of resources such as land.

The role of gender in influencing adaptive capacity and adaptation is thus an important consideration for the development of interventions to enhance adaptive capacity and to facilitate adaptation. Gender differences in vulnerability and adaptive capacity reflect wider patterns of structural gender inequality. One lesson that can be drawn from the gender and development literature is that climate interventions that ignore gender concerns reinforce the differential gender dimensions of vulnerability (Denton, 2004). It has also become clear that a shift in policy focus away from reactive disaster management to more proactive capacity building can reduce gender inequality (Mirza, 2003) (IPCC, 2007, p. 730).²⁰

²⁰ Tradução livre: Há um conjunto de pesquisas que argumenta que as mulheres são mais vulneráveis do que os homens aos desastres relacionados com o clima. [...] Uma quantidade desproporcional da carga suportada pelas mulheres durante a reabilitação tem sido relacionada com o seu papel no processo reprodutivo. esfera (Nelson et al., 2002). As crianças e os idosos tendem a viver dentro e fora de casa e, por isso, são mais propensos a afetados por eventos de inundação com início rápido. As mulheres são geralmente responsáveis pela carga adicional de cuidados durante o período de reabilitação, enquanto os homens geralmente regressam aos seus papéis produtivos anteriores à catástrofe, fora de casa. Fordham (2003) argumenta que os principais fatores que contribuem para a vulnerabilidade diferencial das mulheres no contexto dos perigos naturais no Sul da Ásia incluem: altos níveis de analfabetismo, mobilidade mínima e oportunidades de trabalho fora de casa, e questões relacionadas à propriedade de recursos como a terra.

O papel do gênero na influência da capacidade adaptativa é, portanto, uma consideração importante para o desenvolvimento de intervenções para aumentar a capacidade adaptativa. Diferenças de gênero na vulnerabilidade e capacidade adaptativa refletem padrões mais amplos de desigualdade estrutural de gênero. Uma lição que pode ser tirada da literatura sobre gênero e desenvolvimento é que as intervenções climáticas que ignoram as preocupações de gênero reforçam as dimensões diferenciais da vulnerabilidade de gênero (Denton, 2004).

Inferese-se, portanto, que o relatório aponta, há mais de quinze anos, a vulnerabilidade diferencial das mulheres em relação aos homens. Essa vulnerabilidade possui várias dimensões e está relacionada a fatores sociais, econômicos e culturais. Como já visto, o papel nas responsabilidades de cuidado pode limitar a capacidade das mulheres de se recuperarem plenamente após um desastre; a desigualdade de gênero, outrossim, aparece como um importante fator de limitação no que diz respeito ao acesso à educação, mobilidade e oportunidades de trabalho fora de casa, além das questões relacionadas a propriedade de recursos, a exemplo da terra.

O documento *Women, Gender Equality and Climate Change* (UN Women Watch, 2009), da ONU para as Mulheres, aponta, desde 2009, que as mulheres são mais vulneráveis no contexto de crise climática. Além de serem a maioria das pessoas consideradas pobres mundialmente, dependem mais dos recursos naturais ameaçados pelas alterações climáticas para sua subsistência.

As alterações climáticas têm sérias ramificações em quatro dimensões da segurança alimentar: disponibilidade de alimentos, acessibilidade aos alimentos, utilização dos alimentos e estabilidade dos sistemas alimentares. As mulheres agricultoras representam cerca de 45 a 80% de toda a produção alimentar nos países em desenvolvimento, dependendo da região. Cerca de dois terços da força de trabalho feminina nos países em desenvolvimento e mais de 90% em muitos países africanos estão envolvidos na produção agrícola (UN Women Watch, 2009).

Para além de dados como os citados, as mulheres também enfrentam barreiras sociais, econômicas e políticas que limitam a sua capacidade de sobrevivência. As mulheres nas zonas rurais dos países em desenvolvimento são especialmente vulneráveis quando dependem fortemente dos recursos naturais locais para a sua subsistência. Aquelas que têm a responsabilidade de garantir água, alimentos e combustível para cozinhar e aquecer enfrentam os maiores desafios, pois, no contexto das alterações climáticas, as fontes tradicionais de alimentos tornam-se mais imprevisíveis e escassas. O documento também revela que as mulheres possuem mobilidade limitada, colocando-as em uma posição desproporcional quanto aos efeitos das alterações climáticas (UN Women Watch, 2009).

Acerca da mobilidade humana, o mesmo documento da ONU traz ao debate as questões relacionadas ao processo gradual de deterioração ambiental, que aumentará os fluxos de migração humana interna e transfronteiriça nas próximas décadas, implicando em um maior número de pessoas deslocadas, a exemplo de erosões, inundações e alterações agrícolas, resultando em taxas de mortalidade mais elevadas para as mulheres nos países em desenvolvimento, em uma ligação direta ao seu status socioeconômico.

De forma geral, as taxas de mortalidade de mulheres e homens frequentemente são diferentes em desastres naturais. Um estudo de 2006 da London School of Economics acerca de 141 desastres naturais constatou que, quando os direitos econômicos e sociais são garantidos para ambos os sexos, o mesmo número de mulheres e homens morre em desastres. Ao mesmo tempo, quando as mulheres não desfrutam dos mesmos direitos econômicos e sociais que os homens, mais mulheres do que homens morrem em desastres. Essa discrepância de gênero veio à tona em uma variedade de grandes desastres, incluindo o Tsunami Asiático, Furacão Mitch, Furacão Katrina e outras tempestades nas Américas, ondas de calor na Europa, ciclones no Sul da Ásia etc. (UN Women Watch, 2009). O mesmo documento aponta que inúmeros são os motivos que levam às mulheres a serem consideradas mais vulneráveis em situações de drama climático:

The vulnerability of women to disasters is increased for a number of reasons. Post-disaster, women are usually at higher risk of being placed in unsafe, overcrowded shelters, due to lack of assets, such as savings, property or land. In the context of cyclones, floods, and other disasters that require mobility, cultural constraints on women's movements may hinder their timely escape, access to Shelter or access to health care. Exacerbating this effect, women often avoid using shelters out of fear of domestic and sexual violence, and become even less mobile as primary family care-givers. Poor women and those in countries of higher gender inequality appear to be at the highest risk: a direct correlation has been observed between women's status in society and their likelihood of receiving adequate health care in times of disaster and environmental stress (UN Women Watch, 2009, p. 9).²¹

²¹ Tradução livre: A vulnerabilidade das mulheres aos desastres é aumentada por várias razões. Após o desastre, as mulheres geralmente têm um risco maior de serem colocadas em abrigos inseguros e superlotados devido à falta de ativos, como economias, propriedade ou terra. No contexto de ciclones, inundações e outros desastres que exigem mobilidade, restrições culturais aos movimentos das mulheres podem dificultar sua fuga oportuna, o acesso a abrigo ou acesso a cuidados de saúde. Exacerbando esse efeito, as mulheres muitas vezes evitam usar abrigos por medo de violência doméstica e sexual, e se tornam ainda menos móveis como cuidadoras primárias da família. Mulheres pobres e aquelas em países com maior desigualdade de gênero parecem estar em maior risco: uma

O documento conclui que é importante identificar estratégias sensíveis ao gênero para responder às necessidades de segurança humana e às crises ambientais e humanitárias causadas pelas mudanças climáticas. Esses esforços devem se concentrar em: reduzir a vulnerabilidade das mulheres, em paralelo com as suscetibilidades dos homens; promover respostas de emergência sensíveis ao gênero; e incluir as mulheres como protagonistas no processo de tomada de decisões de gestão de desastres naturais, ao lado dos homens, aproveitando as habilidades, inventividade e liderança das mulheres nos esforços de mitigação e adaptação.

Os trechos extraídos dos documentos revelam, sem sombra de dúvidas, a importância de considerar o gênero nas intervenções relacionadas às mudanças climáticas, pois ignorar as preocupações de gênero pode agravar a vulnerabilidade das mulheres. Os documentos destacam, em resumo, que as mulheres enfrentam desafios específicos e desigualdades de gênero que as tornam mais vulneráveis a desastres relacionados ao clima, além de que políticas e intervenções eficazes devem levar em consideração essas diferenças de gênero para melhorar a capacidade adaptativa e a resiliência das comunidades.

2.3 Justiça climática

A compreensão do movimento da justiça climática está conectada com a noção de justiça ambiental, podendo-se dizer que a justiça climática deriva da justiça ambiental. Em outras palavras, o conceito de justiça climática surge como um desdobramento do paradigma da justiça ambiental e da percepção de que os impactos das mudanças climáticas atingem de forma e intensidade diferentes os distintos grupos sociais.

A justiça climática está relacionada à compreensão de que os efeitos das mudanças climáticas atingem de forma mais significativa as populações mais vulneráveis, contrapondo as que contribuem mais para as causas de degradação ambiental e aquecimento global, sendo justamente a população que menos sofre e

correlação direta foi observada entre o status das mulheres na sociedade e sua probabilidade de receber cuidados de saúde adequados em momentos de desastre e estresse ambiental.

encontra-se em situação de menor vulnerabilidade. Ao debruçar-se sobre as origens da justiça ambiental, Acselrad (2010, p. 109) aponta sobre a desigualdade na distribuição dos riscos ambientais, que é a percepção que deu origem às discussões acerca da justiça climática:

Os riscos ambientais, nessa óptica, são diferenciados e desigualmente distribuídos, dada a diferente capacidade de os grupos sociais escaparem aos efeitos das fontes de tais riscos. Ao evidenciar a desigualdade distributiva e os múltiplos sentidos que as sociedades podem atribuir a suas bases materiais, abre-se espaço para a percepção e a denúncia de que o ambiente de certos sujeitos sociais prevaleça sobre o de outros, fazendo surgir o que se veio denominar de “conflitos ambientais”.

Conforme indica Capella (1996, p. 328), inicialmente, a justiça ambiental estava relacionada à oposição de localização de instalações poluentes, principalmente plantas de tratamento de resíduos perigosos, em áreas habitadas por minorias étnicas ou por cidadãos em situação econômica desfavorável. Com o tempo, seu propósito se expandiu para englobar a luta contra a discriminação racial no contexto ambiental, evidenciada pela exposição desproporcional das minorias aos riscos ambientais, como os gerados por veículos, instalações industriais, depósitos de resíduos tóxicos, entre outros.

Portanto, o conceito de "justiça climática" surge quando se percebe que as mudanças climáticas terão e já têm um impacto ambiental e social que afetará de maneira desigual diversos grupos da população. O conceito tem origem tanto em conflitos internos quanto em contextos internacionais marcados por disputas entre países mais desenvolvidos, que enfatizam a importância do crescimento econômico atual e da conservação ambiental por meio de abordagens baseadas na economia verde e, em países em desenvolvimento ou mais pobres, que veem a pobreza como seu principal problema ambiental e necessitam de crescimento econômico para superá-la (Borràs, 2017).

Nesse sentido, o movimento pela justiça climática representa a resposta do movimento internacional pela justiça ambiental às mudanças climáticas. Apesar das intenções de resolver esse problema, é importante reconhecer que tanto a ideia de justiça climática quanto a de justiça ambiental surgem devido ao mesmo fenômeno que ameaça a vida humana e perpetua a pobreza: uma geopolítica que abusa da soberania sobre os recursos naturais, tanto dentro quanto fora das fronteiras nacionais, beneficiando predominantemente os países mais ricos. A noção de justiça

ambiental se concentra na distribuição equitativa de ônus e benefícios relacionados ao uso de recursos naturais, incluindo a atmosfera, refletindo na questão da justiça climática. A disparidade na distribuição de ônus e benefícios cria uma situação desigual em relação ao desafio compartilhado das mudanças climáticas e levanta a necessidade de considerar a justiça restaurativa para lidar com os danos sofridos pelas vítimas das mudanças climáticas (Borràs, 2017). Sobre a origem do termo “justiça climática”:

La primera vez que se utiliza el término de justicia climática es en un informe de 1999 titulado *Greenhouse Gangsters vs. Climate Justice*, elaborado por el grupo *Corporate Watch*, con sede en San Francisco. Este informe fue principalmente un examen de la industria del petróleo y su desproporcionada influencia política, pero también hizo un primer intento de definir un enfoque multifacético para la justicia climática, incluyendo estos aspectos: el análisis de las causas del calentamiento global y pedir cuentas a las corporaciones; la oposición a los impactos destructivos de la explotación del petróleo, y el apoyo a las comunidades afectadas, incluyendo a los más afectados por el aumento de la incidencia de los desastres relacionados con el clima; observar a los movimientos de justicia ambiental y el trabajo organizado para lograr estrategias con el fin de apoyar una transición justa de los combustibles fósiles; revertir la globalización corporativa desafiante y la influencia desproporcionada de las instituciones financieras internacionales como el Banco Mundial y la Organización Mundial del Comercio. Las conclusiones del informe se dieron a conocer en una reunión de 1999 en la sede de *Chevron Oil* en San Francisco, así como en las conferencias internacionales celebradas en los Países Bajos en 2000 y en la isla indonesia de Bali en 2002 (Borràs, 2017, p. 100).²²

Conforme se infere, o termo “justiça climática” foi introduzido pela primeira vez em um relatório que remete ao ano de 1999, *Greenhouse Gangsters vs. Climate Justice*, centrado, principalmente, na análise da indústria petrolífera e da sua influência na política, marcando uma primeira tentativa de definir uma abordagem abrangente sobre a justiça climática. As discussões relacionadas ao tema incluíram,

²² Tradução livre: A primeira vez que o termo "justiça climática" foi utilizado ocorreu em um relatório de 1999 intitulado "Greenhouse Gangsters vs. Climate Justice," elaborado pelo grupo *Corporate Watch*, com sede em San Francisco. Este relatório teve como foco principal uma análise da indústria do petróleo e sua influência política desproporcional. No entanto, também representou uma primeira tentativa de definir uma abordagem multifacetada para a justiça climática, abordando os seguintes aspectos: analisar as causas do aquecimento global e responsabilizar as corporações; opor-se aos impactos destrutivos da exploração do petróleo e apoiar as comunidades afetadas, incluindo aquelas mais prejudicadas pelo aumento na ocorrência de desastres relacionados ao clima; observar os movimentos de justiça ambiental e esforços organizados para desenvolver estratégias que promovam uma transição justa longe dos combustíveis fósseis; desafiar a globalização corporativa e a influência desproporcional de instituições financeiras internacionais, como o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio; as conclusões desse relatório foram divulgadas em uma reunião em 1999 na sede da *Chevron Oil* em San Francisco, bem como em conferências internacionais realizadas nos Países Baixos em 2000 e na ilha indonésia de Bali em 2002.

de forma geral: a análise das causas do aquecimento global; a responsabilização das empresas por suas ações; a prestação de apoio às comunidades afetadas pela exploração petrolífera, especialmente as mais atingidas pelas catástrofes relacionadas com o clima; e observação dos movimentos de justiça ambiental. Segundo o próprio documento, a justiça climática é definida da seguinte forma:

A Justiça Climática significa, antes de tudo, eliminar as causas do aquecimento global e permitir que a Terra continue a sustentar nossas vidas e a de todos os seres vivos. Isso implica em reduzir radicalmente as emissões de dióxido de carbono e outros gases de efeito estufa.

A Justiça Climática significa se opor à destruição causada pelos "Gangsters do Efeito Estufa" em cada etapa do processo de produção e distribuição - desde uma moratória na exploração de novos poços de petróleo até a interrupção da poluição das comunidades pelas emissões de refinarias. Significa também promover reduções drásticas nas emissões de automóveis, bem como a promoção de transporte público eficiente e eficaz.

A Justiça Climática nos Estados Unidos implica que as soluções adotadas para combater o aquecimento global não devem afetar de maneira desproporcional as comunidades de baixa renda, comunidades de cor ou os trabalhadores empregados na indústria de combustíveis fósseis. A Justiça Climática significa promover uma transição justa para esses grupos para um ambiente mais saudável e justo para trabalhar e viver.

A Justiça Climática significa fornecer assistência às comunidades ameaçadas ou afetadas pelas mudanças climáticas, como as comunidades devastadas pelos furacões Mitch e Floyd.

A Justiça Climática implica que todos os países devem participar da drástica redução das emissões de gases de efeito estufa, mas as nações industrializadas, historicamente e atualmente mais responsáveis pelo aquecimento global, devem liderar a transformação. Os Estados Unidos, que emitem cerca de 25% dos gases de efeito estufa, devem estar na vanguarda dessa transformação.

A Justiça Climática para países em desenvolvimento significa que instituições internacionais como o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio devem interromper seu financiamento e promoção da globalização liderada por empresas de combustíveis fósseis e, em vez disso, promover a transformação em direção ao desenvolvimento sustentável e equitativo com base em tecnologias de energia limpa.

Por fim, a Justiça Climática significa responsabilizar as corporações de combustíveis fósseis pelo papel central que desempenham na contribuição para o aquecimento global. Isso implica em desafiar essas empresas em todos os níveis - desde a produção e comercialização dos próprios combustíveis fósseis, até sua influência política obscura, sua habilidade de relações públicas, as "soluções" injustas que propõem e a globalização baseada em combustíveis fósseis que estão promovendo. A Justiça Climática significa retirar das corporações transnacionais o tremendo poder que detêm sobre nossas vidas e, em seu lugar, construir a democracia nos níveis local, nacional e internacional (Bruno; Karliner; Brotsky, 1999, p. 3)²³.

²³ Tradução livre: No original: Climate Justice means, first of all, removing the causes of global warming and allowing the Earth to continue to nourish our lives and those of all living beings. This entails radically reducing emissions of carbon dioxide and other greenhouse gases. Climate Justice means opposing destruction wreaked by the Greenhouse Gangsters at every step of the production and distribution process—from a moratorium on new oil exploration, to stopping the poisoning of communities by refinery

Seguindo a linha do movimento pela justiça ambiental, a justiça climática surge das principais reivindicações dos países e comunidades mais pobres afetadas pelas consequências do aquecimento climático, atuando como um elemento fundamental para compreender a crise climática como um problema relacionado aos direitos humanos.

Portanto, extrai-se que a justiça climática possui profunda conexão com a questão das vulnerabilidades sociais ao propor que nenhum grupo de pessoas suporte de forma díspar os efeitos da degradação ambiental provocada pelas alterações do clima e do meio ambiente, especialmente quando se verifica que nem sempre os grupos mais afetados são os que mais contribuem para as mudanças climatológicas.

emissions—from drastic domestic reductions in auto emissions, to the promotion of efficient and effective public transportation. Climate Justice in the United States means the solutions adopted to ward off global warming can't fall hardest on low income communities, communities of color, or the workers employed by the fossil fuel industry. Climate Justice means fostering a just transition for these constituencies to a healthier and more just environment to work and live in. Climate Justice means providing assistance to communities threatened or impacted by climate change, such as the communities devastated by Hurricanes Mitch and Floyd. Climate Justice means that while all countries should participate in the drastic reduction of greenhouse gas emissions, the industrialized nations, which historically and currently are most responsible for global warming, should lead the transformation. The United States, which emits about 25 percent of greenhouse gasses, must in particular be at the forefront of this transformation. Climate Justice for developing nations means that international institutions such as the World Bank and World Trade Organization should halt their funding and promotion of corporate-led fossil fuel-based globalization and instead foster the transformation to sustainable and equitable development based on clean energy technologies. Ultimately, Climate Justice means holding fossil fuel corporations accountable for the central role they play in contributing to global warming. This signifies challenging these companies at every level—from the production and marketing of the fossil fuels themselves, to their underhanded political influence, to their PR prowess, to the unjust “solutions” they propose, to the fossil fuel-based globalization they are driving. Climate Justice means stripping transnational corporations of the tremendous power they hold over our lives, and in its place building democracy at the local, national and international levels.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A seguir, o tipo de pesquisa, os métodos e os procedimentos técnicos utilizados na presente dissertação.

3.1 Tipo de pesquisa

Relativamente à forma de abordagem, o desenvolvimento da dissertação se deu por meio da pesquisa qualitativa, através da reflexão de que a discriminação de gênero interage com outras categorias, como é o caso da vulnerabilidade das mulheres frente às demandas ambientais, geradas pelo contexto da crise climática atualmente vivenciada.

Tal abordagem buscou demonstrar uma compreensão acerca das razões e motivações do contexto do problema, pois não foram empregados instrumentos de medida precisos, mas, sim, intentou-se assimilar o contexto social do problema sob a perspectiva da interseccionalidade, buscando viabilizar a justiça climática para as mulheres, dentro da sua situação de vulnerabilidade, assim como apontar de que forma os elementos identificados, a partir do emprego da teoria, podem servir de base para proposição de políticas públicas específicas.

3.2 Método

Com relação ao método utilizado para o desenvolvimento do trabalho, optou-se pelo dedutivo, pois partiu-se de argumentos gerais, através da pesquisa bibliográfica acerca do tema, especialmente quanto às produções relacionadas à interseccionalidade, feminismo e justiça climática, da análise de documentos internacionais dos órgãos que atuam em prol das mudanças climáticas, para chegar-se a conclusões particulares.

3.3 Instrumentais técnicos

Os instrumentais técnicos foram o material bibliográfico e documental. A técnica bibliográfica foi empregada com o intuito de responder ao problema proposto, utilizando-se, para tanto, de literatura especializada, periódicos, artigos de revistas e de sites especializados. Com relação à técnica documental foram utilizados relatórios e documentos, especialmente de âmbito internacional - em especial, os últimos relatórios da ONU e do IPCC -, como forma de categorizar as mulheres mais acometidas pelas mudanças climáticas, investigando-se localização geográfica, raça, condição social e outros, de forma a identificar quais características acentuam ainda mais a vulnerabilidade e, também, como forma de permitir uma análise mais realista dos campos de atuação para as políticas públicas.

A escolha dos documentos ocorreu por meio do acesso aos sites oficiais, em que buscou-se consultar os relatórios publicados ao longo dos últimos 15 anos, entre 2007 e 2023, sendo que a pesquisa junto a tais documentos teve início em 2022. O critério utilizado foi a identificação, primeiramente, dos organismos internacionais que direcionam publicações e relatórios para as questões relacionadas ao clima, buscando-se reconhecer, dentre os documentos, os que fazem referência às mulheres e seu contexto dentro da crise climática.

Como forma de identificar as principais marcas sociais que tornam as mulheres mais vulneráveis às mudanças climáticas, a análise dos documentos da ONU, IPCC e outros organismos ocorreu por meio da identificação de palavras-chave, como “*women*” ou “*woman*” (mulheres e mulher, respectivamente), além de outros termos relacionados à pesquisa e dentro da língua de publicação dos documentos, como “*climate change*” (alterações climáticas), “*gender*” (gênero), “*vulnerability*” (vulnerabilidade) e “*interseccionality*” (interseccionalidade).

3.4 Análise dos dados

Uma vez identificados os trechos relativos às condições sociais das mulheres frente à questão do clima, realizou-se uma análise textual de forma a identificar as semelhanças e diferenças das narrativas presentes nos relatórios e sua conexão com o tema proposto.

4 ANÁLISES E RESULTADOS

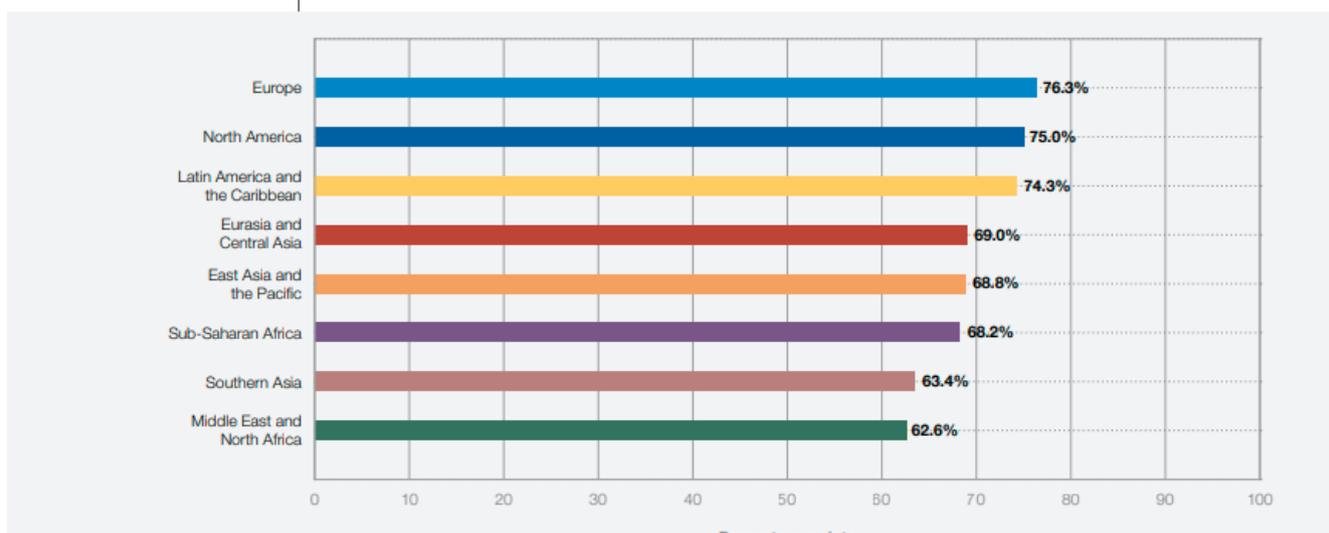
Através da intersecção entre gênero e clima, pode-se dizer que as mulheres são e serão afetadas bruscamente e em significativa escala quando tratamos de alterações climáticas, ainda mais por representarem quase metade da população mundial. Conforme dados do Banco Mundial, até 2021, as mulheres representavam 49,6% da população mundial (The World Bank, 2022a) e, em números, cerca de 3,88 bilhões (The World Bank, 2022b).

O Índice Global de Disparidade de Gênero (*Global Gender Gap Report*) avalia, anualmente, o estado atual e a evolução da paridade de gênero em quatro dimensões principais (*participação econômica e oportunidades, desempenho educacional, saúde e sobrevivência e empoderamento político*). É o índice mais antigo que acompanha o progresso dos esforços de vários países no sentido de fechar essas lacunas ao longo do tempo, desde a sua criação em 2006. No relatório de 2022, foi realizada a vinculação da disparidade de gênero com os conflitos geopolíticos e mudanças climáticas, pois afetam desproporcionalmente as mulheres (World Economic Forum, 2022).

O referido relatório categoriza países em oito regiões: Eurásia e Ásia Central, Leste Asiático e Pacífico, Europa, América Latina, América e Caribe, Oriente Médio e Norte, África, América do Norte, Sul da Ásia e África Subsaariana. Na edição de 2023, a respeito das regiões citadas, o relatório apresenta a redução de disparidade de gênero por região da seguinte forma:

Figura 3 – Desigualdade de gênero fechada até a data, por região

FIGURE 1.5 Gender gap closed to date, by region



Fonte: World Economic Forum (2023).

O percentual aponta, como dito, a redução de disparidade de gênero nas regiões. No caso da figura acima, infere-se que as regiões localizadas no Norte Global, como Europa e América do Norte, figuram no topo das regiões onde a desigualdade de gênero é menor; enquanto nos países localizados no Sul Global, a redução na referida desigualdade é bem menos evidente, onde estão os grupos mais vulneráveis, em especial, as mulheres, com menos acesso à recursos.

Diante do contexto narrado, a presente pesquisa consultou relatórios e publicações de órgãos internacionais, especialmente vinculados às Nações Unidas e ao IPCC, para se aferir se a situação das mulheres frente ao drama climático é retratada como uma forma de intercruzamento entre gênero e questões ambientais. Várias extensões da atuação das Nações Unidas, como a ONU Mulheres e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, têm destacado a importância dessa intersecção e têm produzido relatórios e documentos relacionados. Os documentos consultados são indicados no quadro abaixo:

Tabela 1 - Ilustrativo de publicações investigadas

Órgão	Publicação	Ano
Adaptation Fund: AF (UN-FCCC)	<i>Study on intersectional approaches to gender mainstreaming in adaptation-relevant interventions</i>	2022
ECLAC (Economic Commission for Latin America and the Caribbean – CEPAL)	<i>Gender equality in the midst of climate change: What can the region's machineries for the advancement of women do?,</i>	2021
ECLAC (Economic Commission for Latin America and the Caribbean – CEPAL)	<i>Women's autonomy and gender equality at the centre of climate action in Latin America and the Caribbean</i>	2022
IPCC (Intergovernmental Panel on Climate Change)	<i>Climate change 2022: impacts, adaptation and vulnerability. Technical Summary</i>	2022
IPCC (Intergovernmental Panel on Climate Change)	<i>Climate change and land: an IPCC special report on climate change, desertification, land degradation, sustainable land management, food security, and greenhouse gas fluxes in terrestrial ecosystems. Technical Summary</i>	2019
IPCC (Intergovernmental Panel on Climate Change)	<i>Fourth Assessment Report (4º Relatório de Avaliação) do IPCC (publicado no ano de 2007), sobre Impacto, Adaptação e Vulnerabilidade</i>	2007
IPCC (Intergovernmental Panel on Climate Change)	<i>Synthesis Report. Contribution of Working Groups I, II and III to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change</i>	2023
IUCN (International Union for Conservation of Nature. Gender and Climate Change)	<i>Gender and Climate Change: Strengthening climate action by promoting gender equality</i>	2015
IUCN (International Union for Conservation of Nature. Gender and Climate Change)	<i>Gender-based violence and environment linkages</i>	2020
UNFCCC (United Nations Framework Convention on Climate Change)	<i>Strengthening gender considerations in adaptation planning and implementation in the least developed countries</i>	2015

UNFCCC (United Nations Framework Convention on Climate Change)	<i>Gender and Climate Change Guidelines & Tools</i>	--
UNFCCC (United Nations Framework Convention on Climate Change)	<i>Gender and Climate Change Adaptation</i>	--
UNITED NATIONS (UNDP – United Nations Development Programme)	<i>Human Development Report 2021-22</i>	2022
UNITED NATIONS (UNDP – United Nations Development Programme)	<i>Estrategia de igualdad de género 2022-2025</i>	2022
UNITED NATIONS	<i>Resource Guide on Gender and Climate Change</i>	2009
UNITED NATIONS (UN Women)	<i>Gender Equality and Climate Change</i>	2009
UNITED NATIONS (UNDP – United Nations Development Programme)	<i>Gender, Climate Change and Community-Based Adaptation</i>	2010
UNITED NATIONS (UNDP – United Nations Development Programme and GGCA – Global Gender and Climate Alliance)	<i>Gender and climate change - Overview of linkages between gender and climate change</i>	2017
UNITED NATIONS (UNDP – United Nations Development Programme) and UN WOMEN	<i>The Paths to Equal: New Twin Indices on Gender Equality and Women's Empow</i>	2023
UN Women and ONU DESA (UN Women and United Nations Department Of Economic and Social Affairs)	<i>Progress on the Sustainable Development Goals: The gender snapshot 2023</i>	2023
WORLD ECONOMIC FORUM	<i>Global Gender Report</i>	2022

Fonte: Da autora (2023).

Na publicação de 2010, produzida pela UNDP (2010), sobre gênero e mudanças climáticas (*Gender, Climate Change and Community-Based Adaptation*) é reconhecido que as alterações climáticas não afetam as mulheres de forma isolada, pois coincidem com outras tendências e tensões nos meios de subsistência, incluindo os conflitos geopolíticos e políticas governamentais imprevisíveis. As mulheres são vulneráveis não por causa de uma suposta fraqueza natural (ou seja, por causa de seu sexo), mas, sim, por causa da situação social e papéis culturalmente construídos que lhes são atribuídos como mulheres (ou seja, em razão do gênero).

O documento considera que alguns fatores ligados às alterações climáticas aumentam a vulnerabilidade das mulheres, como:

a) o acesso limitado aos recursos: em muitas comunidades pobres, as mulheres têm acesso limitado a recursos cruciais como terra, gado, ferramentas e crédito. O acesso das mulheres à terra é conquistado através do Estado, da família (tipicamente na África) ou do mercado (normalmente na Ásia). Muitas vezes, as mulheres podem ter acesso a recursos, como a terra, mas têm limitações de controle sobre ele, pois não são donas da terra e, portanto, não podem tomar decisões sobre seu uso;

b) dependência de recursos naturais e divisão sexual do trabalho: como as principais usuárias e gerentes dos recursos naturais (sendo normalmente responsáveis por buscar água e lenha e trazê-las para casa, por exemplo), as mulheres dependem dos recursos mais em risco nas alterações climáticas. Mudanças como aumentos de temperatura e reduções na precipitação alterarão a disponibilidade de recursos naturais;

c) falta de educação e acesso à informação: especialmente no mundo em desenvolvimento, a prioridade continua a ser colocada na educação dos meninos e não na das meninas. Assim, as meninas serão, portanto, provavelmente as primeiras a sair da escola quando os recursos são escassos. Como resultado, as meninas normalmente recebem menos anos de educação do que os rapazes. Sem educação, as mulheres estão em desvantagem, pois têm menos acesso a informações cruciais e menos meios para interpretar informações. Isso pode afetar sua capacidade de compreender e agir com base nas informações relativas aos riscos climáticos e medidas de adaptação. As oportunidades educacionais limitadas também tornam

mais difícil para as mulheres conseguirem emprego formal e remunerado, reforçando sua subordinação em relação aos homens;

d) mobilidade limitada: as mulheres são, muitas vezes, impedidas de abandonar as suas comunidades, embora a migração seja um mecanismo de enfrentamento frequentemente usado por homens. Isso se deve ao fato de os papéis de gênero ditarem para que elas permaneçam em casa, realizando tarefas reprodutivas e pelo fato de que, tendo menos escolaridade, têm menos probabilidades do que os homens de encontrarem emprego. Permanecendo em casa, ficam vulneráveis de duas maneiras: primeiro, elas permanecem onde as alterações climáticas ocorreram e, em segundo lugar, perder as oportunidades econômicas e o enriquecimento da experiência pessoal que a migração proporciona;

e) papéis limitados na tomada de decisões: as vozes das mulheres são frequentemente silenciadas na tomada de decisões familiares e comunitária. Isso é particularmente lamentável, dada a estreita relação das mulheres com os recursos naturais e a consciência de medidas de conservação e de adaptação.

Uma publicação do UNFCCC (Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas), órgão encarregado de apoiar a resposta global à ameaça das mudanças climáticas, intitulada *Strengthening gender considerations in adaptation planning and implementation in the least developed countries* (UNFCCC, 2015), traz orientações técnicas na identificação e integração de adaptações de médio e longo prazo no planejamento de desenvolvimento e no fortalecimento das considerações de gênero em relação às comunidades vulneráveis na adaptação. O documento reconhece a vulnerabilidade das mulheres frente às mudanças climáticas, especialmente através do gênero, conforme já destacado pelo IPCC. Segundo o documento, o gênero interfere no contexto de adaptação, afetando planejamento e implementação de ações, em função da diferença de acesso a recursos, como questões relacionadas à propriedade de terras, oportunidades de trabalho e salários, além da participação e liderança em decisões (UNFCCC, 2015, p. 13):

The Intergovernmental Panel on Climate Change has highlighted the differences in vulnerability and exposure that stem from non-climatic factors and multidimensional inequalities such as discrimination on the basis of gender. This is often due to a lack of gender equality, which is defined by UN Women as the equal rights, responsibilities and opportunities of women and men and girls and boys. Gender inequality can lead to differentiated vulnerability, given that gender dynamics in societies contribute to shaping the power, roles and resources that are available to men and women. It should

also be noted that gender-specific differentiations exist in various ways and can differ between, among, and within countries and communities: in many societies, women comprise a marginalized or otherwise discriminated-against group, for example, while in other situations and contexts, men may experience distinct vulnerabilities or marginalization in certain fields.

Gender is the collective social differences between males and females, as determined by culture. It is one of many components of vulnerability to climatic change. Changes in the climate affect genders differently, magnifying existing gender inequality. Both women and men are affected by and vulnerable to climate change and global warming, but women often bear more of the burden. This higher vulnerability is mostly not due to biological or physical differences, but is formed by the social, institutional and legal context. Subsequently, vulnerability is less an intrinsic feature of women and girls but rather a product of their marginalization.

In the context of adaptation, gender refers to how the socio-political relations between men and women affect the planning and implementation of adaptation actions, access to resources (including material resources and capacity building), the ways in which climate change impacts and adaptation measures differentially affect men and women, and the ways in which men and women contribute differently to adaptation actions. Of particular significance in this regard are the differences that exist between the access, control and opportunities of men and women on issues such as land, resources, work opportunities and wages, time spent in both productive and household roles, and leadership and participation in decision-making processes.²⁴

²⁴ Tradução livre: O Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas destacou as diferenças na vulnerabilidade e exposição que resultam de fatores não climáticos e desigualdades multidimensionais, como a discriminação com base no gênero. Isso ocorre frequentemente devido à falta de igualdade de gênero, que é definida pela ONU Mulheres como igualdade de direitos, responsabilidades e oportunidades entre mulheres e homens, e entre meninas e meninos. A desigualdade de gênero pode levar a uma vulnerabilidade diferenciada, uma vez que as dinâmicas de gênero nas sociedades contribuem para moldar o poder, os papéis e os recursos disponíveis para homens e mulheres.

Deve-se também observar que existem diferenciações específicas de gênero de várias maneiras e podem variar entre, dentro e entre países e comunidades: em muitas sociedades, as mulheres compõem um grupo marginalizado ou discriminado, por exemplo, enquanto em outras situações e contextos, os homens podem experimentar vulnerabilidades distintas ou marginalização em certos campos. Gênero é a diferença social coletiva entre homens e mulheres, conforme determinado pela cultura. É um dos muitos componentes da vulnerabilidade às mudanças climáticas. As mudanças no clima afetam os gêneros de maneira diferente, amplificando a desigualdade de gênero existente. Tanto mulheres quanto homens são afetados e vulneráveis às mudanças climáticas e ao aquecimento global, mas as mulheres muitas vezes carregam mais do fardo. Essa maior vulnerabilidade se deve principalmente a diferenças sociais, institucionais e legais, e não a diferenças biológicas ou físicas. Consequentemente, a vulnerabilidade é menos uma característica intrínseca das mulheres e das meninas, mas sim um produto de sua marginalização.

No contexto da adaptação, gênero se refere a como as relações sociopolíticas entre homens e mulheres afetam o planejamento e a implementação de ações de adaptação, o acesso a recursos (incluindo recursos materiais e capacitação), as maneiras pelas quais as mudanças climáticas afetam e as medidas de adaptação afetam diferentemente homens e mulheres, e as maneiras pelas quais homens e mulheres contribuem de maneira diferente para as ações de adaptação. De particular importância nesse sentido são as diferenças que existem no acesso, controle e oportunidades de homens e mulheres em questões como terra, recursos, oportunidades de trabalho e salários, tempo gasto em papéis produtivos e domésticos e liderança e participação em processos de tomada de decisão.

Outro relatório das Nações Unidas (UNDP; GGCA, 2017, p. 5), de 2017, sobre gênero e mudanças climáticas, intitulado *Gender and climate change - Overview of linkages between gender and climate change*, revela alguns dados a respeito das disparidades de gênero relacionadas às modificações do clima:

- 80% das pessoas deslocadas pelas mudanças climáticas são mulheres.
- Globalmente, as mulheres ganham 24% a menos do que os homens e ocupam apenas 25% das posições administrativas e gerenciais no mundo dos negócios – 32% das empresas não têm mulheres em cargos de alta gerência. As mulheres ainda ocupam apenas 22% dos assentos nas casas legislativas nacionais ou inferiores.
- 9 em cada 10 países têm leis que impedem as oportunidades econômicas das mulheres, como aquelas que proíbem as mulheres de trabalhar em fábricas, trabalhar à noite ou conseguir emprego sem permissão do marido.
- Um estudo que utilizou dados de 219 países de 1970 a 2009 constatou que, para cada ano adicional de educação das mulheres em idade reprodutiva, a mortalidade infantil diminuiu 9,5%.
- 2 milhões de mulheres e crianças - quatro por minuto - morrem prematuramente devido a doenças causadas pela poluição do ar em ambientes internos, principalmente pela fumaça produzida durante o cozimento com combustíveis sólidos.
- Mais de 70% das pessoas que morreram no tsunami asiático de 2004 eram mulheres. Da mesma forma, o furacão Katrina, que atingiu Nova Orleans (EUA) em 2005, afetou predominantemente afro-americanos pobres, especialmente mulheres.
- As mulheres não têm fácil e adequado acesso a fundos para cobrir perdas relacionadas ao clima ou tecnologias de adaptação. Elas também enfrentam discriminação ao acessar terra, serviços financeiros, capital social e tecnologia.
- Se todos os países alcançassem o progresso em direção à igualdade de gênero do país em sua região que mais rapidamente melhorou a desigualdade de gênero, até US\$ 12 trilhões poderiam ser adicionados ao crescimento anual do PIB global em 2025.²⁵

²⁵ Tradução livre: • Eighty percent of people displaced by climate change are women. • Globally, women earn 24 percent less than men and hold only 25 percent of administrative and managerial positions in the business world – 32 percent of businesses have no women in senior management positions. Women still hold only 22 percent of seats in single or lower houses of national parliament. • Nine in ten countries have laws impeding women’s economic opportunities, such as those which bar women from factory jobs, working at night, or getting a job without permission from their husband. • A study using data from 219 countries from 1970 to 2009 found that, for every one additional year of education for women of reproductive age, child mortality decreased by 9.5 per cent. • Two million women and children – four a minute – die prematurely due to illness caused by indoor air pollution, primarily from smoke produced while cooking with solid fuels. • More than 70 percent of people who died in the 2004 Asian tsunami were women. Similarly, Hurricane Katrina, which hit New Orleans (USA) in 2005, predominantly affected poor African Americans, especially women. • Women do not have easy and adequate access to funds to cover weather-related losses or adaptation technologies. They also face discrimination in accessing land, financial services, social capital and technology. • If all countries were to match the progress toward gender parity of the country in their region with the most rapid improvement on gender inequality, as much as \$12 trillion could be added to annual global GDP growth in 2025.

Em recente publicação produzida pela ONU Mulheres (UN Women) e pelo Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas (ONU DESA), nominado *Progress on the Sustainable Development Goals: The gender snapshot 2023* (UN Women, 2023), é apontado que, se as tendências atuais se mantiverem, mais de 340 milhões de mulheres e meninas ainda viverão em pobreza extrema até 2030, assim como perto de uma em cada quatro sofrerá de insegurança alimentar moderada ou grave. A crescente vulnerabilidade provocada pelas alterações climáticas induzidas pelo homem provavelmente irá piorar esta perspectiva e mais 236 milhões de mulheres e meninas sofrerão de insegurança alimentar no pior cenário climático (UN Women, 2023).

O documento também traz alguns dados acerca da situação hídrica, revelando que, até a finalização do documento (2022), mais de uma em cada quatro mulheres em âmbito mundial (27,1%) - ou 1,07 bilhão de mulheres - não têm acesso a serviços de água potável com gerenciamento seguro, uma queda em relação a mais de um terço no ano de 2000 (39,2%). Entre essas, estima-se que 205 milhões bebem água de fontes clandestinas ou água superficial. A maioria reside na África subsaariana (124 milhões), Ásia Central e Sul (31 milhões) e Ásia Oriental e Sudeste Asiático (30 milhões). Menos de uma em cada três mulheres na África subsaariana tem acesso a serviços de água potável com gerenciamento seguro (31,3%), em comparação com entre dois terços e três quartos na Ásia Central e Sul (67,5%), América Latina e Caribe (75,2%), e Norte da África e Ásia Ocidental (76,9%). As mudanças climáticas, o aumento da demanda por água, a poluição e décadas de uso indevido exacerbaram o estresse hídrico. Em 2023, estima-se que 380 milhões de mulheres e meninas - ou 9,5% da população feminina mundial - vivam com estresse hídrico alto ou crítico, um número que deve aumentar para 674 milhões em 33 países até 2050.

O aumento das temperaturas também aparece como fator que aumenta a vulnerabilidade de milhões de mulheres e meninas em risco de pobreza e insegurança alimentar. Conforme o documento, a mudança climática está tornando os eventos meteorológicos mais frequentes, severos e, em última instância, mais destrutivos. Entre 2000 e 2019, eventos de inundação globalmente causaram perdas econômicas de US\$650 bilhões, afetando 1,7 bilhão de pessoas e resultando em mais de 100mil mortes. As temperaturas estão em níveis sem precedentes, em julho de 2023 foi

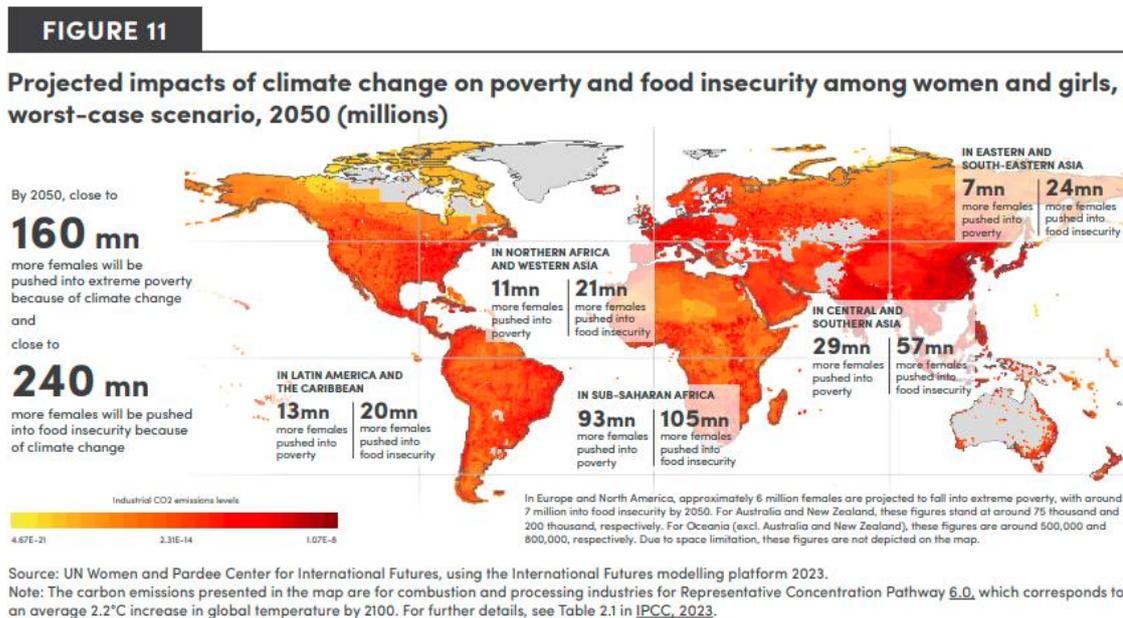
estimado como sendo 1,5°C mais quente do que a média de 1850 a 1900. Lacunas na infraestrutura e preparação, bem como a difusão da desigualdade e vulnerabilidade social, tornam os impactos climáticos particularmente letais para as pessoas mais pobres do mundo. Se não for controlada, a mudança climática aumentará significativamente a vulnerabilidade das mulheres à pobreza e à fome, minando as conquistas de desenvolvimento alcançadas com dificuldade (UN Women, 2023, p. 22):

Globally, by mid-century, under a worst-case climate scenario, climate change may push up to 158.3 million more women and girls into poverty (16 million more than the total number of men and boys). Food insecurity is projected to increase by as much as 236 million more women and girls, compared to 131 million more men and boys. Investments in a comprehensive SDG stimulus package would help to mitigate this effect, reducing the number of women falling into extreme poverty from 158.3 million to 43.3 million. But the impact will still be less than what could be achieved if the world abates climate change now, before it gets exponentially worse. A recent review of national climate action plans, known as nationally determined contributions, found that only 55 have specific climate adaptation measures referring to gender equality and only 23 recognize women as agents of change in accelerating progress on climate commitments. Multisectoral plans and efforts to respond to climate change must prioritize women and girls most at risk. A lot more is also needed in the areas of conservation, disaster preparedness, adaptation and resilience, including expanding women's access to quality health, education, economic opportunities and information.²⁶

O mapa a seguir, retirado da referida publicação, explica os impactos projetados das mudanças climáticas na pobreza e na insegurança alimentar entre meninas e mulheres, na pior das hipóteses, em um cenário para o ano de 2050.

²⁶ Tradução livre: Globalmente, até meados do século, sob um cenário climático de pior caso, a mudança climática pode empurrar até 158,3 milhões de mulheres e meninas a mais para a pobreza (16 milhões a mais do que o número total de homens e meninos). A insegurança alimentar está projetada para aumentar em até 236 milhões a recair sobre mulheres e meninas a mais comparativamente com 131 milhões de homens e meninos. Investimentos em um pacote abrangente de estímulo para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável ajudariam a mitigar esse efeito, reduzindo o número de mulheres caindo na pobreza extrema de 158,3 milhões para 43,3 milhões. No entanto, o impacto ainda será menor do que o que poderia ser alcançado se o mundo reduzir a mudança climática agora, antes que ela se torne exponencialmente pior. Uma revisão recente dos planos de ação climática nacionais, conhecidos como Contribuições Nacionalmente Determinadas, constatou que apenas 55 deles têm medidas específicas de adaptação climática relacionadas à igualdade de gênero e apenas 23 reconhecem as mulheres como agentes de mudança na aceleração do progresso em relação aos compromissos climáticos. Planos e esforços multissetoriais para responder às mudanças climáticas devem priorizar as mulheres e meninas mais em risco. Também é necessário muito mais nas áreas de conservação, preparação para desastres, adaptação e resiliência, incluindo a expansão do acesso das mulheres à saúde de qualidade, educação, oportunidades econômicas e informações.

Figura 4 – Impactos projetados das mudanças climáticas na pobreza e insegurança alimentar entre mulheres e meninas, cenário de pior caso, 2050



Fonte: UN Women (2023).

O mais recente relatório publicado pela United Nations Development Programme (UNDP) e a United Nations Entity for Gender Equality and the Empowerment of Women (UN Women), de julho de 2023, também traz importantes apontamentos acerca da situação da mulher no contexto de crise climática. O referido relatório se debruça sobre os caminhos para igualdade e índices sobre o empoderamento das mulheres e igualdade de gênero, buscando ampliar medidas para que mulheres e meninas exerçam seu potencial, suas oportunidades e as escolhas disponíveis para elas. O relatório utiliza dados de 114 países, incluindo novos dados sobre o progresso em direção aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para preencher algumas lacunas:

Multiple and interlinked global crises are pushing progress farther off course. In recent years, the COVID-19 pandemic, climate-related disasters, conflict and humanitarian crises across the globe, coupled with widespread and intensifying polarization, have exacerbated women's disadvantages. As of 31 May 2023, more than 767 million cases of COVID-19 have been confirmed globally, and more than 6.9 million people have died due to COVID-19. Climate change continues to have visible effects everywhere, with extreme weather events becoming more frequent and intense. Women's vulnerability to climate change stems from their limited access to and control of land and environmental goods, exclusion from decisionmaking and higher likelihood of living in poverty. Today, the global population of forcibly displaced women and girls has reached a record high. As of 14 June 2023, 35 million people globally are living as refugees, more than 50 percent of them from Afghanistan, Syrian Arab Republic and Ukraine. By the end of 2023, close to 10 percent of the

world's women and girls—396 million—will be living on less than \$2.15 a day. Women, disproportionately represented in vulnerable jobs, faced massive layoffs, reduced incomes and loss of livelihoods during the peak of the COVID19 pandemic. An estimated 64 million women worldwide lost their jobs in 2020. And the pressure of balancing family care with paid work forced millions to exit the labour force altogether. Challenges to women's economic empowerment persist today. The world was never on track to achieve gender equality by 2030, but current trends have pushed it farther off course. A gender perspective is critical to building resilience to crises and shocks (UNDP; UN Women, 2023, p. 3).²⁷

Segundo o relatório, há uma policrise global que decorre de múltiplos fatores, como a pandemia de covid-19, as mudanças climáticas e os conflitos, os quais estão afetando coletivamente a expectativa de vida. Entre 2019 e 2021, a expectativa de vida diminuiu em 1,6 anos entre as mulheres e em 1,8 anos entre os homens em todo o mundo. Mulheres em Botsuana, Omã e África do Sul testemunharam perdas na expectativa de vida superiores a 4 anos. À medida que as pessoas lidavam com o isolamento, o luto, a incerteza econômica e a interrupção das rotinas normais, foram observados aumentos mais significativos nas taxas de ansiedade e depressão entre as mulheres do que entre os homens. Eventos climáticos extremos, como secas e inundações, também podem contribuir para deficiências físicas e mentais a curto e longo prazo. Globalmente, 108 de 191 países e regiões, que abrigam 3,7 bilhões de mulheres e meninas - ou 94% da população feminina do mundo -, enfrentam exposição alta ou muito alta a inundações. Da mesma forma, 53 de 191 países e

²⁷ Tradução livre: Múltiplas e interligadas crises globais estão afastando ainda mais o progresso do curso. Nos últimos anos, a pandemia de COVID-19, desastres relacionados ao clima, conflitos e crises humanitárias em todo o mundo, juntamente com a polarização generalizada e intensificante, exacerbaram as desvantagens das mulheres. Até 31 de maio de 2023, mais de 767 milhões de casos de COVID-19 foram confirmados globalmente, e mais de 6,9 milhões de pessoas morreram devido à COVID-19. As mudanças climáticas continuam a ter efeitos visíveis em todo lugar, com eventos climáticos extremos se tornando mais frequentes e intensos. A vulnerabilidade das mulheres às mudanças climáticas decorre de seu acesso e controle limitados sobre terras e recursos ambientais, exclusão das decisões e maior probabilidade de viver na pobreza. Atualmente, o número global de mulheres e meninas deslocadas à força atingiu um recorde. Até 14 de junho de 2023, 35 milhões de pessoas em todo o mundo vivem como refugiados, mais de 50 por cento deles do Afeganistão, da República Árabe Síria e da Ucrânia. Até o final de 2023, quase 10 por cento das mulheres e meninas do mundo - 396 milhões - viverão com menos de \$2,15 por dia. As mulheres, desproporcionalmente representadas em empregos vulneráveis, enfrentaram demissões em massa, redução de renda e perda de meios de subsistência durante o auge da pandemia de COVID-19. Estima-se que 64 milhões de mulheres em todo o mundo perderam seus empregos em 2020. E a pressão de conciliar o cuidado da família com o trabalho remunerado forçou milhões a sair completamente da força de trabalho. Os desafios para o empoderamento econômico das mulheres persistem hoje. O mundo nunca estava no caminho certo para alcançar a igualdade de gênero até 2030, mas as tendências atuais o afastaram ainda mais do curso. Uma perspectiva de gênero é fundamental para construir resiliência a crises e choques.

regiões, que abrigam 1,5 bilhões de mulheres e meninas - ou 37,2% da população feminina do mundo - enfrentam exposição alta ou muito alta a secas (UNDP; UN Women, 2023, p. 15).

A União Internacional para Conservação da Natureza (International Union for Conservation of Nature – IUCN), composta por organizações governamentais e da sociedade civil, também possui relatórios vinculando o gênero com as mudanças climáticas. Em 2015, publicou o documento *Gender and Climate Change*, reconhecendo que as mulheres são desproporcionalmente mais afetadas pelas alterações climáticas, além de possuírem acesso limitado às esferas de tomada de decisão na política, o que as impede de desempenhar um papel pleno na luta contra as alterações climáticas e desafios ambientais (IUCN, 2015).

Segundo outro documento mais recente, produzido pela IUCN (2020) (*Gender-based violence and environment linkages*), as alterações climáticas estão relacionadas a formas de violência contra meninas e mulheres. A prática do casamento infantil, por exemplo, embora seja uma prática tradicional em muitos países, enraizada em normas discriminatórias de gênero e costumes, também surge como uma forma de sobrevivência para muitas famílias, que lutam para satisfazer suas necessidades básicas. Casar as filhas pequenas, para famílias em extrema pobreza, significa aliviar encargos financeiros:

While child marriage has decreased in recent years, protracted conflicts and climate change in many countries have put more girls at risk of being wed at a young age, threatening to undermine the progress made (Yi, 2018). According to Freccero and Whiting (2018), there is growing concern around reports of an increase in child marriage associated with conflict and natural disasters and environmental shocks. A report from Human Rights Watch (2015) highlights the reality of many women living in poor and disaster-prone areas, such as Bangladesh, where early marriage has become a survival strategy. [...]

There are no official figures on child marriages resulting from climate change or weather-related disasters – which is not unexpected, as even figures for child marriage tend to be underestimated – but more organisations and governments are starting to connect and bring attention to these issues (Chamberlain, 2017). One case on drought-induced migration in Ethiopia found that there was an increase in the number of girls sold into early marriage in exchange for livestock as families struggled to cope with extreme drought conditions (OCHA, 2017). In South Sudan, it was observed that due to crop failure and the death of cattle, which exacerbated hunger in the region, families resorted to marrying off their daughters, and men who could not afford the dowry in the form of cattle resorted to cattle raiding (Case Study EN22). Some countries are noticing the trend in national plans and reports: Malawi's '2015 Floods Post Disaster Needs Assessment' report lists child marriage as

a heightened risk for women and girls resulting from disasters such as floods (Government of Malawi, 2015) (IUCN, 2020, p. 141-142.²⁸

Conforme se infere, em áreas pobres e propensas a desastres, ações como o casamento infantil e outras formas de violação dos direitos das mulheres se tornaram estratégias de sobrevivência, a exemplo do narrado tráfico e venda de meninas em troca de gado. Seja qual for o enfoque, o que se tem presente é a existência de graves violações dos direitos das mulheres, que possuem efeito cascata, à medida em que as impede de obter educação, afetando sua saúde e expondo-as a maiores riscos de exploração.

O mesmo relatório aponta que os deslocamentos devidos a problemas climáticos e catástrofes (que representam cerca de 61% do total de deslocamentos) também geram situações de exposição para as mulheres. As condições inseguras e de superlotação, especialmente em centros de evacuação e alojamento temporário, ameaçam a humanidade, os direitos e o bem-estar das pessoas e famílias, especialmente indígenas, povos e mulheres que enfrentam desafios complexos devido a questões sociais e jurídicas, entre outros tipos de discriminações.

A violência baseada no gênero tende a aumentar ou tornar-se mais evidente após desastres, especialmente para populações deslocadas em centros de evacuação, alojamentos temporários e abrigos. Essas configurações são normalmente superlotadas e podem tornar-se inseguras para as pessoas deslocadas,

²⁸ Tradução livre: Embora o casamento infantil tenha diminuído nos últimos anos, conflitos prolongados e mudanças climáticas em muitos países têm colocado mais meninas em risco de se casarem em idade precoce, ameaçando minar o progresso alcançado (Yi, 2018). De acordo com Freccero e Whiting (2018), existe uma crescente preocupação em relação aos relatos de um aumento no casamento infantil associado a conflitos, desastres naturais e choques ambientais. Um relatório da Human Rights Watch (2015) destaca a realidade de muitas mulheres que vivem em áreas pobres e propensas a desastres, como Bangladesh, onde o casamento precoce se tornou uma estratégia de sobrevivência. Não existem números oficiais sobre casamentos infantis resultantes das mudanças climáticas ou desastres relacionados ao clima - o que não é surpreendente, já que até mesmo os números para o casamento infantil costumam ser subestimados - mas mais organizações e governos estão começando a conectar e chamar a atenção para essas questões (Chamberlain, 2017). Um caso de migração induzida pela seca na Etiópia descobriu que houve um aumento no número de meninas vendidas para casamentos precoces em troca de gado, à medida que as famílias lutavam para lidar com condições de seca extrema (OCHA, 2017). No Sudão do Sul, observou-se que, devido à falha nas colheitas e à morte do gado, o que exacerbou a fome na região, as famílias recorreram ao casamento de suas filhas, e homens que não podiam pagar o dote na forma de gado recorreram ao roubo de gado (Estudo de Caso EN22). Alguns países estão observando essa tendência em seus planos e relatórios nacionais: o relatório de "Avaliação das Necessidades Pós-Desastre das Inundações de 2015" de Malawi lista o casamento infantil como um risco aumentado para mulheres e meninas resultante de desastres como enchentes (Governo de Malawi, 2015).

especialmente as mulheres e meninas (IUCN, 2020). Segundo o relatório da IUCN (2020), por exemplo, depois de dois ciclones terem atingido Fiji, em 2012, algumas mulheres que viviam em centros de assistência teriam sido forçadas a fazer sexo com os seus parceiros apesar da sua relutância, especialmente devido à falta de privacidade. A violência em abrigos de emergência pode ocorrer em muitos contextos, inclusive nos países desenvolvidos. No ano após o furacão Katrina, ocorrido no Sul dos Estados Unidos, em 2005, por exemplo, a taxa de violência sofrida por mulheres mais do que triplicou, sendo muitas delas deslocadas de suas casas e vivendo em abrigos temporários. Nos países em desenvolvimento, citamos o exemplo de Bangladesh, onde um inquérito realizado sobre violência de gênero relacionada ao clima demonstrou que mudanças nas áreas costeiras e propensas a desastres mostraram que os abrigos não eram considerados favoráveis às mulheres pela maioria das próprias mulheres entrevistadas. Assim, foram identificados problemas como falta de saneamento em banheiros e outras instalações em alguns abrigos, além do desconforto devido à coabitação com homens no mesmo espaço e ausência de banheiros exclusivos para mulheres.

Em outras palavras, o acesso limitado aos recursos básicos (se disponíveis) leva as mulheres a saírem de abrigos e acampamentos para coletar fontes de água, combustível e alimentos, correndo maior risco de serem assediadas, agredidas sexualmente ou mesmo estupradas. Isso é particularmente maior em situações em que os recursos são escassos nas áreas circundantes à habitação temporária e abrigos, como em áreas afetadas pela seca ou pelo uso insustentável de recursos, onde as mulheres viajam ainda mais longe para ter acesso a recursos.

Uma publicação da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, que é uma das cinco comissões regionais das Nações Unidas e tem como um dos objetivos promover o desenvolvimento social, chamada *Gender equality in the midst of climate change: What can the region's machineries for the advancement of women do?* (ECLAC, 2021), recomenda ações para capacitar as estruturas de apoio ao avanço das mulheres a fortalecer a integração de gênero nos instrumentos de políticas públicas e nas ações de implementação relacionadas às mudanças climáticas.

Conforme se infere, a vulnerabilidade é exacerbada pela desigualdade e marginalização ligadas, por exemplo, ao gênero, etnia, baixa renda, assentamentos

informais, deficiência, idade e padrões históricos e contínuos de desigualdade, como o colonialismo, especialmente para muitos povos indígenas e comunidades locais (IPCC, 2023). Dessa forma, os resultados da adaptação para os mais vulneráveis, dentro e entre países e regiões, devem ser aprimorados por meio de abordagens que se concentram na equidade, inclusão e direitos, conforme a interseccionalidade propõe.

4.1 Resultados: a análise interseccional como forma de promoção da justiça

Através da leitura das publicações, extrai-se que vários organismos internacionais já apontam que as mulheres compõem a maior parcela de pessoas pobres no mundo, aliado ao aumento das desigualdades entre homens e mulheres (Szul; Silva, 2017).

Nessa perspectiva, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) já lançou programas estratégicos relativos à igualdade de gênero, a fim de contribuir para o empoderamento das mulheres no âmbito econômico, laboral e incentivando o acesso a recursos, pois reconhece que as mulheres são mais vulneráveis no que diz respeito aos desastres naturais:

Reducción y gestión del riesgo de desastres com plena perspectiva de género. Los estudios han demostrado que las tasas de víctimas mortales de desastres son muy superiores en el caso de las mujeres más pobres, debido, en gran parte, a las diferencias entre los géneros para hacer frente a estos acontecimientos, como el acceso insuficiente a la información y a las alertas tempranas. Al mismo tiempo, las mujeres son agentes clave del cambio positivo en la reducción y gestión del riesgo de desastres (United Nations, 2022a, texto digital)²⁹.

A própria ONU, por ocasião da publicação do relatório *Resource Guide on Gender and Climate Change*, ainda em 2009, quando intentava-se adotar medidas para concretização dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, abordou no referido documento a questão do gênero como importante na avaliação dos efeitos das mudanças climáticas, pois a desigualdade de gênero está relacionada em como as

²⁹ Tradução livre: Redução e gestão de riscos de desastres com perspectiva de gênero completa. Estudos têm demonstrado que as taxas de mortalidade em desastres são muito maiores no caso de mulheres mais pobres, em grande parte devido à diferenças entre os sexos para lidar com esses eventos, como a existência de acesso insuficiente informações e alertas antecipados. Ao mesmo tempo, as mulheres são os principais agentes de mudança de forma positiva na redução e gestão do risco de desastres.

mulheres e homens enfrentam, de forma diferente, os riscos relacionados ao clima (United Nations, 2009).

Segundo o documento, as desigualdades sociais, por exemplo, têm repercussões na vida das mulheres, pois limitam seu acesso à terra, habitação, educação, saúde e participação na formulação de políticas públicas e no processo de tomada de decisões, limitando sua liberdade e opção de escolha.

Conforme se verifica, há muitos anos, o tema tem sido objeto de alerta e publicação em órgãos internacionais. Em recente publicação relacionada ao Dia Internacional da Mulher, a ONU Mulher abordou questões sobre como as mudanças climáticas interferem na vida de meninas e mulheres, referindo, inclusive, que a crise climática não é um gênero neutro:

A crise climática não é “gênero neutro”. Mulheres e meninas sofrem os maiores impactos das mudanças climáticas, que amplificam as desigualdades de gênero existentes e representam ameaças únicas aos seus meios de subsistência, saúde e segurança.

Em todo o mundo, as mulheres dependem mais, mas têm menos acesso aos recursos naturais. Em muitas regiões, as mulheres têm uma responsabilidade desproporcional de garantir alimentos, água e combustível. A agricultura é o setor de emprego mais importante para as mulheres em países de renda baixa e média-baixa, durante períodos de seca e chuvas irregulares, as mulheres, como trabalhadoras agrícolas e compradoras primárias, trabalham mais para garantir renda e recursos para suas famílias. Isso aumenta a pressão sobre as meninas, que muitas vezes precisam deixar a escola para ajudar suas mães a lidar com o aumento da carga (UN Women, 2022, texto digital)³⁰.

Em outras palavras, as mudanças climáticas só acentuam ainda mais os problemas sociais, políticos e econômicos das mulheres, que já enfrentam toda sorte de precariedade decorrente de séculos de opressão. As mulheres estão inseridas em um meio no qual a falta de informação, de mobilidade e de acesso a recursos propiciam uma menor sobrevivência quando ocorrem desastres, criando um circuito de vulnerabilidade vicioso e sem fim (UN Women, 2022).

³⁰ Tradução livre. No original: The climate crisis is not “gender neutral”. Women and girls experience the greatest impacts of climate change, which amplifies existing gender inequalities and poses unique threats to their livelihoods, health, and safety.

Across the world, women depend more on, yet have less access to, natural resources. In many regions, women bear a disproportionate responsibility for securing food, water, and fuel. Agriculture is the most important employment sector for women in low- and lower-middle income countries, during periods of drought and erratic rainfall, women, as agricultural workers and primary procurers, work harder to secure income and resources for their families. This puts added pressure on girls, who often have to leave school to help their mothers manage the increased burden.

Nesse sentido, os mesmos documentos vinculados a órgãos internacionais que há tempos correlacionam a maior vulnerabilidade das mulheres frente às mudanças climáticas, também sugerem a utilização da ferramenta interseccional como forma de promover justiça climática para os grupos tidos como mais vulneráveis (IUCN, 2020, p. 137-138):

Older adults, youth, disabled people, ethnic minorities, sexual and gender minorities, and women, particularly from poor and indigenous communities, are at greater risk of experiencing the adverse effects of climatic changes. This risk and vulnerability to climate change impacts is due to interlinking social, economic, cultural, institutional and legal discriminations that contribute to these groups' unequal access to vital resources that help build adaptive capacity to climate change (Braaf, 2016; Dankelman, 2016; Dwyer & Woolf, 2018). Women and girls in particular are harmed by climate change and weather-related disasters, facing heightened risks of experiencing GBV (CEDAW, 2018), especially women living in poverty and those who experience social marginalisation based on their race, ethnicity, sexuality and other factors (Richards & Bradshaw, 2017). According, again, to the IPCC: "[d]ifferences in vulnerability and exposure arise from non-climatic factors and from multidimensional inequalities often produced by uneven development processes (...) [that] shape differential risks from climate change.... Such social processes include, for example, discrimination on the basis of gender, class, ethnicity, age, and (dis)ability" (IPCC, 2014b, p. 6).

Despite some progress identifying GBV and environment intersections, there is still a scarcity of information and concrete evidence to understand how environmental degradation and climate change risks in particular contribute to GBV, much less how this violence interferes with resilience and recovery efforts (Braaf, 2016). Evidence from around the world reaffirms the importance of gender equality and women's empowerment to conservation, resilience building and sustainable development (Aguilar et al., 2015; Wedeman & Petruney, 2018). However, as GBV undermines efforts toward gender equality and women's empowerment, failing to address GBV issues in environmental and sustainable development programming in turn undermines successful interventions and harms the overall well-being of communities and ecosystems. It is essential to better understand these dynamics, including properly preventing and responding to GBV in emergency and longer-term climate change adaptation and mitigation efforts³¹.

³¹ Tradução livre: Pessoas mais velhas, jovens, pessoas com deficiência, minorias étnicas, minorias sexuais e de gênero, e mulheres, especialmente aquelas de comunidades pobres e indígenas, estão em maior risco de vivenciar os efeitos adversos das mudanças climáticas. Esse risco e vulnerabilidade aos impactos das mudanças climáticas ocorrem devido a discriminações sociais, econômicas, culturais, institucionais e legais interligadas que contribuem para o acesso desigual desses grupos a recursos vitais que ajudam a construir capacidade de adaptação às mudanças climáticas (Braaf, 2016; Dankelman, 2016; Dwyer & Woolf, 2018). Mulheres e meninas, em particular, são prejudicadas pelas mudanças climáticas e desastres relacionados ao clima, enfrentando riscos elevados de sofrer violência de gênero (CEDAW, 2018), especialmente mulheres em situação de pobreza e aquelas que enfrentam marginalização social com base em sua raça, etnia, sexualidade e outros fatores (Richards & Bradshaw, 2017). De acordo com o IPCC novamente: "[a]s diferenças na vulnerabilidade e exposição surgem de fatores não climáticos e de desigualdades multidimensionais frequentemente produzidas por processos de desenvolvimento desiguais [...] que moldam riscos diferenciais das mudanças climáticas... Tais processos sociais incluem, por exemplo, discriminação com base em gênero, classe, etnia, idade e (in)capacidade" (IPCC, 2014b, p. 6). Apesar de algum progresso na identificação das interseções entre a violência de gênero e o meio ambiente, ainda há escassez de informações e evidências concretas

Segundo o IPCC (2023), em diversos setores e regiões, as pessoas e sistemas mais vulneráveis foram desproporcionalmente afetados pelos impactos das mudanças climáticas, sendo que nos países menos desenvolvidos e os pequenos estados insulares em desenvolvimento, que têm emissões per capita muito mais baixas do que a média global, também apresentam alta vulnerabilidade a riscos climáticos, com pontos críticos globais de alta vulnerabilidade humana observados na África Ocidental, Central e Oriental, Ásia do Sul, América Central e do Sul, SIDS e Ártico. Regiões e pessoas com consideráveis limitações de desenvolvimento têm uma alta vulnerabilidade a riscos climáticos, sendo a vulnerabilidade maior em locais com pobreza, desafios de governança, acesso limitado a serviços e recursos básicos, conflitos violentos e altos níveis de meios de subsistência sensíveis ao clima (por exemplo, pequenos agricultores, pastores, comunidades de pescadores). A vulnerabilidade em diferentes níveis espaciais é exacerbada pela desigualdade e marginalização ligadas ao gênero, etnia, baixa renda ou combinações destes fatores, especialmente para muitos povos indígenas e comunidades locais, o que reforça a necessidade de se buscar justiça climática para os grupos mais vulneráveis.

Conforme se infere da citada publicação da IUCN (2020), é reconhecida a vulnerabilidade de determinados grupos e que os riscos e vulnerabilidade estão atrelados diretamente a outros fatores, como discriminações sociais, econômicas, culturais etc., no entanto, apesar de identificadas as intersecções entre a violência de gênero e meio ambiente, as informações ainda são incipientes para compreender como os riscos ambientais contribuem para a violência de gênero e como essa violência interfere na capacidade de respostas e solução para o imbróglio,

para compreender como a degradação ambiental e os riscos das mudanças climáticas, em particular, contribuem para a violência de gênero, muito menos como essa violência interfere nos esforços de resiliência e recuperação (Braaf, 2016). Evidências de todo o mundo reafirmam a importância da igualdade de gênero e do empoderamento das mulheres para a conservação, construção de resiliência e desenvolvimento sustentável (Aguilar et al., 2015; Wedeman & Petruney, 2018). No entanto, como a violência de gênero mina os esforços em direção à igualdade de gênero e ao empoderamento das mulheres, a falta de abordagem das questões de violência de gênero na programação de desenvolvimento ambiental e sustentável, por sua vez, enfraquece as intervenções bem-sucedidas e prejudica o bem-estar geral das comunidades e ecossistemas. É essencial compreender melhor essas dinâmicas, incluindo a prevenção e resposta adequadas à violência de gênero em esforços de adaptação e mitigação das mudanças climáticas, tanto em situações de emergência quanto a longo prazo.

especialmente em função da falta de abordagem das questões de violência de gênero nas pautas relacionadas ao desenvolvimento sustentável.

A mesma publicação refere que uma abordagem baseada em direitos e na utilização do olhar interseccional na redução de riscos de desastres é fundamental para compreender e abordar as múltiplas e sobrepostas discriminações que certos grupos enfrentam (IUCN, 2020).

Segundo o documento (IUCN, 2020), exemplo disso é que as experiências diferenciadas das minorias sexuais e de gênero no rescaldo de desastres raramente são documentadas ou consideradas nos esforços de redução de riscos de desastres, reforçando padrões de discriminação. O entendimento do gênero como uma dicotomia – homem ou mulher – podem deixar pessoas transgênero ou de terceiro gênero excluídas dos esforços de socorro quando não possuem documentos oficiais que correspondam à sua apresentação de gênero.

O mesmo documento intersecciona dados acerca dos conflitos intrassistêmicos e escassez de recursos naturais. Conforme o Fórum da Ásia e do Pacífico sobre Mulheres, Direito e Desenvolvimento (2015), pelo menos 40% de todos os conflitos intrassistêmicos nos últimos 40 anos estão diretamente ou indiretamente relacionados à escassez de recursos naturais, como terra fértil e água, ou devido à competição por recursos lucrativos abundantes, como minerais e madeira. Embora os impactos das mudanças climáticas nem sempre causem conflitos violentos, as mudanças climáticas são consideradas um "multiplicador de ameaças" em vários níveis, incluindo o aumento de fragilidade do Estado, alimentando a agitação social e resultando em conflitos violentos. Da mesma forma, conflitos violentos e relações fragilizadas entre o Estado e a sociedade aumentam a vulnerabilidade às mudanças climáticas e aos desastres, esgotando ativos que facilitam os esforços de adaptação e contribuindo para a degradação ambiental, ameaçando especialmente os meios de subsistência, direitos e sobrevivência de populações vulneráveis.

Outra intersecção que aparece no documento é a violência sexual, utilizada como tática na guerra para intimidar, punir e retaliar contra famílias e comunidades. O gabinete do Secretário-Geral observou que casos de violência sexual relacionada a conflitos "foram relatados com uma regularidade chocante". Usando a violência de gênero como mecanismo de controle, o conflito amplia a lacuna de gênero no acesso

à terra e a outros recursos produtivos, ao reduzir ainda mais as mulheres a uma “moeda” dispensável na economia política da guerra e do terrorismo. Isso é particularmente amplificado em situações de estresse de recursos naturais, incluindo devido às mudanças climáticas, e quando a destruição do meio ambiente é usada como estratégia militar ou a exploração de seus recursos é usada para financiar atividades de guerra:

This has direct negative impacts particularly on women, both in terms of depleted resources for meeting livelihood needs and in increased exposure to violence, including the use of rape to intimidate women and men (UN, 2018). Additionally, during conflict, women typically assume the role of primary economic provider, while male partners are at war. After conflict, when men return, the subsequent colliding of gender roles can lead to increased rates of violence within the home (Rustad et al., 2016). The intersection of these issues presents itself around Lake Chad, affecting North Cameroon, West Chad, South East Niger and North-East Nigeria (CARE International, 2018; Nett & Rüttinger, 2016; Taub, 2017). Instability and conflict in the region have caused the displacement of thousands of people in Chad and Niger who have settled along the shores of Lake Chad, which has already shrunk by 90 per cent in the past 50 years. This new wave of displacement has added to the more than 70,000 already displaced people due to natural resource-related violence, further increasing the demand on resources (Nett & Rüttinger, 2016). This area has fallen victim to wartime GBV tactics used by terrorist groups and armed militias to spread fear and in order to obstruct community resilience, including the abduction, imprisonment, rape and forced marriage of girls and women (Nett & Rüttinger, 2016) (IUCN, 2020, p. 148).³²

Essas dinâmicas interseccionais, muitas vezes mutuamente reforçadoras, são importantes de entender, uma vez que conflitos relacionados ao meio ambiente devido à escassez de recursos naturais e a interesses concorrentes ameaçam cada vez mais o bem-estar e os meios de subsistência das comunidades. Como o exemplo acima

³² Tradução livre: Isso tem impactos negativos diretos, especialmente sobre as mulheres, tanto em termos de recursos esgotados para atender às necessidades de subsistência quanto em maior exposição à violência, incluindo o uso do estupro para intimidar mulheres e homens (ONU, 2018). Além disso, durante conflitos, as mulheres geralmente assumem o papel de provedoras econômicas primárias, enquanto os parceiros masculinos estão em guerra. Após o conflito, quando os homens retornam, o subsequente choque de papéis de gênero pode levar a taxas aumentadas de violência no lar (Rustad et al., 2016). A interseção dessas questões se manifesta em torno do Lago Chade, afetando o Norte dos Camarões, o Oeste do Chade, o Sudeste do Níger e o Nordeste da Nigéria (CARE International, 2018; Nett & Rüttinger, 2016; Taub, 2017). A instabilidade e o conflito na região causaram o deslocamento de milhares de pessoas no Chade e no Níger, que se instalaram ao longo das margens do Lago Chade, que já encolheu 90% nos últimos 50 anos. Essa nova onda de deslocamento se soma aos mais de 70.000 já deslocados devido à violência relacionada a recursos naturais, aumentando ainda mais a demanda por recursos (Nett & Rüttinger, 2016). Essa área tem sido vítima de táticas de violência de gênero usadas por grupos terroristas e milícias armadas durante a guerra para espalhar o medo e obstruir a resiliência comunitária, incluindo o sequestro, aprisionamento, estupro e casamento forçado de meninas e mulheres (Nett & Rüttinger, 2016).

ilustra, abordar a violência de gênero durante as respostas de emergência é fundamental, assim como em esforços de adaptação a longo prazo.

Com base nos relatórios e publicações acessadas, é possível observar que alguns temas se interseccionam com maior frequência, ao cruzarmos temas relacionados às questões de gênero e as questões relacionadas à crise climática. Entre os problemas identificados como decorrentes do gênero, a pobreza aparece preponderante, considerando que, como já referido anteriormente, a maior parte das pessoas pobres, no mundo, são mulheres. Outros problemas relacionados ao gênero, referem-se a desequilíbrios de poder (menor representatividade em processos de tomada de decisão), violência doméstica e sexual, debilidades relacionadas à mobilidade, menor acesso a recursos, terras, informação e educação e situação social insatisfatória (divisão sexual do trabalho, construções culturais, legislações que impedem ou não favorecem a diminuição na disparidade de gênero). Relativamente às questões relacionadas à crise climática, identificamos a insegurança alimentar e hídrica, dependência dos recursos naturais e localização geográfica inadequada (quando falamos em desertificação, exposição a inundações, locais com significativo aumento de temperaturas e de forma geral, as mulheres que compõem o Sul Global) como fatores frequentes de exacerbação das vulnerabilidades das mulheres no contexto das crises climáticas.

Assim, ao se intercruzar as questões que atravessam as mulheres em decorrência do gênero com problemas de cunho ambiental, foram identificadas as seguintes intersecções:

Tabela 2 - Intercruzamentos

Problemas de gênero	Questões Climáticas	Intersecções
Pobreza	Mudanças climáticas agravam a pobreza em comunidades vulneráveis, com impactos econômicos desproporcionais nas mulheres.	Mulheres em situação de pobreza enfrentam maior vulnerabilidade às mudanças climáticas.
Desigualdade social e econômica	As mudanças climáticas exacerbam as disparidades econômicas, impactando de maneira desigual homens e mulheres em termos de renda e oportunidades.	A desigualdade de gênero é acentuada devido à desigualdade social e econômica agravada pelas mudanças climáticas.
Fatores culturais que limitam a participação e acesso das mulheres	No contexto das mudanças climáticas, esse acesso e participação pode ser ainda mais limitado.	Normais culturais podem criar barreiras adicionais para a participação das mulheres em ações climáticas.
Falta de informação	A falta de informações sobre as mudanças climáticas pode afetar a capacidade das mulheres de adaptarem e se envolverem em práticas sustentáveis.	A falta de acesso à informação pode prejudicar a capacidade das mulheres de lidar com os impactos das mudanças climáticas.
Menor acesso a recursos	A escassez de recursos naturais devido às mudanças climáticas afeta mais duramente as mulheres, devido a restrições culturais e sociais no acesso a esses recursos.	Desigualdade de gênero na disponibilidade e acesso a recursos naturais.
Desigualdade no acesso à educação	Mudanças climáticas podem interromper o acesso à educação para meninas e jovens mulheres em comunidades afetadas.	Desafios educacionais adicionais para meninas devido a eventos climáticos extremos.
Baixa representatividade	A sub-representação das mulheres em cargos de tomada de decisões sobre questões climáticas pode resultar em políticas e ações que não consideram as perspectivas de gênero.	Necessidade de maior representatividade das mulheres na liderança para uma abordagem mais eficaz em torno das mudanças climáticas.
Violência doméstica e sexual	Aumento na vulnerabilidade a situações de violência em situações de desastre.	A violência de gênero é agravada em situações de crise climática, com impactos severos na segurança e bem-estar das mulheres,

		havendo a necessidade de resposta à violência de gênero em contextos de desastres climáticos.
Restrições culturais que limitam a mobilidade das mulheres	Migrações forçadas devido a eventos climáticos (deslocamentos).	Desafios de mobilidade e adaptação para mulheres em situação de deslocamento ambiental.
Localização geográfica desfavorável ou de risco	Comunidades em áreas vulneráveis e de baixa renda, frequentemente compostas por mulheres, enfrentam maiores riscos no contexto de crise climática.	Mulheres em comunidades geograficamente desfavorecidas enfrentam aumento de riscos devido às mudanças climáticas.
Responsabilidades culturais e sociais relacionadas à insegurança alimentar e hídrica	Mudanças climáticas afetam a disponibilidade e qualidade de alimentos e água potável, impactando as mulheres de forma desproporcional devido às restrições no acesso a recursos e oportunidades econômicas.	A insegurança alimentar e hídrica é exacerbada para as mulheres, que enfrentam desafios adicionais em função dos impactos climáticos.

Fonte: Da autora (2023).

Nesse sentido, a intersecção entre gênero e mudanças climáticas é tão presente nos estudos dos órgãos relacionados ao clima que a UNFCCC preparou um documento técnico, intitulado *Gender and Climate Change Guidelines & Tools* (UNFCCC, 2023b), sobre ferramentas para integrar considerações de gênero nas atividades relacionadas à mudança climática. A relação encontra-se disponível junto ao site da UNFCCC e oferece uma visão geral das metodologias e ferramentas disponíveis para auxiliar as partes na incorporação de considerações de gênero na formulação e implementação de estratégias de mitigação e adaptação às mudanças climáticas, sendo mais de 90 relatórios e artigos indicados.

Em outra publicação sobre gênero e adaptação às mudanças climáticas, *Gender and Climate Change Adaptation* (UNFCCC, 2023a), a UNFCCC disponibiliza outros relatórios capazes de integrar as considerações de gênero nas estratégias de adaptação a médio e longo prazo junto às mudanças climáticas, visando a aplicação de abordagens e ferramentas sensíveis ao gênero para compreender e avaliar os impactos, a vulnerabilidade e a adaptação às mudanças climáticas.

No documento *Women's autonomy and gender equality at the centre of climate action in Latin America and the Caribbean*, a ECLAC propõe ações para abordar a

desigualdade de gênero (regionalmente) no contexto das alterações climáticas, apresentando recomendações baseadas na adoção da interseccionalidade, inclusive quanto à necessidade de “registrar de forma consistente o gênero e outras variáveis associadas à interseccionalidade e interculturalidade em fontes de dados administrativos relacionadas ao meio ambiente (por exemplo, registros de propriedade, pagamento por serviços ambientais, concessões para extrair recursos naturais, seguro climático, entre outros)” (ECLAC, 2022, p. 33)³³.

Infere-se, assim, que as abordagens interseccionais oferecem uma maneira de entender e responder às formas como o gênero se intersecta com diferentes fatores, como idade, deficiência e etnia, para moldar identidades individuais, aumentando, assim, a conscientização das necessidades, interesses, capacidades e experiências de mulheres e meninas, o que auxiliará na orientação de políticas e programas.

Nesse sentido, grupos sociais em que o fator gênero está presente não são homogêneos nem estáticos, e abordagens interseccionais reconhecem essa complexidade, levando em consideração contextos históricos, sociais, culturais e políticos. Abordagens interseccionais nos ajudam a compreender a natureza diferenciada de cada vulnerabilidade e também chamam a atenção para as causas sociais subjacentes da vulnerabilidade de gênero, criando uma imagem mais detalhada, enfatizando a constante renegociação das relações de poder de gênero e como indivíduos e grupos podem experimentar tanto o poder quanto a opressão simultaneamente (Adaptation Fund, 2022).

Não há uma única abordagem ou conjunto definido de métodos para buscar compreensões interseccionais das vulnerabilidades relacionadas às mudanças climáticas e aos riscos naturais (Adaptation Fund, 2022, p. 82):

The significance of intersectional analysis of gender lies in its potential to explore differing vulnerabilities of women, men, girls, boys as well as people living with disabilities and gender diverse populations to crises along with their differentiated capabilities, multi-dimensional deprivations and coping strategies to underlie the most effective response programmes. Illuminating unequal power relations underlying social institutions, an intersectional analysis of gender exposes how various personal, social, and environmental

³³ Tradução livre. No original: Consistently record gender and other variables associated with intersectionality and interculturality in administrative data sources related to the environment (e.g. property records, payment for environmental services, concessions to extract natural resource, climate insurance, among others).

factors influence the achievement of broader well-being, and ensures that interventions do not marginalize particular groups.³⁴

Portanto, a compreensão e a implementação de abordagens interseccionais entre instituições de desenvolvimento e outros tipos de instituições variam (Adaptation Fund, 2022). No entanto, em diferentes setores relevantes para a adaptação e abordagens metodológicas, há temas comuns que indicam a relevância das abordagens interseccionais e fornecem exemplos práticos de como elas podem ser aplicadas e como podem fortalecer estratégias e práticas existentes sobre a perspectiva de gênero (Adaptation Fund, 2022)³⁵. O primeiro tema comum é que as abordagens interseccionais ajudam a esclarecer a natureza das vulnerabilidades de gênero multidimensionais e interseccionais às mudanças climáticas. Essa abordagem aprofunda a compreensão das vulnerabilidades particulares que as pessoas enfrentam, bem como quais estratégias de adaptação (por exemplo, diversificação agrícola, migração, ação coletiva) estariam disponíveis para elas, dependendo de outras categorias interseccionais de privilégio ou marginalização.

Por exemplo, uma abordagem interseccional de gênero pode revelar como homens, mulheres e pessoas não-binárias podem ser vulneráveis de maneira diferente, dependendo de sua estratégia de subsistência; seu acesso e habilidade para usar serviços de informação climática; seguro climático; mobilidade; acesso e controle sobre recursos produtivos, incluindo terra, água e insumos agrícolas; e

³⁴ Tradução livre: A importância da análise interseccional de gênero reside em seu potencial para explorar as diferentes vulnerabilidades de mulheres, homens, meninas, meninos, bem como pessoas com deficiências e populações diversas em termos de gênero, em crises, juntamente com suas capacidades diferenciadas, privações multidimensionais e estratégias de enfrentamento para sustentar os programas de resposta mais eficazes. Ao iluminar as relações desiguais de poder subjacentes às instituições sociais, uma análise interseccional de gênero expõe como vários fatores pessoais, sociais e ambientais influenciam a conquista do bem-estar mais amplo e garante que as intervenções não marginalizem grupos específicos.

³⁵ No original, há referência à expressão "gender mainstreaming", que pode ser definida da seguinte forma: a integração da perspectiva de gênero é uma abordagem na formulação de políticas que leva em consideração os interesses e preocupações tanto das mulheres quanto dos homens. O conceito de integração da perspectiva de gênero foi introduzido pela primeira vez na Conferência Mundial sobre a Mulher de 1985 em Nairóbi. Foi estabelecido como uma estratégia na política internacional de igualdade de gênero por meio da Plataforma de Ação de Pequim, adotada na Quarta Conferência Mundial das Nações Unidas sobre a Mulher em Pequim, em 1995, e subsequentemente adotado como uma ferramenta para promover a igualdade de gênero em todos os níveis. Em 1998, o Conselho da Europa definiu a integração da perspectiva de gênero como: "a (re)organização, melhoria, desenvolvimento e avaliação dos processos políticos, de modo que uma perspectiva de igualdade de gênero seja incorporada em todas as políticas em todos os níveis e em todas as etapas, pelos atores normalmente envolvidos na formulação de políticas" (COE, 2023, texto digital).

acesso a mercados e serviços básicos, todos mediados por outras dimensões de identidade, incluindo raça, etnia, deficiência, idade, classe, casta etc.:

No entanto, o objetivo da interseccionalidade não é simplesmente incluir o maior número possível de categorias analíticas ou listar um número – obviamente não abrangente – de fatores que possam determinar a responsabilidade e a vulnerabilidade em relação às mudanças climáticas, mas ampliar a perspectiva e refletir sobre quais fatores podem ser relevantes em um contexto específico. Como estratégia de pesquisa, o pesquisador individual pode precisar selecionar e priorizar as interseções mais interessantes ou relevantes no caso particular, mantendo em mente o quadro geral.

Uma análise interseccional vai além da identificação de padrões de poder para problematizar as categorizações sociais subjacentes e ver como essas são reforçadas ou desafiadas à luz das mudanças climáticas. Quais identidades são promovidas e servem como fundamentos para a ação política? E quais identidades se tornam invisíveis em tais projetos? (Kaijser; Kronsell, 2014, p. 422).³⁶

A consulta aos documentos e relatórios permitiu uma análise interseccional à medida que trazem o inter cruzamento entre gênero e as questões climáticas. Mesmo que não tenha sido feita a referência expressa à utilização da ferramenta interseccional ou à adoção da perspectiva nos documentos, o reconhecimento de que a crise climática atravessa as mulheres de maneira desproporcional, propicia intervenções relevantes para a adaptação das mulheres, especialmente como base para propositura de políticas públicas que considerem as especificidades da relação gênero e mudanças climáticas.

Dessa forma, no contexto das intervenções, torna-se importante a defesa da ideia de promoção de uma justiça climática, pois ela se baseia no princípio de que ninguém deve suportar de forma desigual os efeitos da degradação ambiental causada pelas alterações climáticas e do meio ambiente. Defende-se, pois, que essa é uma abordagem que busca garantir que as ações para enfrentar as mudanças climáticas levem em consideração não apenas a mitigação dos efeitos das mudanças climáticas, mas, também, a adaptação das comunidades mais vulneráveis a esses

³⁶ Tradução livre. No original: Yet, the aim of intersectionality is not simply to include as many analytical categories as possible, or list an – obviously not all-encompassing – number of factors that may determine responsibility and vulnerability in relation to climate change, but to widen the perspective and reflect upon what factors may be relevant in a particular setting. As a matter of research strategy, the individual researcher may need to select and prioritise the most interesting or relevant intersections in the particular case, while keeping in mind the bigger picture. An intersectional analysis goes beyond identifying power patterns to problematising the underlying social categorisations and see how these are reinforced or challenged in light of climate change. Which identities are promoted and serve as grounds for political action? And which identities become invisible in such projects?

efeitos. Isso inclui considerar questões de gênero, equidade, geolocalização e justiça social em geral. Assim, políticas públicas e medidas de justiça climática sempre serão orientadas para proteger os mais vulneráveis.

Segundo Kaijser e Kronsell (2014), a pesquisa sobre a interconexão entre as sociedades humanas e as mudanças climáticas é diversa, abrangendo uma variedade de disciplinas e métodos. Dada essa diversidade, não é viável fornecer uma metodologia interseccional comum, pois os métodos sempre precisam ser adaptados ao contexto ou caso específico em estudo (Kaijser; Kronsell, 2014).

Em última análise, as mudanças climáticas não se tratam de um fator de opressão que atua sozinho no campo das vulnerabilidades que acometem as mulheres: ao lado das mudanças climáticas estão a pobreza, a desigualdade social e econômica, os empecilhos culturais, a falta de informação e o acesso a recursos. Tudo isso traduz a necessidade de olhar a situação das mulheres frente às mudanças climáticas através do exame interseccional, a fim de reduzir as injustiças que acometem-nas, e com a esperança em dissolver definitivamente esse ciclo de disparidades. Portanto, utilizar a interseccionalidade no estudo das questões climáticas possibilita obter uma compreensão mais completa e precisa das múltiplas complexidades (Kaijser; Kronsell, 2014), orientada para a construção e efetivação de políticas públicas e justiça climática.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente estudo, buscou-se empregar a perspectiva interseccional para a análise das mulheres frente às mudanças climáticas, as quais, conforme identificado quando da análise dos diferentes relatórios da ONU e do IPCC, encontram-se em uma situação de maior vulnerabilidade dentro desse contexto. Ao utilizar a interseccionalidade, considerou-se as diversas dimensões de identidade que podem afetar a experiência das mulheres nesse enfoque, o que é crucial para promover a justiça climática.

Ao identificar e compreender essas vulnerabilidades de maneira mais abrangente, identificaram-se contribuições para o desenvolvimento de políticas e estratégias que abordem de forma mais eficaz as questões de gênero e as mudanças climáticas, visando a promoção da justiça climática. A interseccionalidade desempenha, dessa forma, um papel valioso na análise aprofundada dessas questões complexas e interconectadas.

O objetivo do estudo, portanto, cingiu-se em compreender o contexto das vulnerabilidades das mulheres diante das mudanças climáticas e, em seguida, verificar se a teoria interseccional pode servir como base para propor soluções de mitigação dos impactos ambientais sobre as mulheres, visando alcançar a justiça climática. Para isso, inicialmente, examinou-se a abordagem interseccional para analisar as interações entre gênero e outras dimensões, como raça, classe social e etnia, para entender as complexas formas como as mulheres são afetadas, considerando como essas intersecções podem agravar ou atenuar as vulnerabilidades.

Verificou-se, portanto, que a interseccionalidade, entendida como uma categoria crítica, é fundamental para entender e abordar a crise climática em relação aos direitos humanos, particularmente no que diz respeito às mulheres. A interseccionalidade reconhece que as pessoas têm múltiplas identidades e que essas identidades podem se sobrepor, interagir e impactar suas experiências de maneira complexa. Quando se trata da crise climática, isso significa que as mulheres podem enfrentar desafios específicos e muitas vezes agravados devido a uma combinação de fatores, incluindo gênero, classe social, etnia, localização geográfica, entre outros.

Relativamente ao feminismo, também abordado, embora inicialmente centrado na igualdade de gênero, houve evolução para abordar questões mais amplas de desigualdade e injustiça, a exemplo das questões ambientais, como é a abordagem ecofeminista. O feminismo contemporâneo busca desafiar e transformar as dinâmicas de poder que vão além do gênero e que influenciam a identidade humana, cultura e racionalidade.

Dentro desse contexto, foi possível apurar a conexão entre o movimento feminista e o movimento ecológico-ambiental, baseados na busca pela igualdade e na promoção de um mundo mais justo, sendo as pautas centrais. No contexto ambiental, a busca pela igualdade se estende não apenas aos seres humanos, mas, também, a todas as espécies e ecossistemas, reconhecendo que a exploração desenfreada da natureza e a degradação ambiental prejudicam a todos, inclusive as futuras gerações. Essa união, portanto, é um exemplo de como as lutas por justiça social e ambiental estão intrinsecamente ligadas e como a promoção da igualdade de gênero é parte integrante de um esforço mais amplo para criar um mundo mais sustentável e equitativo.

Conforme apurado, o próprio entendimento do gênero e as desigualdades vinculadas a partir dessa perspectiva podem tornar as mulheres mais vulneráveis aos impactos das mudanças climáticas. Por exemplo, as mulheres, em muitas partes do mundo, são frequentemente responsáveis pela coleta de água e alimentos, tornando-as mais suscetíveis a secas e a escassez de recursos naturais. A classe social também aparece como fator de vulnerabilidade, pois mulheres de baixa renda podem ter menos recursos e acesso limitado a serviços de saúde, educação e moradia segura, tornando-as menos capazes de se adaptar ou se recuperar de desastres climáticos. O mesmo raciocínio aplica-se à questão da localização geográfica, pois mulheres que vivem em áreas de alto risco, como comunidades costeiras vulneráveis à elevação do nível do mar ou em regiões propensas a desastres naturais, enfrentam ameaças adicionais devido às mudanças climáticas. Questões relacionadas à etnia, outrossim, também revelam mais um fator de opressão, pois minorias étnicas podem enfrentar discriminação adicional e desigualdades econômicas, o que pode agravar seu impacto diante dos desastres ambientais relacionados ao clima.

Em outras palavras, reconhecer essas sobreposições de dominações e identificar as formas como as mulheres são desproporcionalmente afetadas pela crise climática é essencial para desenvolver políticas e ações eficazes que protejam os direitos humanos e promovam a igualdade de gênero. A interseccionalidade, portanto, leva em consideração as complexas realidades das mulheres em diferentes contextos.

Em seguida, foi realizada a análise das vulnerabilidades que as mulheres enfrentam em relação às mudanças climáticas através de dados extraídos de documentos publicados por organizações internacionais, apurando que, efetivamente, fatores como o acesso limitado a recursos, papéis de gênero tradicionais, desigualdades econômicas, entre outros, interferem na resposta das mulheres no contexto de emergência climática.

Essa análise destacou a existência da intersecção entre gênero e crise climática, ficando evidente que há múltiplas formas pelas quais as mulheres enfrentam desigualdades e opressões em situações de estresse climático. É inegável, portanto, que a crise climática exacerba desigualdades preexistentes e coloca um peso desproporcional sobre as mulheres, ampliando sua vulnerabilidade econômica, social, de saúde e segurança. As desigualdades de gênero e as intersecções com outros fatores, como classe social, etnia, localização geográfica e status econômico, criam uma teia complexa de desvantagens que requer uma abordagem interseccional para ser adequadamente compreendida e abordada.

Por último, buscou-se compreender se, através da análise interseccional, é possível identificar soluções para mitigar os impactos ambientais sobre as mulheres, alcançando, assim, justiça climática. Sob esse aspecto, é possível concluir que a promoção da igualdade de gênero, o empoderamento econômico, o acesso a informações e recursos, e a participação ativa das mulheres em processos de tomada de decisão relacionados ao clima são importantes para que soluções sejam implementadas. Em outras palavras, para lidar com essas questões de maneira eficaz, é fundamental que as políticas e os esforços de mitigação e adaptação às mudanças climáticas considerem a interseccionalidade.

A própria abordagem da justiça climática de maneira interseccional permite reconhecer as múltiplas camadas de discriminação que as mulheres enfrentam em contextos de crise climática. A união dos temas, justiça climática e interseccionalidade

novamente garante que os esforços de mitigação e adaptação às mudanças climáticas sejam verdadeiramente justos e equitativos. Isso significa reconhecer, outrossim, que as mulheres não são um grupo homogêneo, fazendo com que a experiência da crise climática varia significativamente com base em sua identidade e contexto e que as organizações que trabalham na área da justiça climática precisam integrar uma perspectiva de gênero e interseccional em seus esforços, bem como garantir que as mulheres estejam envolvidas no planejamento e implementação de soluções climáticas.

A análise conjunta desses eixos, conforme propõe a teoria interseccional, permite identificar estratégias e propostas de transformação que podem contribuir para avançar a justiça climática para as mulheres. Isso inclui o desenvolvimento de políticas e ações que abordem não apenas as questões climáticas em si, mas, também, as desigualdades subjacentes que exacerbam os impactos sobre as mulheres. Portanto, a interseccionalidade desempenha um papel importante na busca por soluções mais equitativas e eficazes no enfrentamento das mudanças climáticas e na promoção da justiça para todos, especialmente para as mulheres mais vulneráveis.

Conclui-se, portanto, que existe injustiça climática de gênero, ou seja, uma nova camada de discriminação que precisa ser reconhecida e combatida no contexto mais amplo da justiça climática. A conscientização sobre essa questão está crescendo, mas é fundamental continuar aprofundando a compreensão e agindo para garantir que as mulheres sejam tratadas com justiça e equidade em face dos desafios climáticos.

6 REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. Ambientalização das lutas sociais: o caso do movimento por justiça ambiental. **Estudos Avançados**, v. 24, n. 68, p. 103-119, 2010. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10469>. Acesso em: 07 out. 2022.

ARORA-JONSSON, Seema. Virtue and vulnerability: Discourses on women, gender and climate change. 2011. **Global Environmental**. Change 21: 744–751. Disponível em: https://www.academia.edu/31458891/Virtue_and_vulnerability_Discourses_on_women_gender_and_climate_change. Acesso em: 20 out. 2023.

AYMORÉ, Débora. O ecofeminismo e a relação entre natureza e mulher. **Fênix - Revista de História e Estudos Culturais**, v. 17, n. 1, p. 175-192, 2020. Disponível em: <https://www.revistafenix.pro.br/revistafenix/article/view/53>. Acesso em: 08 nov. 2022.

BERNARDINO-COSTA, Joaze. Colonialidade e interseccionalidade: o trabalho doméstico no Brasil e seus desafios para o século XXI. In: SILVA, Tatiana D.; GOES, Fernanda L. (Orgs.). **Igualdade racial no Brasil**: reflexões no ano internacional dos afrodescendentes. Brasília: IPEA, 2013, p. 45-58. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/igualdaderacial/images/stories/pdf/livro_igualdade_racialbrasil01.pdf. Acesso em: 08 nov. 2022.

BORRÀS, Susana. Movimientos para la justicia climática global: Replanteando el escenario internacional del cambio climático. **Relaciones Internacionales: Revista de Universidad Autónoma de Madrid**, n. 33, p. 97-119, out. 2016/jan. 2017. Disponível em: <https://revistas.uam.es/relacionesinternacionales/issue/view/635/574>. Acesso em: 19 set. 2023.

BRUNO, Kenny; KARLINER, Jooshua; BROTSKY, China. **Greenhouse Gangsters vs Climate Justice**. São Francisco: Transnational Resource and Action Center (TRAC), 1999. Disponível em: <https://www.corpwatch.org/sites/default/files/Greenhouse%20Gangsters.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2023.

CAPELLA, Vicente Bellver. El movimiento por la justicia ambiental: Entre ecologismo y los derechos humanos. **Anuario de filosofía del derecho**, v. XIII, p. 327-347, 1996. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/142361.pdf>. Acesso em: 19 set. 2023.

COE - Council of Europe. What is gender mainstreaming? 2023. Disponível em: <https://www.coe.int/en/web/genderequality/what-is-gender-mainstreaming>. Acesso em: 29 set. 2023.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

CRENSHAW, Kimberlé. **A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero**. Cruzamento: raça e gênero. Brasília: Unifem, 2002. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4253342/mod_resource/content/1/InterseccionalidadeNaDiscriminacaoDeRacaEGenero_KimberleCrenshaw.pdf. Acesso em: 20 maio 2023.

CRENSHAW, Kimberlé. **Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics**. University of Chicago Legal Forum, 1989. Disponível em: <https://chicagounbound.uchicago.edu/cgi/viewcontent.cgi?Article=1052&context=ucf>. Acesso em: 20 maio 2023.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, v. 10, p. 171-188, 2002. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=2211784&forceview=1>. Acesso em: 08 nov. 2022.

DAVIS, Kathy. Intersectionality as buzzword: a sociology of science perspective on what makes a feminist theory successful. Utrecht University. **Feminist Theory**, Holanda: Sage Publications, v. 9, n. 1, p. 67–85, 2008. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1464700108086364>. Acesso em: 11 nov. 2023.

DI CIOMMO, Regina Célia. Relações de gênero, meio ambiente e a teoria da complexidade. Universidade Estadual de Passos - Minas Gerais, **Estudos Feministas**, v. 11, n. 2, jul-dez, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/m6Z8D5rG3sk5BYbpJhsFVxJ/?lang=pt>. Acesso em: 17 set. 2023.

DI CIOMMO, Regina Célia. **Ecofeminismo e educação ambiental**. São Paulo: Cone Sul, 1999.

ECLAC - ECONOMIC COMMISSION FOR LATIN AMERICA AND THE CARIBBEAN. **Gender equality in the midst of climate change: What can the region's machineries for the advancement of women do?**, 2021. Disponível em: <https://www.cepal.org/pt-br/sobre>. Acesso em: 19 set. 2023.

ECLAC - ECONOMIC COMMISSION FOR LATIN AMERICA AND THE CARIBBEAN. **Women's autonomy and gender equality at the centre of climate action in Latin America and the Caribbean**, 2022. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/server/api/core/bitstreams/76aba0a3-2e36-42ea-852f-2ce021115384/content>. Acesso em: 19 set. 2023.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 2: O uso dos prazeres**. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

GONZÁLEZ, Ana Isabel Álvarez. **As origens e a comemoração do Dia Internacional das Mulheres**. 1. ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2010.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, n. 5, p. 7-41, 1995. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>. Acesso em: 08 nov. 2022.

INOCÊNCIO, Ferdnando A.; CARVALHO, Fabiana A. de; PEREIRA, Tamires T. A invenção discursiva da mulher histórica: uma imersão no filme Augustine. **Revista Periódicus**, v. 1, n. 5, p. 321-334, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/17194>. Acesso em: 08 nov. 2022.

IPCC - INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE. Climate change and land: an IPCC special report on climate change, desertification, land degradation, sustainable land management, food security, and greenhouse gas fluxes in terrestrial ecosystems. **Technical Summary**, 2019. Disponível em: https://www.ipcc.ch/site/assets/uploads/sites/4/2020/07/03_Technical-Summary-TS_V2.pdf. Acesso em: 27 out. 2022.

IPCC - INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE. Climate change 2022: impacts, adaptation and vulnerability. **Technical Summary**, 2022. Disponível em: https://www.ipcc.ch/report/ar6/wg2/downloads/report/IPCC_AR6_WGII_TechnicalSummary.pdf. Acesso em: 27 out. 2022.

IPCC - INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE. Climate Change 2007 – The IPCC Fourth Assessment Report (AR4). Disponível em: http://www.ipcc.ch/pdf/assessment-report/ar4/syr/ar4_syr_spm.pdf. Acesso em: 27 out. 2022.

IPCC - INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE. Climate Change 2023, Synthesis Report. Contribution of Working Groups I, II and III to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change. Disponível em: https://www.ipcc.ch/report/ar6/syr/downloads/report/IPCC_AR6_SYR_FullVolume.pdf. Acesso em: 19 set. 2023.

IUCN - INTERNACIONAL UNION FOR CONSERVATION OF NATURE. **Gender and Climate Change**, 2015. Disponível em: https://www.iucn.org/sites/default/files/2022-07/gender_and_climate_change_issues_brief_cop21_04122015.pdf. Acesso em: 10 set. 2023.

IUCN - INTERNACIONAL UNION FOR CONSERVATION OF NATURE. **Gender-based violence and environment linkages**, 2020. Disponível em: <https://portals.iucn.org/library/sites/library/files/documents/2020-002-En.pdf>. Acesso em: 10 set. 2023.

KAIJSER, Anna. KRONSELL, Annica. **Climate change through the lens of intersectionality**. Sweden: Environmental Politics, 2014. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/09644016.2013.835203>. Acesso em: 01 out. 2023.

KYRILLOS, Gabriela M.; STELZER, Joana. Inclusão da interseccionalidade no âmbito dos direitos humanos. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 237-262, 2021. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/44747>. Acesso em: 08 nov. 2022.

LOPES, Fernanda; WERNECK, Jurema. Saúde da População Negra: Da conceituação às políticas públicas de direito. *In*: WERNECK, Jurema. (Org.). **Mulheres negras**: um olhar sobre as lutas sociais e as políticas públicas no Brasil. Rio de Janeiro: Criola, 2010. p. 5-22. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.abong.org.br/handle/11465/886>. Acesso em: 08 nov. 2022.

MIES, Maria; SHIVA, Vandana. **Ecofeminismo**: teoría, crítica y perspectivas. Icaria: Barcelona, 1997.

MIES, Maria; SHIVA, Vandana. **La praxis del ecofeminismo**. Biotecnología, consumo y reproducción. Barcelona: Icaria, 1998. Disponível em: http://jmporquer.com/wp-content/uploads/2019/11/2019_EdG_Mies_La-praxis-del-ecofeminismo.pdf. Acesso em: 11 nov. 2023.

OBSERVATÓRIO DO CLIMA. Quem precisa de justiça climática no Brasil? **Gênero e Clima**, 2022. Disponível em: <https://generoeclima.oc.eco.br/lancamento-quem-precisa-de-justica-climatica-no-brasil/>. Acesso em: 27 out. 2022.

OLIVERA, Margarita; PODCAMENI, Maria G.; LUSTOSA, Maria C.; GRAÇA, Letícia. A dimensão de gênero no Big Push para a sustentabilidade no Brasil: as mulheres no contexto da transformação social e ecológica da economia brasileira, **Documentos de Projetos** (LC/TS.2021/6; LC/BRS/TS.2021/1), Santiago e São Paulo, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe e Fundação Friedrich Ebert Stiftung, 2021. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/46643>. Acesso em: 08 nov. 2022.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2008.

PLUMWOOD, Val. **Feminism and the Mastery of Nature**. Feminism for Today. Routledge. London, 1993.

PULEO, Alicia H. Libertad, igualdad, sostenibilidad. Por un ecofeminismo ilustrado. **Isegoría**, n. 38, p. 39–59, 2008. Disponível em: <https://isegoria.revistas.csic.es/index.php/isegoria/article/view/402>. Acesso em: 20 set. 2022.

SANTOS, Sônia Beatriz dos. As ONGs de mulheres negras no Brasil. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 12, n. 2, p. 275–288, jul./dez. 2009. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fcs/article/view/9102>. Acesso em: 03 out. 2022.

SCHNORRENBARGER, Neusa. Desenvolvimento sustentável e ecologia política como eco-cidadania em Luis Alberto Warat: uma experiência do movimento das mulheres camponesas. **Revista Brasileira de Filosofia do Direito**, Porto Alegre, v. 4, n. 2, p. 57-72, jul./dez. 2018. Disponível em: <https://indexlaw.org/index.php/filosofiadireito/article/view/4817/pdf>. Acesso em: 11 nov. 2023.

SILIPRANDI, Emma. Ecofeminismo: contribuições e limites para a abordagem de políticas ambientais. **Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**. Porto Alegre, v. 1, n. 1, jan-mar, 2000. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4422099/mod_folder/content/0/ecofeminismo%20.pdf. Acesso em 11 nov. 2023.

SOUZA, Iriê Prado de; RAMÍREZ-GÁLVEZ, Martha Celia. Os sentidos e representações do ecofeminismo na contemporaneidade. *In*: DONAT, Miriam, IVANO, Rogério. **Anais do VII SEPECH** (Seminário de Pesquisa em Ciências Humanas). Londrina: Eduel, 2008. Disponível em: <https://www.uel.br/eventos/sepech/sepech08/arqtxt/resumos-anais/IriePSouza.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2023.

SZUL, Karoline Dutra; SILVA, Lenir Mainardes da. Feminização da pobreza no Brasil. *In*: II Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Políticas Sociais, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/180215>. Acesso em: 08 nov. 2022.

TEDESCHI, Losandro Antonio. **As mulheres e a história: uma introdução teórico metodológica**. Dourados: Editora UFGD, 2012. Disponível em: <https://files.ufgd.edu.br/arquivos/arquivos/78/EDITORIA/catalogo/as-mulheres-e-a-historia-uma-introducao-teorico-metodologica-losandro-antonio-tesdeschi.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2023.

TILLY, Louise A. Gênero, história das mulheres e história social. **Cadernos Pagu**, n. 3, p. 28–62, 1994. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1722>. Acesso em: 08 nov. 2022.

THE WORLD BANK. Population, female (% of total population): World Bank staff estimates based on age/sex distributions of United Nations Population Division's

World Population Prospects. **The World Bank**, 2022a. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/SP.POP.TOTL.FE.ZS>. Acesso em: 08 out. 2022.

THE WORLD BANK. Population, female: World Bank staff estimates based on age/sex distributions of United Nations Population Division's World Population Prospects. **The World Bank**, 2022b. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/SP.POP.TOTL.FE.IN>. Acesso em: 08 out. 2022.

UN WOMEN. Explainer: how gender inequality and climate change are interconnected. **UN Women**, 2022. Disponível em: <https://www.unwomen.org/en/news-stories/explainer/2022/02/explainer-how-gender-inequality-and-climate-change-are-interconnected>. Acesso em: 08 out. 2022.

UN WOMEN. Progress on the Sustainable Development Goals: The gender snapshot 2023. **UN Women**, 2023. Disponível em: <https://www.unwomen.org/sites/default/files/2023-09/progress-on-the-sustainable-development-goals-the-gender-snapshot-2023-en.pdf>. Acesso em: 15 set. 2023.

UN WOMEN WATCH. Women, gender equality and climate change. **UN Women Watch**, 2009. Disponível em: https://www.un.org/womenwatch/feature/climate_change/downloads/Women_and_Climate_Change_Factsheet.pdf. Acesso em: 27 out. 2022.

UNITED NATIONS. Estrategia de igualdad de género 2022-2025. **PNUD**, 2022a. Disponível em: <https://www.undp.org/es/publicaciones/estrategia-de-igualdad-de-genero-del-pnud-2022-2025>. Acesso em: 08 nov. 2022.

UNITED NATIONS. Resource guide on gender and climate change. **UNDP**, 2009, Disponível em: <https://www.undp.org/publications/resource-guide-gender-and-climate-change-0>. Acesso em: 08 out. 2022.

UNITED NATIONS. Human Development Report 2021-22. Uncertain times, unsettled lives: shaping our future in a transforming world. **UNDP**, 2022b. Disponível em: <https://report.hdr.undp.org/>. Acesso em: 27 out. 2022.

UNITED NATIONS. Estrategia de igualdad de género 2022-2025. **PNUD**, 2022a. Disponível em: <https://www.undp.org/es/publicaciones/estrategia-de-igualdad-de-genero-del-pnud-2022-2025>. Acesso em: 27 out. 2022

UNDP; GGCA. **Gender and climate change** - Overview of linkages between gender and climate change. 2017. Disponível em: <https://www.undp.org/sites/g/files/zskgke326/files/publications/UNDP%20Linkages%20Gender%20and%20CC%20Policy%20Brief%201-WEB.pdf>. Acesso em: 13 set. 2023.

UNDP; UN WOMEN. **The Paths To Equal**: New twin indices on gender equality and women's empow. 2023. Disponível em:

<https://hdr.undp.org/system/files/documents/hdp-document/pathsequal2023pdf.pdf>. Acesso em: 16 set. 2023.

UNDP - UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. **Gender, Climate Change and Community-Based Adaptation**. 2010. Disponível em: [https://www.undp.org/sites/g/files/zskgke326/files/publications/Gender%20Climate%20Change%20and%20Community%20Based%20Adaptation%20\(2\).pdf](https://www.undp.org/sites/g/files/zskgke326/files/publications/Gender%20Climate%20Change%20and%20Community%20Based%20Adaptation%20(2).pdf). Acesso em: 13 set. 2023.

UNFCCC - UNITED NATIONS FRAMEWORK CONVENTION ON CLIMATE CHANGE. **Strengthening gender considerations in adaptation planning and implementation in the least developed countries**. 2015. Disponível em: https://www4.unfccc.int/sites/NAPC/Documents%20NAP/UNFCCC_gender_in_NAPs.pdf. Acesso em: 13 set. 2023.

UNFCCC - UNITED NATIONS FRAMEWORK CONVENTION ON CLIMATE CHANGE. **Gender and Climate Change Adaptation**. 2023a Disponível em: <https://unfccc.int/topics/gender/gender-and-unfccc-topics/gender-and-climate-change-adaptation>. Acesso em: 23 set. 2023.

UNFCCC - UNITED NATIONS FRAMEWORK CONVENTION ON CLIMATE CHANGE. **Gender and Climate Change Guidelines & Tools**. 2023b. Disponível em: https://unfccc.int/topics/gender/resources/guidelines-or-other-tools-for-integrating-gender-considerations-into-climate-change-related-activities-under-the-convention?gclid=Cj0KCQjw0vWnBhC6ARIsAJpJM6ewB__8bzyd4z5IKtvOT1Q8WaO0uEpiu9fINOmVlucnzMqNIB9vSEUaApe2EALw_wcB. Acesso em: 23 set. 2023.

WORLD ECONOMIC FORUM. Global Gender Gap Report, July 2022. 2022. Cologny/Geneva, Switzerland. Disponível em: https://www3.weforum.org/docs/WEF_GGGR_2022.pdf?_gl=1*ug7jk9*_up*MQ..&gclid=Cj0KCQjw0vWnBhC6ARIsAJpJM6dQ6qezD0JDaDhDiHRGCijWXGxJI7juJIW7IGPMxUP-O1wjO-xEwRlaAjFPEALw_wcB. Página 6. Acesso em: 13 set. 2023.

WORLD ECONOMIC FORUM. Global Gender Gap Report, June 2023. 2023. Cologny/Geneva, Switzerland. Disponível em: https://www3.weforum.org/docs/WEF_GGGR_2023.pdf?_gl=1*2askxu*_up*MQ..&gclid=Cj0KCQjw0vWnBhC6ARIsAJpJM6dQ6qezD0JDaDhDiHRGCijWXGxJI7juJIW7IGPMxUP-O1wjO-xEwRlaAjFPEALw_wcB. Acesso em: 13 set. 2023.

ZIRBEL, Ilze. Ondas do feminismo. **Blogs de ciência da Universidade Estadual de Campinas**: Mulheres na Filosofia, v. 7, n. 2, p. 10-31, 2021. Disponível em: <https://www.blogs.unicamp.br/mulheresnafilosofia/ondas-do-feminismo/>. Acesso em: 20 set. 2022.



UNIVATES

R. Avelino Talini, 171 | Bairro Universitário | Lajeado | RS | Brasil
CEP 95914.014 | Cx. Postal 155 | Fone: (51) 3714.7000
www.univates.br | 0800 7 07 08 09